

Reunião do Comité Central

Programa do Governo confirma política que não serve o País

- Apreciado o andamento da actividade em diversas áreas de trabalho

- Aprovada Resolução da Comissão Central de Controlo e Quadros

- Comunicado do CC do PCP — Pág. 3
- Resolução da Comissão Central de Controlo e Quadros — Pág. 4

TIMOR

- Noticiário — Pág. 16
Artigo de Miguel Urbano Rodrigues

PCP associa-se ao luto nacional e apela à solidariedade com o povo maubere

Fotografias
— Págs. 20 e 21

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A lógica contida no Programa e expressa pelo ministro das Finanças resume-se em termos esquemáticos a este dilema: «para criar emprego é preciso que os trabalhadores tenham paciência, façam sacrifícios em proveito dos ricos que são os únicos que investem»...

Carlos Carvalho

Págs. 5, 6 e 7

- O PCP e o movimento sindical

— artigo de Francisco Lopes

Pág. 22

- A política de defesa

— artigo de João Amaral

Págs. 23 e 24

- O Centro Cultural de Belém

— artigo de António Filipe

Pág. 25

EDITORIAL

Duas questões imperativas



O Comité Central do PCP reuniu na passada terça-feira

RESUMO

13
Quarta-feira

As atrocidades cometidas em Timor-Leste pelos militares indonésios ontem que resultaram na morte de mais de 70 timorenses motivam diversas tomadas de posição. O parlamento português e a CEE condenam o massacre em Dili enquanto o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros admite a instauração de um inquérito ao ocorrido. Uma representação da Juventude Comunista entrega um protesto na Embaixada da Holanda que representa em Portugal os interesses da Indonésia. Na discussão do programa do Governo na AR o PS manifesta abertura para rever a lei eleitoral tal como pretende o Governo. A CGTP manifesta-se «inquieta» com o programa apresentado pelo Governo em matérias como privatizações, emprego e segurança no trabalho. O Governador de Macau, Rocha Vieira, visita pela primeira vez a China. O presidente soviético, Mikhail Gorbachev, ameaça de novo demitir-se se as repúblicas não assinarem até ao fim do ano um novo tratado da União.

14
Quinta-feira

PSD, CDS e PSN votam a favor do Programa do Governo. O bispo de Timor-Leste é impedido de fazer os funerais das vítimas do massacre de Dili e os indonésios abrem valas comuns para enterrar os mortos no sítio onde o Papa João Paulo II rezou missa. Vários Governos condenam os acontecimentos. Milhares de pessoas saudam em Phnom Penh o regresso ao Camboja do príncipe Norodom Sihanuk que vai presidir ao Conselho Nacional Supremo que agrupa todas as forças políticas cambodjanas até às eleições gerais. O Conselho de Estado soviético, que reúne o presidente Gorbachev e mais sete presidentes de repúblicas, decide abolir a constituição soviética e passa a designar o Estado por União das Repúblicas Soberanas.

15
Sexta-feira

O eurodeputado Lucas Pires anuncia o seu abandono do CDS. O Conselho da Europa condena a Indonésia. A conferência de líderes parlamentares reconduz no parlamento português a comissão de acompanhamento da situação em Timor-Leste. O parlamento jugoslavo demite o primeiro-ministro Markovic e o ministro dos Estrangeiros, Loncar, ambos croatas. Croatas e Sérvios estabelecem o 13º acordo de cessar-fogo, que não chega a ser aplicado.

16
Sábado

Um grupo de socialistas identificados com a fundação do partido e a minoria afecta a João Soares manifestam apoio a António Guterres como candidato a secretário-geral daquele partido. O dirigente da CGTP, José Luís Judas, anuncia a sua demissão do PCP enquanto decorre um exame sobre o comportamento antiestatutário de militantes comunistas. Um apedrejamento na auto-estrada do Norte, na zona de Condeixa, provoca um morto. Dizem as autoridades que os apedrejamentos são frequentes desde a abertura dos novos troços desta auto-estrada. A crise governamental na Polónia entra

em fase mais aguda com o presidente Walesa a não entender-se com a coligação de cinco partidos de centro-direita para a nomeação de um primeiro-ministro.

17
Domingo

O secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, anuncia a sua recandidatura ao cargo e propõe um conjunto de alterações estatutárias entre as quais a realização de um sufrágio universal e directo entre todos os militantes para eleição do líder do partido. Notícias de Timor dizem que os indonésios fuzilaram já 70 homens, mulheres e crianças presas depois dos incidentes da semana passada. Representantes de dentistas brasileiros a trabalhar em Portugal encontram-se com uma delegação de deputados brasileiros em visita ao nosso país protestando contra a hostilidade que dizem ser vítimas. O presidente cabo-verdiano, António Mascarenhas Monteiro, de visita ao nosso país, vai à Amadora para com toda a vereação daquela cidade encontrar-se com cabo-verdianos residentes em bairros de imigrantes. Dez mil espanhóis assinalam no centro de Madrid o 16º aniversário da morte de Franco empunhando bandeiras nazis e entoando cânticos fascistas. O exército federal jugoslavo controla praticamente toda a cidade de Vukovar enquanto combatentes croatas tentam resistir num único bairro.

18
Segunda-feira

A contabilização de desaparecidos ou mortos em Timor-Leste sobre: serão agora cerca de 300. O Presidente da República, Mário Soares, anuncia a intenção de escrever ao Papa João Paulo II sobre os acontecimentos de Timor. Por proposta do presidente, o Governo decreta para amanhã um dia de luto nacional em memória das vítimas de Timor-Leste. O comandante militar croata de Vukovar decreta a rendição. Morre Gustav Husak, ex-presidente e antigo líder do Partido Comunista Checoslovaco. Na Índia, eleições parciais reforçam o actual Governo. Terry Waite e Thomas Sutherland, dois dos oito reféns ocidentais no Líbano, são libertados na sequência da mediação do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar.

19
Terça-feira

Reúne o Comité Central do PCP, que ratifica a decisão da Comissão de Controlo e Quadros de expulsar do Partido os militantes Barros Moura, Raimundo Narciso e Mário Lino. O ministro Arlindo Cunha critica em Bruxelas as propostas sectoriais para a reforma da Política Agrícola Comum. O eurodeputado António Capucho anuncia a sua candidatura à liderança do grupo liberal do PE. Cavaco Silva afirma perante as câmaras da RTP não compreender a posição dos Estados Unidos no caso de Timor, adiantando que gostaria de ver uma «condenação mais enérgica». A OLP exige a protecção internacional das populações palestinianas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. A polícia indonésia detém cerca de 70 estudantes timorenses que se manifestavam em Jacarta pela autodeterminação de Timor-Leste. Eduard Chevardnadze volta a ser o ministro das Relações Exteriores da URSS, por nomeação de Gorbachov.

concluída a discussão do Programa do Governo na Assembleia da República ficou plenamente confirmada, pela prática já conhecida, pelas meias ou as cruas palavras agora pronunciadas, a continuidade da política, do estilo e das habilidades que caracterizam a governação de Cavaco Silva.

Quanto à política reafirmam-se e acentuam-se os traços essenciais tais como a governamentalização e a centralização do poder; as tentativas continuadas de perversão da democracia política; a concentração da riqueza e a restauração monopolista; o aprofundamento das desigualdades que dilaceram a sociedade portuguesa; a submissão a estratégias e a interesses estrangeiros.

Relativamente ao estilo, há, em comparação com o período anterior, a diferença que resulta de estar ultrapassado o marco eleitoral e ser a altura de substituir os efeitos e os floreios eleitoralistas pela rude linguagem das facturas apresentadas pelo Governo do PSD ao povo português para que pague os governamentais desmandos propagandísticos e demagógicos.

O primeiro debate parlamentar da VI legislatura da Assembleia foi também revelador do posicionamento das outras forças partidárias em relação ao novo quadro político e em especial ao Programa e à actuação do Governo de Cavaco Silva.

A este respeito salienta-se como particularmente preocupante as posições do PS quer em relação à operação cavaquista visando a revisão da legislação eleitoral, quer em relação à abstenção na moção de rejeição apresentada pelo PCP (o que implicou uma atitude correspondente da parte dos comunistas), quer a absurda pretensão de se proclamar como «a oposição de todos os portugueses», quer ainda o optimismo que o novo líder parlamentar socialista manifestou em face da «modernização em curso» (pelos visto a de Cavaco Silva!) em que se reclama incluído.

Não pode deixar de se referir,

também, a atitude do deputado do PSN que afinal se apresentou solidário com o Governo e o PSD e não com reformados, discriminados e excluídos da sociedade que dizia defender e de quem terá recebido os votos que o levaram à Assembleia.

A clarificação do quadro político e partidário assim obtida coloca na ordem do dia duas questões da maior gravidade que reclamam respostas imperativas do movimento dos trabalhadores e das forças democráticas.

A primeira dessas questões é a nova ofensiva do Governo de Cavaco Silva e do PSD contra a democracia política traduzida na revisão global da legislação eleitoral, incluindo com a revisão antecipada da Constituição onde for necessário.

Esta ofensiva laranja não passaria de uma das tais habilidades destinada a pôr na sombra as áreas em que o Governo está menos à vontade (como nas questões económicas e financeiras e no cumprimento das promessas sociais) se não fosse a « reacção construtiva » que encontrou na direcção do PS.

Na verdade, as alterações que incluam mexidas nos círculos eleitorais exigem maioria de dois terços e as que implicam revisão da Constituição carecem da maioria de quatro quintos. Só com a colaboração do PS poderão ser concretizadas. Ora o PS não nega essa colaboração. Pela voz dos seus mais altos responsáveis anuncia uma «disponibilidade de princípio». Mais papista que o Papa, propõe uma comissão eventual a ser constituída a toda a pressa, e aceita uma «proporcionalidade racionalizada» em face da «proporcionalidade mitigada» defendida pelo PSD, isto é, mais ou menos a mesma coisa.

A operação de Cavaco Silva torna-se assim um perigo real de grave adulteração do regime democrático, feita pela acção combinada do PSD e do PS contra todos os outros partidos e favorecendo a eternização do PSD no Governo.

É imperioso dar combate à campanha para a revisão das leis eleitorais esclarecendo e denunciando os verdadeiros objectivos do PSD e da tendência para o colaboracionismo por parte do PS.

A segunda questão refere-se à política orçamental restritiva anunciada pelo novo ministro das Finanças, encarregado de abordar as políticas e as perspectivas mais sombrias pelo Primeiro-Ministro que reserva para si as facilidades e as habilidades políticas.

Ficamos assim a saber que «a qualidade não é para já», para já são os sacrifícios. Ficamos a saber também que o mal do país é a «impaciência gastadora» e que a palavra de ordem é «ter paciência» (como se dizia aos pobrezinhos) e «gastar menos».

Passados dias, o Governador do Banco de Portugal veio advogar abertamente a «moderação salarial»; sustentou que «os aumentos salariais devem levar em conta os ganhos de produtividade e os preços internacionais e não a taxa de inflação interna»; considerou que os aumentos da função pública do ano passado foram muito elevados e que este ano o Governo deve dar o exemplo aumentando pouco.

Tudo explicado quer dizer que o Governo entende que devem ser os trabalhadores e as classes médias a pagar os custos da «modernização» e de uma conjuntura menos favorável, que o Governo não soube preparar.

O que o Governo não esquece, como se vê, é de preparar a atmosfera justificativa de irrisórios aumentos salariais mesmo abaixo da taxa de inflação e de uma nova desresponsabilização do Governo em relação às obrigações sociais do Estado, especialmente, em relação ao ensino, à habitação, à segurança social e à saúde, onde se anuncia o agravamento das taxas moderadoras. Ao mesmo tempo que se prepara para gastar pouco com estas funções sociais, desenvolve com grande empenhamento os preparativos para um novo bodo ao grande capital com a aceleração das privatizações com o objectivo declarado de contribuir para a restauração dos grupos monopolistas. Não se vê outra forma eficaz de repudiar e contrariar esta política senão pelo desenvolvimento de amplas acções de massas, nas empresas, noutros locais de trabalho e nas ruas, visando a melhoria do poder de compra e das condições de vida e sustentando a exigência cabal do cumprimento pelo Governo das obrigações do Estado no domínio social.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47959. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPANHA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Comunicado do Comité Central do PCP

O Comité Central do PCP reuniu em 19 de Novembro de 1991 para apreciar o desenvolvimento das direcções de trabalho, tarefas e orientações definidas pela reunião do Comité Central de 10 de Outubro passado, nomeadamente as respeitantes ao desenvolvimento das lutas de massas para a defesa dos interesses populares; a actuação dos comunistas nas autarquias e no movimento sindical com vistas ao desenvolvimento e eficácia do seu trabalho e ao estreitamento da ligação às populações e aos trabalhadores; ao balanço da actividade nos movimentos de mulheres e a aspectos do trabalho com a juventude; à actuação do Grupo Parlamentar e ainda ao exame de comportamento e atitudes assumidas por membros do Partido em flagrante violação das normas estatutárias.

O Comité Central analisou igualmente acontecimentos políticos recentes e alguns aspectos da situação social.

1 O Comité Central do PCP exprime a mais indignada condenação e repulsa pelo massacre de S. Cruz e em geral pela política de opressão e genocídio praticado pelas forças de opressão indonésias contra o povo timorense, associa-se ao Luto Nacional decretado pelo Governo, por proposta do Presidente da República, ao mesmo tempo que exige uma acção consistente e firme da parte do Governo português, para obter da parte da ONU, da CEE e de outras organizações internacionais de que Portugal faz parte a condenação da Indonésia e a exigência de que seja posto fim à ocupação do território de Timor e de que seja assegurado ao povo maubere o reconhecimento do seu inalienável direito à autodeterminação e à independência.

Manifestando a sua disponibilidade em contribuir, ao lado de outras forças, entidades ou personalidades, para a sua concretização, o Comité Central considera que seria justificada e oportuna a realização de uma significativa iniciativa de massas que testemunhasse a activa solidariedade do povo português com o martirizado povo maubere.

2 No plano da actualidade política, sem prejuízo de uma posterior e mais desenvolvida análise e reflexão, o Comité Central confirma a apreciação já enunciada pela Comissão Política e pelo Grupo Parlamentar de que, no essencial, o Programa do Governo do PSD indica a persistência e agravamento de uma política de confronto com os interesses de vastas camadas da população e com realidades fundamentais do regime democrático consagrado na Constituição e que não permitirá abrir caminho à solução dos graves problemas do povo e do País nem enfrentar adequadamente os complexos desafios com que Portugal está confrontado.

Com efeito, descontada a insincera apropriação verbal que o PSD e o seu Governo fazem de críticas, objectivos e reivindicações formulados pelas forças democráticas, o que fundamentalmente caracteriza o Programa do Governo é a prioridade concedida a alterações antidemocráticas no sistema político e na legislação eleitoral visando a eternização do PSD no poder, a aceleração das medidas tendentes à plena reconstituição do poder e controlo do grande capital sobre a economia nacional, a crescente desresponsabilização do Estado nas áreas sociais com o correspondente agravamento das injustiças e desigualdades, a imposição de medidas restritivas afectando o nível de rendimentos e as condições de vida da população, novos passos no sentido da limitação de direitos dos trabalhadores, nomeadamente do direito à greve.

O Comité Central sublinha a extraordinária gravidade e os sérios perigos decorrentes da proposta do PSD de proceder, por via de uma revisão constitucional antecipada, a alterações substanciais no sistema e nas leis eleitorais com o patente intuito de afectar ou liquidar o princípio da proporcionalidade e de assegurar ao PSD em futuras eleições legislativas e autárquicas a obtenção de maiorias absolutas com uma muito mais baixa percentagem de votos, em desrespeito da vontade real dos eleitores, dificultando poderosamente uma alternativa democrática, procurando diminuir drasticamente, por via de leis eleitorais iníquas, a representação institucional das outras forças políticas e designadamente do PCP.

O Comité Central manifesta a maior apreensão e uma viva discordância com a atitude de inadmissível complacência e disponibilidade afirmada pelos dirigentes do PS face a esta operação desencadeada pelo PSD e recorda que existem tristes precedentes (como a última revisão constitucional) em que o PS, embora protestando intenções algo diferenciadas das do PSD, acabou por se deixar aprisionar e ceder completamente no decurso de processos de negociação legislativa com o PSD.

O Comité Central pronuncia-se firmemente pela necessidade e indispensabilidade de um amplo e vigoroso movimento de opinião e de combate político que, activamente sustentado pelo empenho dos democratas portugueses, permita derrotar a perigosa ofensiva de desfiguração da democracia política agora anunciada pelo PSD.

3 O Comité Central na análise da situação social salienta que passadas as eleições, rapidamente se começou a tornar claro quais as consequências, para os trabalhadores e as massas populares, do prosseguimento do PSD/Cavaco Silva no Governo.

Cresce o número de empresas encerradas ou em vias de sê-lo, lançando no desemprego muitos milhares de trabalhadores, aumenta o número de trabalhadores com salários em atraso, fenómeno que o PSD dizia ter sido irradicado e contra as expectativas alimentadas durante a campanha eleitoral, o insignificante aumento das reformas e pensões, continua a condenar a imensa maioria dos reformados e pensionistas a uma vida de miséria.

A rotura financeira das Universidades, consequência da as-

fixia do ensino superior público que tem vindo a ser levada a cabo pelo PSD, constitui uma grave expressão da política do Governo.

O Comité Central chama a atenção para a operação propagandística que o governo PSD desenvolve no sentido de preparar as massas populares para a aceitação de medidas gravosas que prepara, nomeadamente contra os salários e serviços sociais essenciais.

É significativo que durante a apresentação do Programa do Governo nenhum ministro das áreas sociais (educação, saúde, segurança social, habitação, etc.) tenha participado no debate e que o ministro das Finanças, ao mesmo tempo que anunciou um Orçamento restritivo, tenha anunciado que a política de rendimentos assentará na contenção do que chamou «a impaciência gastadora dos portugueses».

O Comité Central, considerando as lutas de massas como uma direcção fundamental para a defesa dos interesses das massas populares, insiste na necessidade de se considerar no plano prático o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das massas populares, contra as medidas antipopulares do Governo.

4 Apreciando o andamento das tarefas relativas a diferentes direcções de trabalho consideradas prioritárias, o Comité Central, em relação à actividade dos comunistas no movimento sindical insiste na importância e necessidade de prosseguir de forma sistemática as discussões e as auscultações já encetadas com o objectivo de se operar a melhoria da actividade política dos membros do Partido, com vistas ao reforço dos Sindicatos, e do movimento sindical unitário e da sua democracia interna a unidade dos trabalhadores.

O Comité Central salienta a necessidade e a importância dos membros do Partido se empenharem no quadro da preparação da Conferência Sindical Nacional, da CGTP-IN de forma activa e responsável e em estreita cooperação e unidade com outras correntes de opinião, no sentido do aprofundamento do estudo das novas realidades e na busca colectiva das soluções para os complexos problemas que o movimento sindical enfrenta na actualidade.

5 Em relação ao balanço da acção das comunistas em várias estruturas do movimento de mulheres, o Comité Central realça que esse balanço põe em evidência o destacado papel das comunistas para o desenvolvimento da luta das mulheres pelos seus direitos.

O Comité Central considera fundamental prosseguir o aprofundamento da análise do trabalho do Partido nesta frente e aponta como questões essenciais que devem nortear a acção das comunistas, a dinamização e o reforço dos movimentos de mulheres e a associação da sua luta emancipadora com a luta em torno dos problemas concretos e imediatos em defesa dos interesses das mulheres.

6 No que respeita ao Grupo Parlamentar, o Comité Central tomou nota de que para além de se ter procedido à eleição da respectiva direcção, concretizaram-se outros aspectos da sua organização, visando conciliar as necessidades de intervenção do Grupo Parlamentar e as exigências que se colocam ao Partido noutras frentes de intervenção política e social e tornaram-se várias iniciativas legislativas.

Na abertura dos trabalhos da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar apresentou seis Projectos de Lei tendo por objectivo a redução do horário máximo semanal de trabalho, a revogação dos aspectos mais gravosos do «pacote laboral», o aumento e dignificação dos valores mínimos das pensões e reformas, o acesso gratuito dos reformados aos medicamentos, a eliminação da prova geral de acesso (PGA) e a alteração do regime de inquéritos parlamentares.

O Comité Central salienta a combativa, coerente e qualificada intervenção do Grupo Parlamentar do PCP no debate do Programa do Governo e destaca a justa iniciativa de, como testemunho de fidelidade aos compromissos assumidos perante os eleitores e de existência de oposição e de alternativas à política do Governo do PSD, apresentar uma moção de rejeição do Programa do Governo, sem a qual o Programa do Governo teria passado na Assembleia sob a falsa aparência de que as forças democráticas estariam numa atitude geral de recuo, intimidação e abdicção.

7 O Comité Central apreciou o desenvolvimento da actividade dos eleitos comunistas nas autarquias, em maioria e em minoria, tendo concluído que o traço essencial é a valiosa obra realizada e uma acção caracterizada pelo trabalho, a honestidade e a competência, directamente ligadas aos elevados ideais do PCP e à sua estreita relação com as populações e os seus interesses.

Como resultado da apreciação feita e em curso sobre a actividade desenvolvida nas autarquias, o Comité Central reitera a sua confiança no trabalho realizado e em perspectiva, que desmente tentativas do PSD de transpor para o plano autárquico os resultados das eleições de 6 de Outubro e até de contestar a legitimidade das autarquias que actualmente exercem o seu mandato.

Bem ao contrário, o prosseguimento e o reforço do trabalho e da intervenção dos comunistas nas autarquias e a sua ligação às populações abrirá perspectivas de um bom resultado nas eleições autárquicas de 1993 que permitirá continuar a notável obra realizada e afirmar, com atenção à mudança permanente de condições objectivas, o projecto de transformação e de um futuro melhor que tem caracterizado a CDU.

A situação reclama, porém, uma permanente reafirmação destas características e uma pronta correcção das deficiências detectadas.

Constituem direcções prioritárias de trabalho: o reforço da ligação às populações e às organizações populares; a informação acerca do trabalho realizado e sobre as dificuldades encontradas na resposta a algumas carências e aspirações populares, designadamente por razões imputáveis ao Governo; o reforço da participação dos cidadãos e das suas organizações e a melhoria do atendimento, da desburocratização e da resposta às pretensões dos cidadãos; a melhoria da articulação com os trabalhadores das autarquias.

O Comité Central confirma a condenação de qualquer alteração antidemocrática do sistema de eleição das Câmaras Municipais, visando atribuir a maioria absoluta de mandatos ao partido ou coligação que obtiver a maioria relativa de votos.

Condena igualmente o facto de o Governo tentar impor responsabilidades incompatíveis às autarquias, em particular na área da habitação, em que o PSD fez promessas eleitorais que se prepara para não cumprir.

O Comité Central exige que as dotações financeiras a inscrever no Orçamento de Estado para 1992 respeitem a lei de finanças locais e que as autarquias não continuem a ser sacrificadas por políticas orçamentais restritivas. Exige, por outro lado, que o Governo não repita tentativas de dividir as autarquias em torno de critérios de distribuição ou de outras questões e que assegure uma evolução favorável da situação financeira de todas elas.

8 O Comité Central deliberou ratificar a decisão da Comissão Central de Controlo e Quadros de aplicação da sanção disciplinar de expulsão a três membros do Partido com destacadas responsabilidades no continuado desenvolvimento de actividades fracionárias e de hostilização pública da orientação do Partido, em grave violação de princípios e normas estatutárias e em ostensiva ruptura com a lealdade, a solidariedade e fraternidade devida ao Partido e aos outros membros do Partido.

A ratificação pelo Comité Central da referida decisão é feita com base nos termos e fundamentos expostos na respectiva resolução da Comissão Central de Controlo e Quadros.

O Comité Central autorizou igualmente a publicitação das referidas sanções.

O Comité Central lamenta profundamente que a prolongada e sistemática recusa daqueles membros do Partido em rectificarem os seus graves comportamentos e atitudes tenha tornado inevitável a sanção agora decidida.

Rejeitando frontalmente as deturpações e calúnias com que se procura apresentar as decisões agora tomadas como actos de alegada punição de supostos «delitos de opinião» e de divergências político-ideológicas, o Comité Central reafirma que as sanções aplicadas visam exclusivamente pôr termo a uma situação de insustentável desrespeito por regras, princípios e deveres consagrados nos Estatutos e que constituem aliás pressupostos essenciais da própria adesão ao Partido e da manutenção nas suas fileiras.

A este respeito, o Comité Central salienta que uma activa intervenção de todo o Partido no plano do esclarecimento e do debate político e ideológico constitui um factor fundamental para assegurar a coesão do Partido e melhorar a irradiação e compreensão da sua sólida identidade democrática, da sua mensagem, dos seus ideais, propostas e projecto.

O Comité Central reafirma o empenho de todo o colectivo partidário no reforço e fortalecimento da vida democrática interna do Partido e a concepção essencial sobre a naturalidade da diversidade de opiniões e sobre o valor e importância da opinião e contribuição de cada militante, no quadro do funcionamento dos organismos do Partido.

O Comité Central apela a todos os membros do Partido para que, independentemente de diferenças de opinião ou mesmo divergências que têm pleno direito de defender no Partido, no respeito pelos seus princípios estatutários, se integrem no trabalho e organizações partidárias, contribuam para o reforço, coesão e dinamismo da acção do Partido em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo português.

9 O Comité Central reafirma a necessidade de em todas as organizações se prosseguir o estudo dos problemas orgânicos e a busca de soluções para o seu melhor funcionamento tendo presente as dificuldades actuais, as modificações sociais e económicas e igualmente a rica experiência do trabalho partidário e a existência de um colectivo militante, dedicado e empenhado no reforço da influência do Partido.

Convicto de interpretar o sentimento e a vontade de todo o Partido, o Comité Central renova a sua apreciação de que o PCP dispõe das energias, da experiência e da capacidade para superar as dificuldades, problemas e deficiências que enfrenta e para, não apenas continuar a desempenhar um papel essencial na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, mas ampliar a sua influência e alargar o apoio popular às suas propostas e ao seu projecto de democracia, liberdade, bem-estar, progresso social, desenvolvimento e independência nacional.

Lisboa, 19.11.91

Resolução da Comissão Central de Controlo e Quadros do Partido Comunista Português

1. Na reunião de 10 de Outubro passado, o Comité Central considerou, entre muitas outras direcções de trabalho, a necessidade de fortalecer a vida democrática interna a par do exame de comportamentos e atitudes assumidas por membros do Partido, designadamente no período pré-eleitoral, em grave violação dos princípios e regras estatutárias.

No que respeita à vida democrática interna, que interessa aprofundar em todas as organizações, é assegurado em todo o Partido o direito de os militantes defenderem as suas opiniões e fazerem as críticas e propostas que considerem justas, nos debates realizados nos organismos a que pertencem, nos plenários das suas organizações, nas Assembleias, Conferências e Congressos para que foram eleitos, em todas as reuniões do Partido em que participem. A diversidade de opiniões está sempre presente, naturalmente, em qualquer organização do Partido. Inserida no trabalho colectivo e conduzindo a decisões colectivas e respeitadas por todos, é um factor favorável ao rigor das análises e das conclusões e ao reforço da unidade na orientação política e da eficácia na acção.

No que respeita aos comportamentos de militantes que violam princípios e regras estatutárias, entende-se ser indispensável um apuramento cuidadoso dos factos e uma apreciação serena e justa das responsabilidades.

2. Foi à luz destes conceitos e critérios que, passadas as eleições de 6 de Outubro, a Comissão Central de Controlo e Quadros (CCCQ) procedeu a um atento exame de actividades fraccionárias, designadamente dos casos mais graves que, na sequência de actuações e comportamentos anteriores, tiveram expressão no período pré-eleitoral, com violentos ataques públicos à orientação e à Direcção do Partido, causando graves prejuízos para a luta em que o Partido estava empenhado num momento da vida nacional de particular importância para o povo, para o país, para a democracia, para o próprio Partido.

3. Dada a gravidade do problema, a CCCQ colheu as opiniões do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e promoveu consultas aos membros da Comissão Executiva Nacional e a outros militantes.

As opiniões recolhidas e as consultas mostraram, a par de uma opinião geral quanto ao empenho no aprofundamento da democracia interna do Partido, a consideração igualmente geral da incorrecção e inadmissibilidade de comportamentos de membros do Partido tipicamente caracterizados como actividades fraccionárias.

O exame da questão comportou reflexões e opiniões diversas relativas à ponderação, por um lado, dos sérios prejuízos para o Partido resultantes do arrastar da impunidade de actividades fraccionárias que provocam indignação geral dos militantes e, por outro lado, da oportunidade e repercussões de justas medidas disciplinares.

As informações recolhidas relativas à forma como têm reagido e reagem as organizações e os militantes a estas situações e comportamentos indicam, não só uma severa condenação de actividades fraccionárias, como a exigência feita à Direcção do Partido para lhes pôr termo.

4. Do exame ponderado da situação e dos comportamentos, a CCCQ sublinha:

- a necessidade de não confundir os membros do partido que desenvolvem actividades fraccionárias com aqueles que, embora possam ter opiniões semelhantes, as levam ao debate dentro do Partido, como é seu inteiro direito;

- a necessidade de considerar diferenças de comportamentos e graus diversos de responsabilidade, designadamente daqueles que deliberadamente se constituem em fracção e desenvolvem, com continuidade e numa atitude de desafio ao próprio Partido, actividades fraccionárias divulgadas publicamente pela comunicação social, e daqueles que, tendo embora assumido publicamente em tal ou tal momento posições semelhantes, integram entretanto a sua actividade na actividade geral do Partido apoiando com a sua participação as lutas em que o Partido está empenhado;

- a necessidade de considerar indispensável tomar medidas disciplinares adequadas, designadamente a expulsão do Partido daqueles que assumam particular responsabilidade na criação de fracções e no desenvolvimento da sua actividade.

5. Na sequência do trabalho realizado, a CCCQ aprovou as conclusões e tomou as decisões que se seguem.

6. Desde a preparação do XII Congresso do PCP, alguns membros do Partido, na sequência de atitudes anteriores, vêm assumindo **comportamentos e procedimentos** objectivamente incompatíveis com a qualidade de membros do PCP. Assim:

a) Desenvolvem actividades abertas e frontalmente violadoras dos Estatutos do PCP - Estatutos que foram aprovados democraticamente pelo colectivo partidário - numa anómala e insustentável situação em que por um lado se consideram titulares dos direitos estatutariamente assegurados aos militantes mas, por outro lado, não se consideram vinculados à observância e respeito de deveres essenciais consagrados nos Estatutos;

b) assumem plenamente o carácter de grupo organizado, com solidariedades políticas, movimentações e intervenções combinadas, públicas, em oposição à direcção e orientação dos organismos centrais do Partido em torno de propostas e plataformas políticas próprias, e à margem do funcionamento normal e estatutário da estrutura orgânica e da disciplina do PCP, configurando o que com rigor se caracteriza como actividades fraccionárias;

c) afrontam continuamente a democracia interna e o funcionamento democrático do Partido, pela falta de respeito pelas decisões e conclusões maioritárias ou consensuais obtidas através do debate livre e democrático dos militantes nos órgãos e organismos do Partido, incluindo os seus Congressos, e pelo sistemático denegrir da orientação e das posições do Partido e dos organismos dirigentes eleitos democraticamente pelos militantes;

d) colaboram objectivamente nos ataques e campanhas contra o PCP ao permitir, facilitar e mesmo promover a exploração pelos órgãos de comunicação social desses comportamentos e opiniões, utilizando todo o largo espaço jornalístico, radiofónico e televisivo que lhes põem à disposição, para dar expressão e voz pública às suas opiniões e actividades;

e) rompem com o comportamento de solidariedade, de fraternidade, de lealdade, de frontalidade que devem reger as relações entre comunistas.

7. Estes comportamentos e procedimentos assumem elevada gravidade política e partidária e têm causado ao Partido inúmeros e significativos prejuízos, tais como:

a) prejuízos no desenvolvimento e resultados da acção política, com particular relevo para a intervenção eleitoral;

b) prejuízos na dinâmica e fortalecimento da intervenção dos comunistas nos movimentos e organizações de massas;

c) prejuízos na força do PCP, procurando afectar a sua coesão ideológica, política e orgânica e promovendo e estimulando atitudes de indisciplina;

d) prejuízos na credibilidade e imagem, na influência e prestígio do PCP, pelos ataques que, invocando a qualidade de membros do Partido, fazem à coerência e consistência dos objectivos, da luta, da estrutura partidária e do funcionamento orgânico do Partido.

A grande massa dos membros do Partido que, empenhada e militantemente, se envolve nas acções de massas, participa nas campanhas eleitorais, desempenha tarefas nas instituições, contribui para o reforço da organização, prestígio e influência e defende a coesão e unidade do PCP, sente e expressa desgosto, desagrado e indignação pelos comportamentos que negam, desvalorizam e desrespeitam a sua actividade. É inadmissível que, enquanto a grande maioria dos camaradas se envolvem e se esforçam para reforçar a influência e implantação partidárias, alguns, uma pequena minoria, à margem das estruturas partidárias, procuram diminuir e miná-las através de actividades, atitudes e declarações largamente publicitadas.

8. Sobre aqueles comportamentos e procedimentos acrescentam factores especialmente agravantes:

a) O serem, alguns, assumidos em momentos de especial relevo e gravidade política como aconteceu em períodos eleitorais ou marcados por complexos e controversos acontecimentos internacionais;

b) o facto de, nalguns casos, tais atitudes envolverem membros do Partido com particulares responsabilidades político-partidárias pelo exercício de cargos públicos para os quais foram eleitos em listas do PCP;

c) a insistência e permanência destes comportamentos ao longo de anos, apesar das diversas e fraternas chamadas de atenção para a sua incorrecção e ao arpejo das claras decisões

dos XII e XIII Congressos sobre a disciplina partidária e as actividades fraccionárias.

9. Considerando que, no prosseguimento de actividades fraccionárias anteriores, ainda que com envolvimento diferentes, José Barros Moura, José Luís Judas, Mário Lino e Raimundo Narciso assumiram recentemente especiais responsabilidades como «Mesa» representativa (como foi afirmado pelos próprios) e orientadora de uma dita «reunião de militantes do PCP», efectuada em Lisboa, no Hotel Roma, no dia 27 de Agosto último, completamente à margem da estrutura e funcionamento orgânico e da disciplina do Partido, reunião essa largamente publicitada, antes e depois, pelos meios de comunicação social;

Considerando que as declarações nessa reunião proferidas e o documento de «conclusões» divulgado, não só falsificam posições e actuações da direcção do Partido, como reforçam e agravam o afrontamento público e antiestatutário à linha política do Comité Central e seus Órgãos Executivos e manifestam profunda oposição às orientações ideológicas, programáticas e estatutárias do PCP, decididas pelos XII e XIII Congressos do Partido, constituindo assim a base de uma proposta ou plataforma política própria visando a descaracterização do PCP e à volta da qual se forma e se pretende continuar, incluindo pelo anúncio de eventuais novas reuniões, um grupo ou tendência organizada, tudo isto conformando uma actividade fraccionária;

Considerando o momento político extremamente complexo que se vivia quando já começara a pré-campanha para as eleições legislativas de 6 de Outubro;

Considerando que, ouvidos para apresentação das suas razões pela Comissão Central de Controlo e Quadros, se confirmaram os factos considerados e não houve qualquer garantia de que não se poderiam voltar a verificar no futuro actos semelhantes, antes pelo contrário foi reafirmado o propósito de afrontamento às normas estatutárias quando assim o entenderem (confirmado pelas posições públicas tomadas logo após a sua audição), prosseguindo assim, actividades fraccionárias em que têm estado envolvidos;

Considerando, entretanto, que José Luís Judas, após ter sido ouvido, resolveu apresentar a sua demissão do PCP, o que o exclui naturalmente de qualquer eventual sanção disciplinar;

Considerando que a actividade e conduta verificada infringem claramente as alíneas a), b), c), m) e n) do Artigo 14º, a alínea f) do ponto 2 do Artigo 16º e o Artigo 21º dos Estatutos em vigor, aprovados pelo XII Congresso do PCP, e que tal actividade e conduta afectaram gravemente a vida e os princípios do partido;

A Comissão Central de Controlo e Quadros, com o conhecimento e o acordo do Secretariado, da Comissão Política e da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP, decide:

A. Aplicar a sanção disciplinar da alínea e) do ponto 2 do Artigo 64º dos Estatutos do PCP - expulsão do Partido - a José Barros Moura, Mário Lino e Raimundo Narciso.

B. Submeter a medida disciplinar decidida à ratificação do Comité Central na sua próxima reunião e propor a sua publicitação.

C. Insistir com José Barros Moura para que no quadro do entendimento que afirma reconhecer de que os cargos políticos ocupados por eleição devem estar à disposição do Partido, concretize de facto a intenção manifestada na carta dirigida à Direcção do Partido de renúncia do mandato no Parlamento Europeu, questão que - tendo em conta o dever ético consagrado no Artigo 55º dos Estatutos - já lhe fora manifestada em 18 de Outubro passado, com fundamento na incompatibilidade entre os seus já referidos comportamentos e atitudes e o exercício de um importante cargo de confiança política.

A Comissão Central de Controlo e Quadros considera necessário que seja feito um apelo a todos os membros do Partido que, de qualquer modo, têm estado envolvidos em actividades fraccionárias ou em iniciativas promovidas pelo grupo fraccionário, para que, independentemente de diferenças de opinião ou divergências, que têm pleno direito de defender no Partido, se integrem no trabalho do Partido, respeitem os seus princípios estatutários e contribuam para o reforço da sua unidade e da sua acção pelos interesses vitais dos trabalhadores e do povo português.

Lisboa 18 de Novembro de 1991

A Comissão Central de Controlo e Quadros do Partido Comunista Português

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Programa do Governo não serve Portugal nem a democracia

A alteração das leis eleitorais no quadro de uma revisão antecipada da Constituição acabou por ser o tema a polarizar a atenção dos deputados no decorrer do debate do Programa do XII Governo, concluído faz hoje oito dias, na sequência da não aprovação pelos parlamentares do PSD de duas moções de rejeição apresentadas separadamente pelas bancadas do PCP e do PS.

Lançado por Cavaco Silva no seu discurso de abertura, este tema polémico, como seria de esperar, desencadeou reacções desencontradas. Se para a bancada da maioria, na linha de argumentação do chefe do Executivo, tudo se resume a um aperfeiçoamento do sistema eleitoral, em ordem a fazê-lo corresponder alegadamente «às exigências de governabilidade que se colocam hoje ao País», já no entender da oposição, em particular do PCP, a questão é bem diversa, ou seja, o que está em causa é a distorção do princípio da proporcionalidade através de um acto de engenharia nos círculos eleitorais cujo único objectivo é garantir a perpetuação do PSD no Poder.

Postas as coisas nestes termos, não admira, pois, que da parte da bancada comunista tenha partido uma condenação enérgica a esta proposta do Governo do PSD — um velho sonho laranja já anteriormente rejeitado pela Câmara por não dispor da necessária maioria de dois terços —, tanto mais que a questão colocada nestes termos e

neste preciso momento tinha igualmente em vista desviar as atenções dos grandes problemas económicos e sociais que se colocam ao País.

Sem hesitações, pela voz dos seus deputados, o PCP deixou deste modo clara a sua frontal oposição a quaisquer alterações que tenham como objectivo a redução da proporcionalidade na «transformação dos votos em mandatos e o agravamento das desigualdades entre cidadãos quanto à eficácia do seu voto».

As ambiguidades do PS

Uma crítica contundente que não encontrou a mesma expressão nos parlamentares socialistas, os quais chegaram inclusive, pela voz do seu secretário-geral, a manifestar a disponibilidade do seu partido para encontrar um consenso sobre a revisão do sistema eleitoral, ainda que não ditada pelos prazos do PSD.

Neste âmbito, partiu mesmo de Jorge Sampaio, como contraproposta, a constituição de uma Comissão Parlamentar eventual para elaboração de um código eleitoral, o que bem pode indiciar desde já, levando em linha de conta a experiência passada em matérias processuais desta natureza, uma certa disponibilidade do PS para levar a água ao moinho do PSD.

Mas se o debate em torno desta questão eleitoral for elucidativo quanto aos propósitos do Governo, o mesmo já não se poderá dizer relativamente aos gran-



des problemas nacionais e às respostas e medidas concretas que eles reclamam. Neste domínio, designadamente quanto às respostas a dar aos problemas sociais mais gritantes, tornou-se particularmente chocante o silêncio comprometido do Governo e da maioria, a tal ponto surpreendente que houve ministros responsáveis por estas áreas, como a Educação, Saúde, Emprego e Obras Públicas, que cometeram a proeza de «entrarem mudos e saírem calados», isto é, não abriram pura e simplesmente a boca ao longo do debate.

Deixar cair as promessas

E se esta ausência de elucidação sobre as respostas e

medidas concretas para os grandes problemas nacionais foi sem dúvida um dos traços distintivos do debate da passada semana, outro houve, igualmente importante, para o qual importa chamar a atenção. Referimo-nos ao facto de o Governo ter deixado cair algumas das suas promessas eleitorais, como atestam, lembrados por Octávio Teixeira, os irrisórios aumentos nominais das reformas em 12 ou 13 por cento, quando antes se comprometera a aproximar o valor das reformas mínimas ao do salário mínimo nacional, ou ainda a publicação após 6 de Outubro das peças mais gravosas do pacote laboral, quando, anteriormente, «estabilidade e qualidade do emprego» inflacionaram o

discurso e as promessas eleitorais do PSD.

Aliás, como fez notar Carlos Carvalhas, pronunciando-se sobre esta questão no seu discurso de encerramento, não foi só o esquecer das promessas eleitorais que marcou o Programa submetido ao juízo da Câmara ou as intervenções dos membros do Governo e da maioria ao longo do debate. Significativo, como observou o secretário-geral adjunto do PCP, não deixou de ser também a forma como o Governo procurou diluir de forma despuodrada algumas das suas propostas mais gravosas «através de generalidades e floreios verbais».

Aspectos que si mesmo não encerram propriamente nenhuma novidade, atendendo à conhecida prática do Governo, como afinal não constitui surpresa a «linha de continuidade» que Cavaco Silva reclamou para a condução da sua acção governativa.

Uma opção de continuidade de onde sobressaem, como linhas de força, referenciadas detalhadamente pelos deputados comunistas que intervieram no debate, a limitação de direitos fundamentais dos trabalhadores, em particular o direito à greve; o fazer recair sobre as classes mais desfavorecidas e camadas médias o peso das dificuldades resultantes das fragilidades da nossa economia; o prosseguimento do assalto às empresas públicas, abrindo simultaneamente as alavancas fundamentais da nossa economia à penetração do capital estrangeiro; a desresponsabilização social do Estado relativamente aos sectores mais frágeis da sociedade portuguesa; ao mesmo tempo que abre campo à dinâmica neo-liberal e aos seus dogmas; o tratamento

da integração europeia como uma questão privada, ou ainda clara apetência para o reforço do centralismo e da governamentalização do Estado.

Se a este quadro de orientações juntarmos, em matéria agrícola, uma política de deixar o sector à sua sorte e, no plano da economia, a manutenção do favorecimento da actividade financeira em detrimento da actividade produtiva, facilmente se concluirá das razões que levaram a bancada comunista a considerar este Programa como uma peça que não serve Portugal nem a democracia portuguesa.

Existem alternativas

Não se esgotou, porém, nas críticas ao Programa do Governo a intervenção dos deputados comunistas ao longo dos dois dias de debate. Ao contrário das afirmações produzidas por Cavaco Silva no discurso de encerramento, segundo as quais a oposição não tem alternativas credíveis ao PSD, a verdade é que, pela sua parte, a bancada comunista enumerou com rigor e detalhe um conjunto de propostas que na sua perspectiva constituem a base para uma alternativa global susceptível de abrir caminho à valorização da nossa especialização produtiva, à melhoria do perfil das nossas exportações, a um desenvolvimento harmonioso e solidário, com mais justiça, mais democracia, mais participação.

Afinal de contas, mais uma razão adicional para que a formação comunista tivesse apresentado uma moção de rejeição do Programa, em ordem a que, como afirmou João Amaral na declaração de voto, o debate não fosse inconclusivo e cada um assumisse as suas responsabilidades.

Clarificar posições assumir responsabilidades

De entre as razões que levaram a bancada comunista a apresentar uma moção de rejeição do Programa do Governo, uma houve, por si considerada «politicamente indispensável», que terá pesado decisivamente: a necessidade de o debate não ficar inconclusivo e de cada uma das forças políticas representadas no Parlamento assumir perante o País as suas responsabilidades.

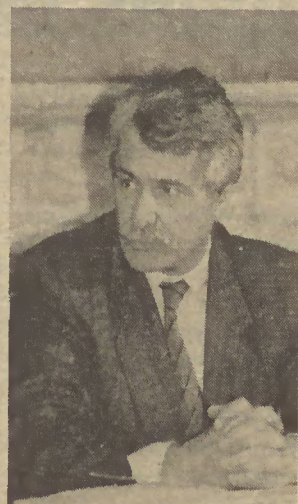
«Os portugueses que não votaram no PSD e que não se identificam com este Programa não entenderiam por que razão a sua opinião não seria expressamente manifestada neste debate pela forma democraticamente prevista na Constituição, isto é, pelo voto contra o

Programa», sublinhou a propósito João Amaral, depois de recordar que a Moção de Rejeição não existe só para ser aprovada e impedir a formação do Governo mas também «para que os partidos políticos representados na Assembleia clarifiquem as suas posições quanto ao Programa governamental com os seus concreto conteúdo e alcance».

Para os parlamentares comunistas, assumido que foi plenamente o seu estatuto de oposição, trata-se agora, de acordo com as palavras de João Amaral, de exercer todos os direitos para criticar e combater as medidas que o Governo queira executar, direitos de que não prescindirão «quer no plano das instituições,

quer no plano da acção no terreno social e dos movimentos de opinião». Apesar do Governo sair da Assembleia com legitimidade formal para governar, tal não significa, porém, no que foi outra chamada de atenção de João Amaral, que não existam limites que se lhe impõem, a começar desde logo, recordou, pela própria Constituição, sem esquecer o respeito pelos interesses nacionais e pelos reais interesses populares, bem como o respeito pelas oposições e por todas as minorias.

Depois de assinalar que a «democracia não se esgota no voto expresso de tempos em tempos», e de que esta «deve ser vivida dia a dia», João Amaral deixou ainda



João Amaral

um apelo à intervenção dos cidadãos, ao «seu sentido crítico, à expressão pública das reivindicações, à defesa dos direitos, à luta pelos ideais».

Reforma das leis eleitorais Desfigurar o regime eternizar o PSD no Poder

(...)

A maioria renovada do PSD não significa o desaparecimento em Portugal de profundas desigualdades e chagas sociais e de grandes atrasos e desajustamentos do sistema produtivo que podem tornar-se dramáticos nos próximos anos se não forem tomadas as medidas adequadas. O PSD reconheceu esses problemas ao desdobrar-se em promessas na última campanha eleitoral. De algumas já se esqueceu, como acaba de o demonstrar o pequeno aumento das pensões dos reformados. Noutros casos, o Governo remete para outrem o cumprimento das promessas, como é o caso da habitação, em que pretende imputar des-

social que a Constituição consagra e que não são tomados verdadeiramente a sério.

Mas, o propósito não é só este. O Governo visa também garantir a perpetuação do PSD no poder, realizar o velho sonho de «uma maioria, um governo, um presidente», conquistar o maior número possível de autarquias locais.

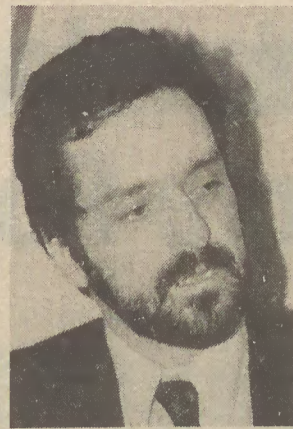
A engenharia em torno de círculos eleitorais pode esvaziar de conteúdo a proporcionalidade, que não existe em pequenos círculos. E note-se que o PSD fala de um círculo nacional que não recuperaria os votos que não elegessem deputados. Trata-se, pois, de uma velha proposta, já rejeitada nesta Casa por não

dispor da necessária maioria de 2/3.

Quanto à Lei Eleitoral para as autarquias, é inquietante o propósito de facilitar a criação de maiorias nas Câmaras Municipais, rompendo com o sistema de representação proporcional. Quando o partido do presidente da Câmara não tem a maioria, a solução é negociar com outros partidos ou vereadores, em vez de criar artificialmente maiorias, com base na ideia democraticamente perigosa de que a governabilidade tem que prejudicar a proporcionalidade. A vida mostra que as Câmaras em que há maioria relativa funcionam bem na generalidade dos casos.

medidos e inoportunos encargos às autarquias numa matéria em que a responsabilidade essencial é, e tem que ser, do Governo; ou secundariza sectores como é o caso do ambiente ou do ordenamento do território.

Ao pretender passar todos estes problemas para segundo plano e centrar o debate político numa revisão constitucional antecipada e em alterações das regras de eleição de todos os órgãos de poder, o Governo visa desviar a atenção dos direitos dos trabalhadores, da infância, da juventude, dos reformados e das mulheres que estão por realizar, dos direitos à saúde, à habitação, à educação, à cultura e à segurança



As leis eleitorais não são perfeitas nem intocáveis. Mas quaisquer alterações têm que se guiar pelo propósito de aperfeiçoar em vez de esvaziar a proporcionalidade. Têm que visar garantir a igualdade de oportunidades e não fabricar vencedores antecipados.

Luis Sá

car vencedores antecipados. O PSD já mostrou no passado que não é isso que pretende. Todas as propostas eleitorais são velhas, com excepção das relativas às regiões autónomas, em que há graves atentados à proporcionalidade, que agora o Programa vem implicitamente confessar.

(...)

O presidente do PSD pode propor uma revisão da Lei Fundamental aos outros partidos. Mas é óbvio que não foi nessa qualidade que se dirigiu à Assembleia da República ao fazer chantagem e marcar prazos ao PS. Em democracia os comportamentos têm um valor simbólico. Neste caso, confirmam uma fúria governa-

Uma política de sacrifícios para a maioria dos portugueses

(...)

Na fala do senhor ministro das Finanças e nalgumas linhas programáticas foi possível uma maior esclarecimento. Ficamos a saber que a batalha da qualidade afinal não é para já. Quis o ministro lançar daqui o recado a alguns responsáveis das pastas da área social para a contenção dos gastos. Avisou os portugueses para que travem a impaciência para o consumo e avançou com a ideia dum Orçamento restritivo. Descodificados os avisos o que fica claro é que o Governo, numa linha de continuidade e agravamento, vai exigir e impor novos sacrifícios à maioria dos portugueses e particularmente aos trabalhadores nos seus salários, nos seus direitos enquanto polariza a riqueza nas mãos duma minoria.

Tentou o ministro das Finanças minimizar as preocupações da nossa bancada. E no entanto é a própria vida já hoje a confirmá-las.

Quando aqui denunciámos as ameaças decorrentes das alterações das Leis Laborais também o ministro Silva Peneda quis fazer graça de mau gosto. Os despedimentos colectivos na Seagate, na Automática Eléctrica Portuguesa, na Siemens, na Clérgios, na Cometa, na Firestone, na Somincor, na SNS fariam engolir a graça a quem é responsável pela sua facilitação.

O 2.º pacote laboral aí está, publicado logo após as eleições de 6 de Outubro. O seu conteúdo reduz a meras declarações de intenções as linhas programáticas que tratam da dimensão social e da solidariedade.

Simultaneamente algumas medidas de carácter positivo a que o Governo se comprometeu a nível do sistema de segurança social, da higiene e segurança no trabalho e a redução do horário de trabalho para as 40 horas são adiadas e prolongadas no tempo.

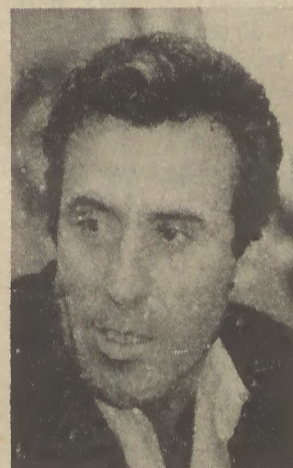
O diálogo e a concertação social merecem destaque no Programa do Governo, mas páginas adiante ressurgem a ameaça de limitação do direito à greve que tinha sido arredada durante o processo de revisão constitucional face à derrota da proposta do PSD. Quando colocamos em confronto a manifestação da vontade de diálogo e negociação por parte do Governo com o seu objectivo de mutilar por decreto o direito à greve queremos sublinhar uma contradição insanável.

(...)

Noutras importantes áreas como a Segurança Social, como a Educação, a Juventude também a realidade se sobrepõe às promessas.

Os recentes aumentos das pensões e reformas não só não dignificam a qualidade de vida desses milhares de homens e mulheres que estão no último quartel da sua vida como mantêm a distância do salário mínimo nacional. É esta a forma de quebrar solidões, angústias e exclusões e acarinhar o capital de experiência e de vivência dos mais velhos que o Programa refere?

A nível de Educação o Programa do Governo faz tábua-rasa dos últimos quatro anos e limita-se, como se nada fosse, a prometer resolver os mesmos desequilíbrios que o Governo



O Governo, numa linha de continuidade e agravamento, vai exigir e impor novos sacrifícios à maioria dos portugueses e particularmente aos trabalhadores nos seus salários, nos seus direitos enquanto polariza a riqueza nas mãos duma minoria.

Jerónimo Sousa

crédito jovem à habitação; aumentar o combate à droga e combater o trabalho infantil, mas não se compromete com uma única medida concreta que possa vir ao encontro da resolução desses e de outros problemas da juventude.

Quanto às mulheres como se pode tomar como verdadeira a vontade de promover a igualdade e dar combate às discriminações quando não empresas que atrás referi são as primeiras a ser despedidas mesmo quando são novas de mais para ir para a reforma e velhas de mais para arranjar novo emprego?

(...)

(Extractos da intervenção de Jerónimo de Sousa)

Moções de rejeição

Nas reportagens que hoje publicamos sobre a parte final do debate do Programa do Governo na Assembleia da República, diversos órgãos de comunicação social limitam no essencial as suas referências à questão da votação das moções de rejeição ao registo de que o PS se absteve na votação da moção apresentada pelo PCP e de que o PCP se absteve na votação da moção apresentada pelo PS e à consequente constatação da «divisão da oposição».

O Gabinete de Imprensa do PCP considera que seria útil que a opinião pública possa dispor, não apenas da informação sobre a situação objectivamente verificada mas também da informação sobre as suas causas.

Neste sentido, e de acordo com a referência constante da declaração de voto ontem apresentada por João Amaral em

nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Gabinete de Imprensa do PCP esclarece que:

1. Atempadamente, o Grupo Parlamentar do PCP informou o PS de que considerava politicamente necessário que o debate do Programa do Governo terminasse com uma votação que claramente expressasse a posição de cada partido com representação parlamentar e que, com esse objectivo, se não fosse apresentada uma moção de confiança por parte do Governo, o PCP tinha intenção de apresentar uma moção de rejeição.

2. Ao ter conhecimento de que o PS, na sequência da apresentação pelo PCP de uma moção de rejeição, se propunha apresentar a sua própria moção, o Grupo Parlamentar do PCP transmitiu ao Grupo Parla-

mentar do PS a sua opinião de que seria politicamente relevante e vantajoso que os dois partidos pudessem convergir num voto favorável às duas moções, ficando portanto claro que o Grupo Parlamentar do PCP não teria qualquer dificuldade em, num quadro de reciprocidade, votar favoravelmente a moção do PS.

3. Perante a confirmação por parte do PS de que não tencionava votar a favor da moção de rejeição apresentada pelo PCP - que seria a primeira a ser votada -, desde logo o PS foi informado de que lhe caberia exclusivamente a responsabilidade pela imagem de «divisão da oposição» e de que não poderia esperar que o PCP votasse a favor da sua moção.

4. A ponderação objectiva dos factos conduz necessariamente à conclusão de

que a situação verificada de «divisão da oposição», longe de resultar de qualquer alegado enquistamento recíproco do PCP e do PS, resulta sim de, no debate parlamentar, o PS ter preferido assumir manifestações de convergência com propostas negativas do PSD a assumir qualquer expressão, ainda que elementar, de convergência com o PCP na rejeição do Programa do Governo do PSD.

Lamentando essa orientação, o PCP reafirma entretanto que, perante a renovação da maioria absoluta do PSD, a cooperação e a convergência das forças democráticas se torna ainda mais necessária e premente para a defesa dos interesses populares e do regime democrático.

15.11.91

O Gabinete de Imprensa do PCP

mentalizadora e o desrespeito pela instituição parlamentar.

Receamos que esta fúria governamentalizadora esteja também presente na revisão de leis que pode ameaçar a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público. O acesso efectivo dos cidadãos ao direito e à justiça não está assegurado através da previsão de medidas concretas.

Em relação à Administração Pública, o Programa não assenta numa clara definição de fins a prosseguir, em particular em áreas como a saúde e a educação, em que lhe deverá caber um papel constitucional e plenamente assumido. É significativo também que o programa omita medidas, ou o simples propósito de combater a corrupção.

Reprovamos o carácter vago e não calendarizado das referências à regionalização. A prudência que o senhor Primeiro-Ministro alega seria de aplaudir se não constituísse um pretexto invocado há década e meia para travar o seu avanço.

Quanto às autarquias, apelamos para que qualquer revisão da Lei de Finanças Locais decorra nesta Assembleia, com a participação da ANMP e da ANAFRE, numa base de seriedade e procura de consenso.

(...) (Extractos da intervenção de Luís Sá)

Tudo subordinar à lei do mais forte à «ditadura do dinheiro»

(...)

Como Partido com responsabilidades perante os portugueses, perante o povo e os trabalhadores alertamos para aspectos centrais caracterizadores do Programa do Governo:

O que se propõe limitar direitos fundamentais dos trabalhadores, em particular o direito à greve.

O de fazer pagar exclusivamente pelas camadas mais desfavorecidas e pelas camadas médias, sobretudo fora dos períodos eleitorais, o peso das dificuldades resultantes do facto da economia portuguesa manter, no essencial as suas vulnerabilidades, nomeadamente face à proximidade do Mercado Único. Aquilo a que o senhor ministro das Finanças designou por quebrar o ímpeto «à impaciência gastadora dos portugueses» e que os aumentos aos reformados e pensionistas é desde já um exemplo.

O de deixar abandonada à sua sorte a agricultura portuguesa, a braços com graves problemas, como o do escoamento dos produtos e a diminuição dos rendimentos dos agricultores, amea-

çados acrescidamente pela aceitação de exigências de uma nefasta reforma da Política Agrícola Comum. É, por isso, natural e legítima a indignação e a angústia de muitos agricultores perante a perspectiva da desertificação dos campos pela lógica liberal e a razão especulativa.

O de prosseguir e acelerar o negociocismo e o leilão de riquíssimo património público, deixando a nossa economia e as suas alavancas mais fundamentais à penetração do capital estrangeiro.

O de dar campo à dinâmica neo-liberal e aos seus dogmas. Tudo deixar «à mão invisível», à lei do mais forte, «à ditadura do dinheiro» com a desresponsabilização social do Estado, conduzindo à crescente marginalização dos sectores mais frágeis da sociedade portuguesa, às exclusões e às chagas sociais.

A lógica contida no Programa e expressa pelo ministro das Finanças resume-se em termos esquemáticos a este dilema: «para criar emprego é preciso que os trabalhadores tenham pa-

ciência, façam sacrifícios em proveito dos ricos que são os únicos que investem»...

É a lógica que conduz à constatação real de que os governos passam e as «manchas de pobreza» continuam e se ampliam. Creio que no plano económico se exigia do senhor Primeiro-Ministro e do ministro das Finanças alguns esclarecimentos nomeadamente sobre a dinâmica da economia de casino, sobre a valorização artificial do escudo em prejuízo das exportações, sobre a redução das taxas activas dos juros e da elevada intermediação financeira em manifesto prejuízo da actividade produtiva nacional. Nada se ficou a saber.

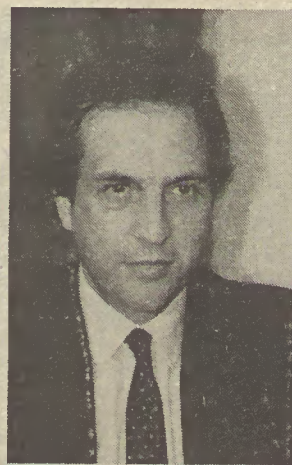
Por último, sublinhamos ainda como essencial do Programa a clara apetência para o reforço do centralismo, e a governamentalização do Estado, de que é já exemplo nítido o que se está a passar com as questões da CEE. Aliás, no passado, o Governo já nos habituou a um discurso que tem oscilado ciclicamente entre a afirmação beata dos méritos do Parlamento e as acusações de improdutividade e de negação da sua capacidade de inflexão das realidades sociais.

(...)

Uma chamada de atenção ainda para o contínuo défice democrático, com prejuízo para a potenciação do poder negocial português em relação às conferências intergovernamentais, à União Económica e Monetária, à coesão económica e social e à União Política.

O PCP entende que na situação concreta era necessário e possível uma alternativa global que permitisse a valorização da nossa especialização produtiva, a melhoria do perfil das nossas exportações, que permitisse de facto um desenvolvimento harmonioso e solidário, com mais justiça, mais democracia, mais participação.

Com base numa exigente reflexão sobre a evolução da vida nacional, sobre a situação do povo e do País, e sobre os embates com que Portugal virá a ser confrontado, pensamos que era necessária uma outra política global e sectorial tendo como preocupações e tarefas nacionais prioritárias, entre outras, a elevação do nível e qualidade de vida da população, a modernização do aparelho produtivo, o decidido combate à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais. Um especial empenho na modificação da grave situação em que vivem reformados e pensionistas; a valorização e dignificação de quem trabalha; a



A lógica contida no Programa e expressa pelo ministro das Finanças resume-se em termos esquemáticos a este dilema: «para criar emprego é preciso que os trabalhadores tenham paciência, façam sacrifícios em proveito dos ricos que são os únicos que investem»...

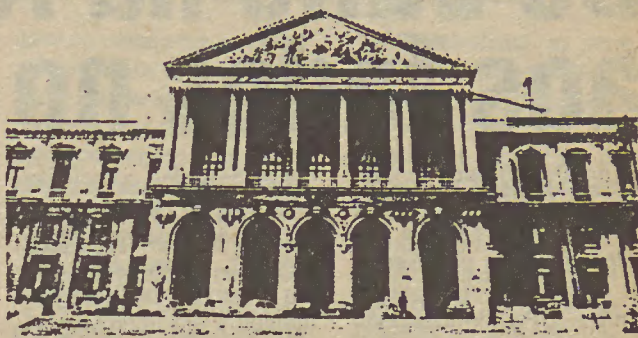
Carlos Carvalho

luta contra a tráfico da droga e a melhoria dos equipamentos colectivos e condições de transporte nos grandes aglomerados urbanos; uma cuidada atenção aos problemas de importantes grupos sociais como o da juventude e o das mulheres; o combate ao abuso do poder, do clientelismo e da

corrupção e uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública; o avanço corajoso para profundas reformas na saúde, na educação, na habitação e na segurança social.

(...)

(Extractos da intervenção de Carlos Carvalho)



Fitas

Durante o debate do Programa de Governo, o Partido Socialista, pela voz do seu secretário geral, abriu a perspectiva de acordar na constituição de uma comissão parlamentar especial para elaboração do que designou «um código eleitoral». A ideia constituiria a resposta dos socialistas à anunciada vontade de Cavaco Silva de proceder à revisão da legislação eleitoral.

Como se sabe, o PSD deseja rever a legislação eleitoral no sentido de viciar as normas de representação proporcional e tornar possível a obtenção de maiorias parlamentares absolutas com um número muito inferior de votos ao hoje necessário. Por outro lado, e como se sabe também, uma revisão de leis eleitorais exige, nos termos da Constituição, maiorias parlamentares de dois terços, o que significa que Cavaco Silva não poderá mexer numa vírgula de qualquer lei eleitoral sem os votos dos deputados socialistas.

A posição anunciada por Jorge Sampaio começa assim por ser importante por aquilo que não é: ou seja, não é uma recusa frontal do PS a entendimentos com o PSD sobre a matéria. Pelo contrário.

E o grande problema é que, no tocante a objectivos político-parlamentares da direita que requeiram os votos do PS (revisões constitucionais, altas autoridades, etc), este filme já foi visto várias vezes.

O primeiro episódio é o que se passou. O PS afirma que é necessário não deixar à direita a «bandeira» do piedoso objectivo que o PSD invoca para o que pretende fazer, no caso vertente, a «bandeira» da «melhoria da legislação eleitoral. Já foi a da «modernização» para destruir as nacionalizações e a Reforma Agrária, já foi o «desenvolvimento» para subverter a legislação laboral. E etc.

O segundo, habitualmente com um recorte de alguma privacidade, é a explicação que os socialistas dão que não senhor, não se trata de nenhuma cedência, os trabalhos da comissão parlamentar vão arrastar-se, ali eles irão opor-se com toda a tenacidade às maldades da direita, que assim será totalmente desmascarada nos seus objectivos. E nada se passará.

O terceiro episódio prolonga-se por alguns meses na Comissão. O PSD acusa o PS de que se não acede às suas exigências é porque está a fazer o jogo dos comunistas, que assume a responsabilidade histórica de privar o País das bondades que a direita propõe, etc.

O quarto surge quando o PS afirma a sua preocupação pelo arrastar dos trabalhos da Comissão, pela sua inconclusividade, pelos custos políticos da situação e o desprestígio que isso acarreta para a Assembleia e para a democracia parlamentar, tendo ainda em conta a pressão que o PSD exerce através da Comunicação Social que domina (graças a cedências do PS, aliás).

O quinto e último episódio é o PS a votar com o PSD todos ou os essenciais objectivos que este tinha em vista.

Não é bonito, em política como em qualquer outra coisa, fazer processos de intenções - mas os democratas gostariam de não ver esta fita outra vez.

RC

Uma estreia para não esquecer

A estreia nas lides parlamentares de Manuel Sérgio, o deputado eleito pelo PSN, merece uma referência particular pelas indicações políticas patentes no seu comportamento no debate do Programa do Governo.

Esse comportamento pode resumir-se numa frase: apanhou-se na Assembleia da República e logo na estreia mostrou já estar esquecido de quase tudo o que disse e prometeu na campanha eleitoral.

Com efeito, toda a campanha de M. Sérgio e do PSN se baseou na evocação, em termos lancinantes, da realmente dramática situação dos pensionistas e reformados e na denúncia do desprezo e insensibilidade manifestada por sucessivos Governos, sendo legítimo supor que estando o PSD no Governo há doze anos essa denúncia comportasse também uma assinalável crítica ao PSD e aos seus governos.

Ora a verdade é que no dia 14 de Outubro, em declaração de voto feita na AR, M. Sérgio deixou claro que o PSN «aceita o Programa do XII Governo Constitucional» e, desprezando a possibilidade de se abster, votou ao lado do PSD e do CDS contra as moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo PS.

Por outro lado, toda a campanha de M. Sérgio e do PSN deu particular relevo à reivindicação da aproximação (nem sequer gradual ou progressiva mas imediata) das pensões e reformas aos valores do salário mínimo nacional.

Ora, a verdade é que na citada declaração de voto M. Sérgio, fundamentando a referida aceitação pelo PSN do Programa do Governo, disse esperar «entre outras coisas, que a política de segurança social, anunciada no Programa do Governo, seja

escrupulosamente cumprida», sendo importante acrescentar que, uma vez que o objectivo da aproximação das pensões e reformas ao salário mínimo está completamente ausente do Programa do Governo, o seu escrupuloso cumprimento (desejado por M. Sérgio) significará a negação e derrota da principal reivindicação e bandeira eleitoral agitadas pelo PSN na campanha eleitoral.

Na campanha eleitoral do PSN conduzida por M. Sérgio foi sempre patente um grosso mistério (que em boa verdade correspondia a uma manifesta desonestidade política) que consistia na intrigante questão de saber como é que M. Sérgio, sendo um deputado em 230, ia conseguir na AR aquilo que trinta deputados do PCP não tinham conseguido contra a maioria absoluta do PSD na legislatura anterior.

O esclarecimento do «mistério» parece agora encaminhado: é que M. Sérgio, que tão agradado e disponível se mostrou para ser ministro de Cavaco Silva na operação montada pelo «Tal & Qual», resolve a questão dando-lhe a enorme volta que consiste em fazer na AR o mesmo que fazem os deputados do PSD.

Só faltando acrescentar que todas estas atitudes de M. Sérgio foram cinicamente apresentadas num quadro de «dúvida metódica» (é caso para perguntar que teria feito sem a metódica dúvida).

Pelo andar da carruagem, o que é admitir é que, mais cedo do que muitos esperavam, parte considerável dos reformados que votaram no PSN deixem, metodicamente, de ter razões para duvidar que o mais certo é, em vez de terem eleito um deputado defensor dos seus interesses, terem, sem o querer, eleito mais um deputado para a farta bancada do PSD.



No Samouco, da decoração da sala à confecção dos acepipes, da azáfama na cozinha ao abastecimento nas mesas, a iniciativa foi um primor de eficiência e de atenção à qualidade



Na Quinta da Atalaia o almoço teve de improvisar pratos, pelo inesperado aumento dos convivas, mas avançou, a preceito para o «pé de dança»

Carlos Carvalhas em iniciativas do PCP

Do baile na Atalaia aos fados no Samouco

Um almoço onde se dançou à vontade e um jantar onde se cantou o fado a preceito, foram as plataformas de convívio de militantes e amigos do Partido no passado sábado em iniciativas realizadas, respectivamente, na Quinta da Atalaia (recinto da Festa do «Avante!») e no Samouco (Concelho de Alcochete). A presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP, imprimiu vivacidades particulares que importa trazer à público.

A iniciativa da Quinta da Atalaia, promovida pelo Sector de Transportes da ORL do PCP, teve um defeito no meio de várias qualidades: o defeito foi o de previamente anunciar uma sessão de fados que não se realizou; as qualidades merecem relato.

Utilizando um vasto restaurante dos serviços da

Quinta da Atalaia, a iniciativa do Sector de Transportes do PCP foi, apesar deste cuidado especial, surpreendida por um afluxo de convivas que obrigou a um improviso na ementa: uma data de frangos assados, adquiridos à pressa nas imediações, para suprir as insuficiências de um bacalhau com batatas a murro que nos dispensamos de comentar para não abrímos caminho a susceptibilidades. De qualquer modo as 200 pessoas que transbordaram uns bons 50 pratos além dos previstos, não apenas comeram convenientemente como, ao que nos foi dado apreciar, conviveram animadamente.

Mas ao princípio não estavam lá. Uns minutos antes da hora marcada para o almoço-convívio parecia mesmo, pelo escasso grupo que aguardava à porta, que a ini-

ciativa se ia saldar por uma breve reunião de amigos. Erro nosso. Espalhados pela Quinta da Atalaia, fruindo a paisagem magnífica, os convivas aproveitavam a espera para um passeio de fim de manhã. E à hora marcada lá apareceram, a transbordar das expectativas e, às vezes, após cumprirem itinerários mirabolantes, como o amigo que se sentou a nosso lado após uma viagem desde Alcáideche cujas voltas, trocadas pelo desfasamento dos transportes ao fim-de-semana, o levaram ao barco de Belém e às camionetas de Cacilhas.

A entrada de Carlos Carvalhas foi uma espécie de pontapé de saída para a animação do repasto, que atingiu o seu ponto alto na breve intervenção política que o Secretário-Geral Adjunto do

PCP proferiu de improviso no final do almoço (e que condensamos ao lado).

Dissemos atrás que o fado «falhou» no programa, mas a música não faltou; um grupo de amadores do Sector de Transportes encarregou-se da animação prevista e, após a intervenção de Carlos Carvalhas, até este foi convidado para um breve passo de dança. Quando saímos, o que apetecia mesmo era ficar.

Os objectivos centrais desta iniciativa (à semelhança dos do jantar-convívio dessa noite, no Samouco) apontavam para a dinamização da actividade do Partido na sequência do insucesso eleitoral de 6 de Outubro e uma recolha de fundos. Ambos foram obviamente conseguidos.

Ah, fadista!

Instalado no antigo mata-



douro da Quinta do Coelho, o jantar do Samouco aguardava os convivas num jeito muito especial: decorado a preceito - mantas e alfaias pelas paredes, velas e flores nas mesas, eucalipto a cobrir o palco - tinha todo o ar de uma adega típica pronta para uma sessão de fado das antigas. Foi o que aconteceu lá mais para dentro da noite, em cumprimento do anunciado no programa - «Fados, com fadistas de todo o Distrito de Setúbal»; mas antes foi o jantar...

... E o jantar merece reticências, só que apenas para realce ortográfico. Providenciado por um batalhão de camaradas movidas a energia pura, o repasto - caldo verde, bacalhau com todos, vinho, arroz doce, fruta, café e condignas acoplagens - demonstra por si só que a iniciativa fora preparada com os cuidados da antecedência. Houve ali gente a trabalhar desde o início da semana, num empenho voluntário que produziu uma confraternização cuidada ao pormenor. Da decoração da sala à confecção dos acepipes, da azáfama na cozinha ao abastecimento nas mesas, a iniciativa foi um primor de eficiência e de atenção à qualidade. A Organização Concelhia de Alcochete do PCP merece nota alta, bem como os camaradas e amigos do Samouco.

Mais uma vez a chegada de Carlos Carvalhas - efusivamente cumprimentado pela

multidão - foi o ponto de partida para a festa. Sentado na mesa frente ao palco e ladoado por responsáveis concelhios do Partido, o Secretário-Geral Adjunto do PCP foi, também ali, um convidado muito especial. E também mais uma vez as contas não bateram certas porque, aos 200 convivas previstos, houve que acrescentar mais 100 à última hora, com vários obrigados a dispensar o jantar pela boa razão de... já não haver - o que não atrapalhou ninguém, porque a sequência satisfaz todas as necessidades.

A intervenção de Carlos Carvalhas conduziu o convívio à sua «fase superior de festa» com o esperado apontamento político - produzido, aliás, num tom coloquial perfeitamente sintonizado com ambiente fraterno que construiu a iniciativa. E depois foram os fados que merecem um parágrafo final.

Estavam lá quase duas dezenas de intérpretes do Distrito, geralmente amadores, todos veteranos no jeito de bem cantar o fado. Se a qualidade nasce da quantidade e, em concomitância, o público e os artistas constituem o grande cadinho onde a arte exerce as suas alquimias, então a sessão de sábado passado, no Samouco, foi uma tertúlia fadista ao nível de chancela do género. A partir disto, quem julgar que o fado é só de Lisboa pode tirar daí o sentido...

Intervenções de Carlos Carvalhas

Carlos Carvalhas falou de improviso nas duas iniciativas em que foi convidado especial no passado sábado, desenvolvendo, tanto no almoço da Quinta da Atalaia como no jantar do Samouco, um discurso estruturalmente semelhante.

Começando por comentar os resultados das últimas eleições legislativas, o Secretário-Geral Adjunto do PCP perguntou sobre a utilidade dos votos de 6 de Outubro passado, por exemplo em partidos como o PSN ou, mesmo, no PS. Em relação ao primeiro - que tanto falava dos reformados e da solidariedade nacional - o que se assistiu, logo na abertura da legislatura, foi ao seu voto favorável ao Programa do Governo sob o argumento de que pretendia dar o «benefício da dúvida» - isto perante um Programa que, mesmo se fosse cumprido, não responderia, nem de perto nem de longe, quer aos dramas dos reformados quer à tão invocada «solidariedade nacional». Quanto ao PS - cuja estratégia eleitoral ignorou a indispensável captação de votos à direita para uma pirrónica «pesca» nos sectores democráticos - ei-lo já aí com as suas incongruências e vacilações, bem patentes na recente discussão sobre a revisão da lei eleitoral pretendida pelo PSD.

Quanto à CDU, «um objectivo justo não deixa de o ser só porque foi vencido nas eleições», e o PCP af está, mesmo com representação diminuída, apresentando logo na abertura da Assembleia da República seis Projectos de Lei de acutilante importância. E perguntou o orador, em apreciação global: «Nós ficámos mais enfraquecidos; significa isso que os trabalhadores ficaram melhor representados? É óbvio que não».

Entretanto «Cavaco Silva diz que o povo sufragou a sua política»; não é verdade: «os resultados de 6 de Outubro mostraram apenas um terço do eleitorado a votar no PSD,

outro terço nas oposições e o terço restante a abster-se», e, mesmo assim, verifica-se «já hoje que poucos são os que assumem haver votado em Cavaco Silva».

Denunciando a pretendida revisão da Lei Eleitoral como uma forma de o PSD se eternizar no poder, Carlos Carvalhas apontou, igualmente, a política que Cavaco Silva se prepara para prosseguir, «deixando a "cara de mau" para o novo ministro das Finanças» e imaginando-se, certamente, daqui a dois anos a proceder a uma remodelação e a ficar impune como o principal responsável por uma política.

«Os comunistas não se limitam a criticar», afirmou, «é isso que lhes dói; nós criticamos mas construímos e não nos julgamos os detentores da verdade». E a finalizar: «Fomos derrotados, mas as nossas ideias e as nossas propostas não perderam actualidade, como o futuro o demonstrará».



A intervenção de Carlos Carvalhas abriu, no Samouco, a «fase superior da festa»

PCP

Convocada para Abril

Assembleia de Organização Regional do Porto

A DORP anunciou em conferência de imprensa, promovida na passada segunda-feira, que, entre outras importantes iniciativas, realizará a Assembleia de Organização Regional do Porto do PCP no próximo dia 5 de Abril de 1992. Neste sentido, foram já tomadas algumas medidas para alargar e dinamizar os trabalhos preparatórios da Assembleia, que deverá analisar a actividade efectuada, definir a orientação futura e eleger a nova direcção regional do Partido.

Foi assim decidido criar oito grupos de trabalho para estudarem questões ligadas a áreas como a evolução económica, demográfica e social do distrito e o desenvolvimento regional; o poder local e a ligação às massas, tendo em conta as próximas eleições autárquicas; a juventude, os problemas das mulheres, dos intelectuais; o trabalho ideológico, a comunicação e informação; a estrutura social do distrito e as alterações registadas, visando o acompanhamento da luta social.

Estes grupos de trabalho, que deverão ainda estudar a evolução eleitoral do distrito desde 1975, têm como objectivo dar importantes contributos para a elaboração de um anteprojecto de «Resolução Política/Plano de Trabalho», que será colocado à apreciação dos militantes comunistas do distrito nos princípios de Março. Será também neste mês que as organizações vão eleger os delegados à Assembleia.

A DORP procedeu ainda, com base em propostas dos seus organismos executivos, a alguns reajustamentos na composição do Secretariado e da Comissão Executiva e cooptou três novos elementos.

Foi também anunciada a realização de uma reunião regional de Quadros, em 30 do corrente mês, na Junta de Freguesia do Bonfim, em que participará Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

A reunião da DORP apreciou a situação política, sublinhando «as novas ameaças para a democracia e para os

trabalhadores que resultam do Programa do Governo e da recente publicação do pacote laboral. Embora o processo de constituição da Área Metropolitana do Porto, tenha sido recentemente objecto de um encontro com a comunicação social, a DORP destacou uma vez mais a sua importância para o distrito, insistindo na necessidade de se «avançar rapidamente com a instituição em concreto da AMP», e de reclamar que sejam garantidas, no OE, as dotações financeiras adequadas ao efectivo exercício das funções da Área Metropolitana do Porto.

A DORP considera «fundamental que se debatam o estatuto e o papel de cada um dos órgãos da AMP e a política que deve ser desenvolvida no âmbito das suas competências», anunciando neste sentido a realização de um seminário sobre a Área Metropolitana do Porto, que contará com a presença de Luís Sá, da Comissão Política do PCP, em que estarão em foco não apenas os aspectos institucionais mas

também importantes questões como o ordenamento do território, os transportes, o saneamento básico, a defesa do ambiente, entre outros problemas.

A situação laboral no distrito regista um agravamento, expresso, segundo a DORP, nos salários em atraso, que em Setembro atingiam mais de 10 mil trabalhadores em mais de 40 empresas, de sectores tão diversos como o têxtil, metalurgia, construção civil e administração pública. Por outro lado, continuam a encerrar empresas, com especial incidência nos têxteis, tendendo a alastrar-se a outros sectores, designadamente ao vestuário e calçado.

Os balanços sociais confirmam o acentuar da instabilidade e da insegurança no emprego e dão conta das injustas e degradadas condições de trabalho existentes, patentes nas maiores taxas de sinistralidade e de mortali-



A DORP anunciou igualmente a realização de uma reunião regional de Quadros no próximo dia 30, com participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, e de um seminário sobre a Área Metropolitana do Porto, que contará com a presença de Luís Sá, da Comissão Política do PCP

dade no trabalho, a nível nacional. Com a recente vigência do pacote laboral, verificam-se novos despedimentos colectivos, como é exemplo a empresa seguradora Commercial Union Assurance Company- PLC. A par de outros despedimentos colectivos, sob a capa da rescisão por mútuo acordo, caso da «Jacinto», mantêm-se as res-

cisões selectivas, as perseguições e discriminações de activistas da luta sindical e política no distrito. Neste contexto, a DORP do PCP saudou as lutas laborais e reafirmou o seu empenhamento em prosseguir o esforço de estreitamento da sua ligação aos trabalhadores e defender os seus direitos e conquistas sociais.

Promessas de mau pagador não iludem juventude

«Apesar da mudança de secretário de Estado e do eclipse formal do cargo de Ministro da Juventude, o programa do novo Governo PSD/Cavaco Silva não contém qualquer novidade na área da juventude», afirmou a JCP numa primeira apreciação do programa do XII Governo Constitucional nesta matéria.

Segundo o texto divulgado pelos jovens comunistas, «o programa do Governo limita-se a repetir, por vezes com as

mesmas palavras, os compromissos não cumpridos pelo antigo executivo». Os problemas da juventude que o Governo de Cavaco Silva prometia há quatro anos solucionar, são precisamente os mesmos que o actual gabinete se propõe de novo resolver, o que, segundo a JCP, «demonstra com toda a clareza a incapacidade já revelada pelos governos anteriores do PSD de responder com eficácia às grandes necessidades sociais dos jovens».

Entre as últimas, a JCP aponta o alargamento do acesso ao ensino superior, o reforço do apoio social aos estudantes, a valorização da participação juvenil, a melhoria da qualidade na formação profissional, o aperfeiçoamento do crédito à habitação, o combate à droga e ao trabalho infantil.

A organização afirma que «não deixará de confrontar o Governo com o cumprimento das suas promessas, tanto mais que é de prever, pela prática política anterior, que os jovens verão mais uma vez adiada a resposta às suas aspirações de viver numa sociedade mais justa».

A forma como está a ser encarado o apoio ao associativismo juvenil, é, para os jovens comunistas «particularmente condenável na medida em que é reveladora da intenção de manietar e controlar a actividade das associações juvenis através do aparelho de Estado».

A JCP considera «sintomático» o desaparecimento do programa do Governo de toda e qualquer referência ao Conselho Nacional de Juventude e ao mesmo tempo, a aposta no reforço do Conselho Consultivo de Juventude, órgão de forte representação governamental e integrado na Presidência do Conselho de Ministros.

PCP debate poluição industrial em Alcanena

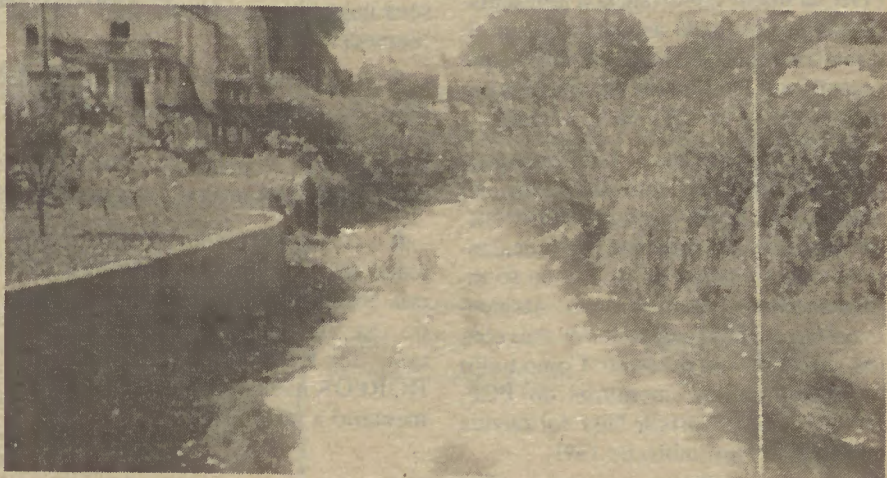
A poluição industrial em Alcanena e a situação do rio Alviela foram tema de uma reunião promovida pelo PCP no centro de trabalho de Alcanena, que determinou a criação de um grupo de trabalho para as questões do Ambiente em que participaram dirigentes locais e regionais do Partido, os presidentes das juntas de freguesia de Pernes e de Vaqueiros, membros das Assembleias Municipais de Santarém e de Alcanena e ainda o deputado da Assembleia da República, Agostinho Lopes, e o deputado do Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro.

As conclusões da reunião apontam para a organização de visitas e de contactos dos eleitos da CDU com as populações vítimas de agressões da poluição industrial, para auscultar as suas preocupações e empreender acções que visem a defesa dos seus direitos e o cumprimento das promessas do Governo.

Ficou igualmente definido transmitir ao grupo parlamentar comunista a necessidade de, com a máxima urgência, soli-

cular ao Governo a tomada de medidas urgentes para resolver o gravíssimo problema do abastecimento de água na freguesia de Minde, assim como exigir explicações sobre a construção de uma nova fábrica de curtumes assente em linha de água, na vila de Alcanena.

Aos deputados comunistas foi também pedido que formalizem propostas na AR para que o próximo Orçamento de Estado contemple as verbas necessárias para os equipamentos e projectos de despoluição da zona de Alcanena, rio Alviela e Minde/Mira de Aire. O levantamento da situação ambiental, no concelho e zonas limítrofes, e a premência de se efectuar um rastreio médico aos habitantes, são outras propostas feitas aos parlamentares do PCP, a quem se apela para que «defenda junto das instâncias oficiais, a necessidade de se inverter a actual política mono-industrial no concelho e se salvguarde a saúde das populações e a integridade dos respectivos trabalhadores».



É indispensável que o próximo Orçamento de Estado contemple as verbas necessárias para os equipamentos e projectos de despoluição da zona de Alcanena, rio Alviela e Minde/Mira de Aire

CAMARADAS FALECIDOS

HERNANI CARREIRA

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 10 do corrente mês, **Hernani Carreira**, de 83 anos, grande activista dos anos 30, preso pela PIDE e enviado para Timor.

JOSÉ LANÇA

Faleceu, aos 60 anos de idade, **José Domingos Lança**, reformado da CP e militante activo do PCP na Comissão de Freguesia do Pinhal Novo.

MARIA DOS SANTOS

Faleceu, com 83 anos, **Maria Ascensão Batista Abreu dos Santos**, destacada democrata que sempre lutou pelos ideais da liberdade e do bem estar do povo. Maria Batista dos Santos residia na Madeira, no concelho da Calheta, freguesia dos Prazeres.

REGINALDO CHARRÃO

Faleceu com 45 anos de idade, **Reginaldo José Jesus Martins Charrão**, técnico industrial, organizado na célula da Cooperativa «Resistência». O funeral realizou-se na passada terça-feira, dia 19.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Pacote legislativo atinge duramente o Poder Local

«Realçar o trabalho empenhado dos comunistas, nos diversos órgãos de poder local no distrito de Évora, pela criação de melhores condições de vida para as populações» é uma das conclusões da reunião da DOREV, realizada na passada segunda-feira, que fez uma análise pormenorizada da intervenção do Partido na área das autarquias.

Contudo, muito mais poderia ter sido feito em prol das populações «se a política do Governo PSD/Cavaco Silva fosse orientada para o reforço do poder local» e em que o aumento de responsabilidades traduzisse maiores transferências financeiras.

A realidade, no entanto, mostra o contrário e, contra toda a lógica, o acréscimo de competências faz-se acompanhar em geral por uma redução de verbas, o que tem levado à asfixia de uma grande parte das autarquias do distrito.

Para o PCP, numa primeira análise do programa do Governo, esta orientação é refor-

çada, uma vez que aponta para a transferência de novos encargos sem que sejam destinadas as correspondentes verbas, como estipula a Lei das Finanças Locais.

Neste sentido os comunistas do distrito de Évora propõem que no orçamento do Estado para 1992 o valor do FEF seja fixado em 180 milhões de contos mais a taxa de inflação prevista para 1992, assim como defendem a criação de um fundo especial destinado exclusivamente aos municípios sem capacidade financeira suficiente para suportarem integralmente a sua parte em obras financiadas pelos fundos comunitários.

Ao analisar o novo pacote legislativo referente ao poder local, o Executivo da DOREV manifestou a sua preocupação quanto à instabilidade e insegurança de emprego que resulta da aplicação de vários diplomas (designadamente os DL 407, 409 e 423/91) que não só não dão resposta aos interesses e direitos dos trabalhadores como terão

graves consequências na capacidade de intervenção das autarquias.

Os comunistas consideram igualmente preocupante a perspectiva de transformar os presidentes das câmaras em órgãos autárquicos, com poderes especiais, contra a própria Constituição que preconiza o funcionamento colegial do executivo camarário.

A acção dos comunistas no poder local destaca-se, segundo o Executivo da DOREV, pelos os esforços realizados na construção de infra-estruturas básicas, como o abastecimento de água, esgotos, construção e conservação da rede viária, no planeamento e ordenamento do território, na criação de espaços verdes, de equipamentos de cultura e desporto, na preservação do património e mesmo na edificação de novas escolas.

Do balanço efectuado, é ainda realçado o apoio prestado à dinamização de actividades culturais e desportivas, à ocupação de tempos livres,

especialmente dirigidas às crianças, jovens e idosos. Os militantes comunistas no poder local têm igualmente desempenhado um papel activo no desenvolvimento socioeconómico do distrito, particularmente na elaboração do PIDEV e na instalação e animação da Região de Turismo.

Na perspectiva de melhorar a sua intervenção, o Executivo da DOREV definiu e traçou orientações de trabalho que possibilitem uma maior dinâmica dos órgãos, a resposta rápida e oportuna aos municípios e uma maior ligação dos eleitos com as populações.

Por último, o Executivo da

DOREV apreciou a actividade partidária no distrito, destacando a realização de dezenas de reuniões e plenários, com o objectivo de discutir não só planos de actividade das câmaras municipais para 1992, como também problemas gerais da organização e as perspectivas de trabalho futuro.

Organização Regional de Santarém define prioridades de trabalho

Os comunistas em Santarém aprovaram um conjunto de medidas para corrigir insuficiências e dificuldades detectadas tanto na direcção do trabalho partidário como no funcionamento de alguns organismos.

A resolução saída da reunião da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP, realizada no último fim-de-semana, aponta várias alterações no trabalho de direcção, na distribuição de quadros e de meios, uma melhor definição das prioridades da luta política e social, com vista ao reforço do Partido na região.

No centro do debate, esteve a forma de elevar o conhecimento e intervenção política do PCP a todos os níveis da estrutura regional, definindo-se algumas linhas orientadoras. Entre elas, destacam-se a dinamização do funcionamento das organizações do Partido, de modo a multiplicar os contactos e ligar organicamente um maior número de militantes; dar particular atenção à leitura e divulgação

do «Avante!» e de «O Militante»; aprofundar o funcionamento democrático do Partido, dar atenção a aspectos da descentralização, valorização e maior responsabilização dos organismos e quadros, de modo a que paralelamente ao reforço da direcção colectiva se destaque o papel dos responsáveis.

A DORSA colocou também como objectivo aproximar mais da organização do Partido, das comissões concelhias e particularmente dos organismos de base os quadros de direcção, sem que isso signifique a sua desresponsabilização ou substituição, mas sim a elevação do seu papel na direcção e estrutura partidária, e uma forma de contribuir para a formação de quadros, e para a melhoria da situação financeira da organização.

É igualmente de salientar a criação de um organismo executivo de direcção regional, ao qual, para além da função de direcção executiva, caberá concentrar o acompanhamento das frentes

de trabalho e da organização partidária.

A DORSA decidiu ainda melhorar o acompanhamento do trabalho das comissões sindicais e de autarquias e concordou sobre a necessidade de promover a curto prazo uma discussão para aprofundar os problemas da agricultura na região e o aumento do empenhamento dos comunistas nas acções dos agricultores e seareiros, em torno das suas lutas e reivindicações.

Aquela Direcção Regional Regional vai proceder a um exame da actividade dirigida à juventude e, em conjunto com a JCP, coordenará linhas de acção e medidas de direcção e quadros que permitam dar resposta e contribuir para a luta e resolução dos problemas dos jovens. Particular atenção será dada aos problemas que mais afectam as populações e à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores desencadeada pelo Governo, designadamente com a recente aprovação da legislação laboral.

DORPOR esclarece atitude de Luísa Correia Nisa

Face às sucessivas solicitações no sentido de comentar as declarações, à Comunicação Social, de Luísa Correia Nisa, em torno do processo relativo à aprovação dos estatutos para a Comissão Regional de Turismo de São Mamede, o Executivo da DORPOR considera oportuno o seguinte esclarecimento:

1 — São públicas as profundas discordâncias do PCP face à forma abusiva, personalizada e partidarizada como Francisco Camilo tem vindo a exercer a presidência da CRT de São Mamede, em claro desrespeito pelo acordo firmado entre o PS e o PCP em 2 de Março de 1990 e de que Francisco Camilo foi um dos subscritores.

2 — Face à manifesta incapacidade do PS de fazer respeitar o acordo firmado e perante as manobras de Francisco Camilo, no sentido de reforçar a gestão partidarizada que tem vindo a fazer da CRTSM, com inevitáveis prejuízos ao desenvolvimento de uma verdadeira política de turismo, considerou a DORPOR da maior importância a apresentação de um projecto de estatutos em alternativa ao de Francisco Camilo, que garantisse a pluralidade de opiniões e a transparência na CRT de S. Mamede.

3 — Dependendo a viabilização de um tal projecto do voto dos eleitos comunistas no Poder Local, a DORPOR, no respeito pelos princípios do funcionamento democrático do PCP, não só informou como procurou ouvir, atempadamente, a opinião de todos os seus eleitos envolvidos no processo. Como todos os outros eleitos, membros do PCP, também Luísa Correia Nisa foi ouvida no dia 3 de Novembro de 1991.

4 — Tendo, na altura, tecido considerações sobre outras possibilidades, Luísa Correia Nisa não manifestou, no

entanto, qualquer discordância ou intenção de inviabilizar o projecto que lhe foi apresentado.

5 — Surpreendentemente, no dia 9/11/04, Luísa Correia Nisa enviou, à DORPOR, um fax com afirmações que se consideram lamentáveis, em nada correspondentes com a forma como o problema lhe havia sido colocado e em que apresentava a sua demissão de membro do PCP.

6 — No próprio dia 9/11/04, voltou a DORPOR a auscultar Luísa Correia Nisa sobre a sua posição, não tendo esta, mais uma vez, assumido uma posição inequívoca contra a proposta que havia sido submetida à sua apreciação.

7 — Como é do conhecimento público, Luísa Correia Nisa, numa manifesta quebra de solidariedade para com os outros eleitos comunistas, veio a votar no projecto de Francisco Camilo, contribuindo, assim, para a inviabilização do projecto alternativo apoiado pelo PCP — o que se considera um grave erro político que não deixará de ter repercussões negativas na vida da CRT de São Mamede.

8 — Considerando a incompatibilidade da postura assumida por Luísa Correia Nisa, em todo o processo, com a sua condição de membro do PCP, decidiu a DORPOR aceitar a sua demissão.

9 — Com a presente Nota, cujo conteúdo foi dado a conhecer a Luísa Correia Nisa na reunião de eleitos da CDU do dia 9/11/16 e a confirmação, por esta, dos factos referidos, considera a DORPOR não haver qualquer outro comentário a fazer sobre este assunto.

18 de Novembro de 1991

O Executivo da DORPOR do PCP

Acontecimentos na Guarda podiam ser prevenidos

A Comissão Concelhia da Guarda do PCP comentou recentemente os «graves acontecimentos» que tiveram lugar naquela cidade junto ao Tribunal Judicial, no seguimento da sentença sobre o conhecido processo de sevícias sobre uma criança de dois anos de idade.

«A indignação popular face à sentença aplicada era previsível», sublinha o texto divulgado pelo PCP, que recorda o interesse e participação da população durante várias sessões e ainda a projecção dada pela comunicação social regional e nacional, «pelo que as entidades responsáveis deveriam ter tomado medidas preventivas». Em vez disso, «as forças policiais, já quando a si-

tuação era incontrolável, carregaram sobre os manifestantes utilizando bala real, que só por sorte não fez vítimas».

A Comissão Concelhia, frisando que não pretende fazer juízos sobre o processo judicial e respectiva sentença, não deixa no entanto de considerar «justa a indignação popular face ao desfecho do processo» e «demasiado branda» a legislação portuguesa para este tipo de crimes.

Por outro lado, entre as principais causas da «triste ocorrência», o PCP coloca em primeiro lugar «os motivos que obrigam os trabalhadores a emigrar, dado o não desenvolvimento desta região». Em segundo lugar, «a

falta de equipamentos sociais, creches e jardins de infância, o que obriga muitas famílias de parques recursos a recorrer a este tipo de apoios». São ainda apontados «outros aspectos que influenciam comportamentos anormais e depravados» como a «divulgação massiva de revistas pornográficas e de programas violentos na televisão, de que deriva um certo tipo de cultura estimulada pelo Governo, em detrimento duma verdadeira cultura e formação cívica». O comunicado reclama, por fim, o apuramento das responsabilidades pela «brutal repressão exercida contra a população da Guarda e manifesta solidariedade para com a criança e sua família».

TRABALHADORES

NACIONAL

MAIS SALÁRIOS EM ATRASO EM 1991

Os salários em atraso aumentaram durante o ano de 1991, de acordo com os números referidos no boletim nº 19 da Inspeção-Geral do Trabalho. Reportando-se aos dados dos primeiros dois trimestres do ano corrente, aquela publicação regista «uma nítida inversão» da tendência para a diminuição verificada até ao final de 1990.

Assim, no fim de Junho de 1991 havia 89 empresas com 1 931 604 contos de remunerações por pagar a 12 497 trabalhadores. Em 31 de Dezembro do ano anterior 76 empresas deviam 1 398 463 contos a 7052 trabalhadores. Segundo a IGT, os distritos mais afectados são Braga, Lisboa e Porto. O maior número de trabalhadores com salários em atraso regista-se na indústria têxtil.

OUTRA MORTE NA LISNAVE

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul (STIMMS) atribui à falta de condições de higiene e segurança a morte de um jovem operário da Lisnave, ocorrida na sequência de um acidente mortal dia 9 de Novembro. Este é, refere um comunicado que o sindicato divulgou na semana passada, o 15º acidente mortal verificado nos estaleiros em 20 meses. «Trabalhava para um empreiteiro na Lisnave, empresa que promove a precariedade de emprego autorizando nas suas instalações os novos-ricos das empreitadas, que actuam sem controlo, imprimindo ritmos de produtividade sem atender a regras elementares de segurança no trabalho» - afirma-se no texto citado pela Lusa.

«Os trabalhadores, a Comissão de Higiene e Segurança têm exigido medidas para alterar a situação degradante em que se labora naquele estaleiro; a administração diz sempre que sim, mas nada faz» - acusa o sindicato.

COMETNA PODE PARAR

Os trabalhadores da Cometna - empresa que pretende despedir 120 das 145 pessoas que laboram na unidade de Palmela - mandaram os seus representantes para tomarem as medidas que julguem mais adequadas para defender os postos de trabalho, admitindo mesmo o recurso à greve. Para os trabalhadores, afirma o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, «não está provada a inviabilidade da empresa, o que está provada é a mediocridade dos seus gestores». Quanto ao Governo, «de uma forma cínica, mantém o silêncio», o que mostra que «ter 50 por cento dos votos não significa um bom Governo».

POLÍCIAS CONTRA TENDÊNCIAS

A Direcção da Associação Socio-Profissional da PSP considera que o direito de tendência não está previsto nos estatutos da ASPP e não serve os polícias, de acordo com um comunicado acerca da anunciada criação de uma tendência liderada por Francisco Sarmiento. Segundo a agência Lusa, no texto da Direcção da ASPP recorda-se que o projecto da associação foi sancionado pela esmagadora maioria dos polícias, em 10 de Setembro do ano passado, enquanto que o aparecimento de uma

tendência «beneficia quem quer desprestigiar e diminuir a força e influência» da ASPP.

OID/COVILHÃ

A União dos Sindicatos de Castelo Branco anunciou que vai enviar à Assembleia da República uma petição para que seja criada uma Operação Integrada de Desenvolvimento para a zona da Covilhã, proposta que conta já, entre outros, com o apoio da Assembleia Municipal e dos presidentes das juntas de freguesia. A USCB fundamenta a sua iniciativa, como refere um telegrama da Lusa, no facto de a Covilhã estar fortemente dependente de uma mono-indústria, o sector têxtil, e particularmente os lanifícios, que enfrentam uma grave crise: nos últimos dois anos, só nos lanifícios, encerraram 17 empresas e foram liquidados cerca de dois mil postos de trabalho.

As estruturas sindicais estão a promover a recolha de assinaturas para a petição.

LAJES

O ministro da República para os Açores admitiu na semana passada que as autoridades portuguesas (concretamente, o Comando Aéreo dos Açores) não autorizem o despedimento colectivo de uma centena de trabalhadores ao serviço do destacamento norte-americano nas Lajes. Mário Pinto disse que «não se vê que seja possível a autorização», posição que, refere a Lusa, foi manifestada após um encontro com o ministro da Defesa.

SALUS

A laboração da empresa Salus, de Setúbal, foi transferida provisoriamente para as instalações da Cerapa, cerâmica desactivada no Pinhal Novo. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul revelou à Lusa que vai ser assim possível cumprir as encomendas para o estrangeiro (contentores), apontando posteriormente para a aquisição de um terreno em Palmela para construir uma fábrica de raiz. Os trabalhadores da Salus foram despejados das instalações arrendadas da fábrica Clérigo, por dívidas desta à Leasimpor, e estavam inactivos desde 18 de Outubro, embora a empresa garantisse o pagamento de salários; estes deveriam ser actualizados em Novembro, mas os trabalhadores abdicaram do aumento, que se deverá concretizar só em 1992.

Funchal e Pinhel sem serviços hospitalares

Poluição e falta de água fecham serviços hospitalares no nosso país. Os casos são no Funchal e em Pinhel

No Funchal não há operações no Centro Hospitalar porque os níveis de poluição causada por gases anestésicos terão atingido níveis muito elevados o que leva à suspensão, desde terça-feira passada, da actividade dos anestesistas no bloco operatório daquele estabelecimento hospitalar.

Problemas ao nível do sistema nervoso central são uma das consequências da inalação de forma prolongada e constante destes gases, facto determinante para a atitude dos anestesistas que aguardam uma vistoria às instalações do Centro Hospitalar que confirme ou desminta os níveis de poluição.

«O Hospital está doente» é um título de um comunicado emitido a este propósito pelo Sindicato dos Enfermeiros que confirma a existência de níveis de protóxido de azoto acima dos estabelecidos internacionalmente e responsabiliza os responsáveis pelo Hospital Cruz de Carvalho «por todos os problemas de saúde existentes e pelos que futuramente possam vir a afectar os profissionais de enfermagem».

Q comunicado conclui dizendo esperar «que os problemas surgidos sejam resolvidos para que possamos trabalhar em 1992, Ano Internacional da Higiene e Segurança e de uma forma despoluída».

«A Anestesia, tal como a Radiologia, são, a nível médico, duas áreas de actividade consideradas de alto risco, facto que implica a adopção de medidas destinadas a impedir quaisquer anomalias», afirmou à agência LUSA Eduardo Maúil, director clínico do Hospital Cruz de Carvalho.

A questão tem já algum tempo: há dois anos, após uma remodelação efectuada

no bloco operatório, foi feita uma primeira vistoria. Na altura, detectaram-se algumas anomalias atribuídas aos equipamentos de anestesia existentes no serviço.

Na altura a comissão responsável pela vistoria proporia um conjunto de medidas que o director clínico diz terem sido adoptadas de imediato, mas a verdade é que, como admitiu, subsistem queixas que não excluem a possibilidade de existência de níveis de poluição superiores ao normal.

Aguardava-se para ontem a chegada à ilha da Madeira de uma equipa de peritos dos Serviços de Utilizadores Comuns dos Hospitais para efectuar testes ao bloco operatório enquanto a administração do hospital anuncia o investimento de 15 mil contos para a compra de equipamento de anestesia destinado ao mesmo bloco operatório.

Serão sete aparelhos que poderão minorar o problema, uma vez que na primeira vistoria os técnicos atribuíram os elevados índices de poluição anestésica à antiguidade dos equipamentos em utilização.

A compra pode no entanto ser ainda demorada, pois só agora está a decorrer o processo de adjudicação.

Falta de água fecha hospital de Pinhel

A falta de água é razão para o fecho do serviço de internamento e o laboratório do Centro de Saúde de Pinhel há mais de uma semana o que obrigou à transferência de doentes internados para o hospital distrital da Guarda numa situação que põe em confronto a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde.

Não se trata de um corte motivado pela falta de pagamento do consumo de água, mas antes uma deficiência no abastecimento. Segundo declarações de um responsável local da Administração Regional de Saúde (ARS), Gil Barreiros, à agência LUSA, a situação provoca «grandes transtornos no funcionamento» do hospital e admitiu a hipótese de recorrer a um poço situado na área do Centro de Saúde após desinfeção e purificação da água.

Amadeu Andrade Poço, presidente da Câmara de Pinhel, contesta a atitude da ARS, afirmando que «o hospital foi fechado precisamente na altura em que começou a haver água» e acusa o responsável pelo Centro de

Saúde local de «unilateralmente ter tomado a decisão de encerramento, quando o problema estava em vias de solução».

O autarca disse ter disponibilizado os meios técnicos municipais para desobstrução e aproveitamento do poço do hospital «eventualmente alternativo ao abastecimento do edifício» e justificou a falta de caudal na rede por uma avaria no mecanismo de tomada de água no rio Coa.

Gil Barreiros, vogal da ARS da Guarda, disse entretanto que o problema está em vias de solução e que os serviços de internamento do laboratório vão ser reactivados «logo que a situação seja restabelecida».



ELEIÇÕES	LUTAS
Eleições Números e análise	As lutas dos professores no ano lectivo de 1990/91
ENTREVISTA	TEMA
A Revolução de Outubro mudou o mundo para melhor	Mais obras de Marx editadas em português
ENTREVISTA	SOCIAL
A Revolução de Outubro venceu com o apoio das massas	A Resolução Política e a questão social
ORGANIZAÇÃO	SOLIDARIEDADE
Colher lições Reforçar a organização	Túlipa Vermelha
ACTIVIDADE	FESTA
Desporto direito do povo	A participação internacional na Festa do "Avante!"

Universitários protestam contra serviços sociais

Estudantes universitários do Porto protestaram ontem contra o aumento de preços das refeições nas cantinas da Universidade e contra a falta de pagamento das bolsas de Outubro e Setembro.

Os estudantes na capital nortenha lamentam a falta de compreensão das instâncias superiores da universidade relativamente à situação dos bolsistas que pode inviabilizar o seu aproveitamento escolar e a obtenção de nova bolsa «criando assim pobres envergonhados tão característicos do terceiro mundo», no dizer de um dos organizadores do protesto em declarações à agência LUSA.

A Comissão de Residentes da Universidade do Porto marcou a concentração de estudantes na reitoria da universidade e na Faculdade de Engenharia após o que se seguiria uma manifestação até aos serviços sociais universitários.

Falta dinheiro na Educação

Em vários sectores começam já a sentir-se os efeitos práticos do *buraco* orçamental do Ministério da Educação.

Os professores de Portugal são credores de uma dívida que ascende já a mais de 200 mil contos e que provém da não actualização das tabelas salariais em 1991 (ainda recebem pelas tabelas de 1990) e de não terem sido processadas as mudanças de escalões a que tinham direito desde Janeiro (continuam a vencer pelos escalões de 1990). Quem denuncia esta situação é o Secretariado Nacional da Fenprof, que insiste junto dos ministros da Educação, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças exigindo a rápida resolução deste problema, depois de o respectivo sindicato (SPE) ter feito semelhante diligência na Direcção-Geral de Extensão Educativa.

A falta de pagamento dos contratos de associação por parte do ME levou também a que três mil professores e 900 trabalhadores não docentes do ensino particular e cooperativo estejam com

salários em atraso - revelou a Fenprof na semana passada. Aqueles contratos não têm sido pagos pelo Ministério desde Agosto, inclusive. Apesar de alguns estabelecimentos de ensino terem recorrido ao crédito bancário, a Federação Nacional dos Professores, alertando para a falta de viabilidade de tal solução, exigiu que o Ministério e o Governo disponibilizem, até ao fim de Novembro, as verbas necessárias para o pagamento das remunerações em atraso; caso contrário, refere um telegrama da Lusa, a Fenprof irá aconselhar os trabalhadores do sector a suspenderem os respectivos contratos de trabalho, de acordo com a legislação em vigor.

A crise financeira no ensino superior motivou um comunicado da Federação da Função Pública, que chamou na semana passada a atenção para os problemas dos trabalhadores não docentes e exigiu a negociação do caderno reivindicativo entregue em Junho deste ano ao Governo, bem como o cabal cumprimento

da legalidade, com a garantia de imediata orçamentação e disponibilização das verbas necessárias ao eficaz funcionamento das universidades e do Ensino Superior Politécnico.

Em nota distribuída anteontem à imprensa, o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores denunciava a situação criada no LNETI, onde a incúria do Governo está a pôr em causa o pagamento dos salários. Lembrando que desde o início do ano detectou a insuficiência de dotações orçamentais para o pagamento dos salários em diversos organismos do Estado, o sindicato revela que no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial - onde o Governo deve a alguns investigadores verbas que remontam a Julho de 1990 - os salários de Novembro foram pagos com dois dias de atraso, ignorando-se ainda quando será pago o 13º mês (que por lei deveria ser pago em conjunto com o salário de Novembro), bem como o que se passará com os salários dos próximos meses.

FSTIEP propõe na EDP aumentos de 18 por cento

A proposta de revisão do acordo de empresa da EDP, entregue recentemente pela comissão negociadora sindical que integra a FSTIEP, os sindicatos das indústrias eléctricas do Norte, Centro e Sul e Ilhas, e o SQTQ, exige um aumento salarial médio de 18,1 por cento (17,1 na tabela salarial dos quadros do nível 1).

Após ampla discussão nos locais de trabalho, a proposta de revisão do AE/92 foi aprovada em plenário nacional de delegados sindicais, realizado em Lisboa no dia 29 de Outubro; a proposta e respectiva fundamentação económica foram entregues ao Conselho de Administração da EDP no dia 4 de Novembro.

A CNS/FSTIEP fundamenta a sua proposta na necessidade de cobrir a inflação de 1991 (que se irá situar à volta de 12 por cento) e melhorar o poder de compra dos trabalhadores, tentando desta forma alguma aproximação aos salários praticados nos restantes países da Europa comunitária - como refere num comunicado distribuído

esta semana aos trabalhadores.

Os valores propostos - afirma a comissão negociadora sindical - «são perfeitamente comportáveis pela EDP, tanto mais que os dados relativos a 1990 referem que a empresa obteve nesse ano 10 milhões de contos de lucros, a produtividade das vendas cresceu em termos reais 10,2 por cen-

to (muito superior à média nacional de 4 por cento), as vendas cresceram 18,2 por cento e a média das vendas por trabalhador foi de 15 800 contos» e «embora ainda não sejam conhecidos os dados de 1991, o CA já afirmou publicamente que todos estes indicadores económicos vão melhorar».

Colóquio na Hotelaria sobre pacote laboral

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo e o Sindicato da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul promoveram no passado sábado, em Lisboa, um colóquio sobre o pacote laboral recentemente publicado. Juristas e outros especialistas debateram com quatro dezenas de activistas o conteúdo dos decretos-lei sobre férias (397/91), duração do trabalho (398/91), cessação de contrato por inadaptação do trabalhador (400/91), salários em atraso (402/91), trabalho de menores (396/91), formação profissional (401 e 405/91), período experimental (403/91), comissão de serviço (404/91), pré-reformas (261/91), protecção social (291/91), dívidas à Segurança Social (411/91) e segurança, higiene e saúde no trabalho (441/91).

Com esta iniciativa, a federação e o sindicato pretendem contribuir para que os seus dirigentes e activistas disponham de melhor informação sobre as alterações mais significativas que são introduzidas pelas novas leis e fornecer-lhes pistas para uma maior eficácia de intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores do sector.

Idênticas realizações têm sido levadas a cabo por estruturas do movimento sindical unitário noutros sectores.

O pacote laboral, que inclui os mais gravosos daqueles diplomas, foi aprovado pelo Governo, apesar da forte contestação que sofreu, no dia 1 de Agosto, mas só foi publicado na folha oficial a 16 de Outubro.

O colóquio de sábado terminou com um momento de solidariedade para com o povo de Timor-Leste (ver pág. 16).

Condenando privatizações

Trabalhadores levam empresas do Estado ao Parlamento

O rápido agendamento na Assembleia da República (AR) de uma discussão em torno do Sector Empresarial do Estado (SEE) onde se reclama do parlamento uma intervenção no sentido de sustentar o processo de privatizações e a profunda análise, caso a caso, da situação de cada uma de empresas que o Governo pretende privatizar, é reivindicado numa petição entregue a semana passada no Gabinete da Presidência da AR por uma delegação de 50 representantes dos trabalhadores destas empresas.

Esta é uma iniciativa de organizações de trabalhado-

res de diversos sectores e da CGTP-IN que entregaram na AR uma exposição que é acompanhada de 2786 assinaturas. Nela acusa-se o Governo de, no seu programa, o «leilão» de empresas incluir expressamente sectores estratégicos para o desenvolvimento económico nacional bem como para a prestação de serviços à população.

Entre os casos citados estão as anunciadas «liberalizações» dos sectores dos operadores de transportes, telecomunicações, electricidade (com entrada de novas em-

presas de produção e distribuição associadas à reestruturação da EDP) e ainda os produtos derivados do petróleo.

Outra acusação dirigida ao Governo é a de escamotear a responsabilidade que a Constituição lhe atribui de *zelar pela eficiência do sector empresarial do Estado* (artº. 81º). «Em vez disso», diz-se num comunicado à imprensa distribuído pelos autores da iniciativa, «o Governo prefere valorizar o processo de privatizações apresentando-o como um meio para conseguir o apregoado objectivo de criação de grupos económi-

cos nacionais, isto quando a vida já demonstrou que é o capital estrangeiro que está ao assalto da economia nacional».

Para esta situação concorre o próprio processo de privatizações já que os capitalistas portugueses «correm a associar-se ao capital estrangeiro» quando este não intervém directamente.

Para analisar a evolução desta petição e a situação no SEE, reúne o planário nacional de representantes dos trabalhadores nestas empresas no próximo dia 18 de Dezembro, em Lisboa.

Jovens da Madeira contra a precariedade

O pacote laboral veio tornar mais grave a precariedade do emprego juvenil, nomeadamente com o aumento do período experimental para 90 dias, denunciou a Unijovem — organização de jovens da União dos Sindicatos da RA da Madeira.

«Com este período experimental tão longo, quase não faz sentido a existência de contratos a prazo» — afirma-se num documento apresentado sexta-feira pela Unijovem no Funchal.

Criticando afirmações do Governo Regional acerca do crescimento do emprego juvenil na Madeira, a Unijovem afirma que não se nota o crescimento de postos de trabalho. Na hotelaria, sector que mais mão-de-obra juvenil emprega na Região, tem sido insignificante o aumento de postos de trabalho nos últimos anos.

Por outro lado, como não existe um verdadeiro subsídio para os candidatos a primeiro emprego, muitos jovens não se inscrevem no Centro Regional de Emprego e sujeitam-se ao trabalho precário, legal ou ilegal.

A par do crescimento da

precariedade, a organização de jovens da USAM afirma que tem aumentado a emigração, nomeadamente a sazonal e até de parte dos jovens que completam cursos de formação profissional.

Considerando que a política laboral seguida pelos governos de João Jardim e Cavaco Silva não vai ao encontro das necessidades do País, a Unijovem denuncia o efeito prático de legislação como a que vem regular agora o trabalho de menores: jovens de 14 e 15 anos, completada a escolaridade obrigatória, poderão exercer *trabalhos leves*, mas, como tão baixo nível de habilitações literárias, apenas poderão trabalhar em sectores como a *construção civil, agricultura, panificação*. Hoje, o maior índice de trabalho infantil verifica-se na construção civil, sector que conta também o maior número de acidentes de trabalho, cujas vítimas são, na maioria, jovens — refere a Unijovem, concluindo que «esta legislação não vai alterar de grosso modo a situação, vem apenas regulamentar algumas situações até agora ilegais».

Ameaças de despedimento na Grundig/Blaupunkt

As organizações de trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt denunciaram, em conferência de imprensa, a ameaça de despedimento colectivo na maior entidade empregadora do distrito de Braga, com 4200 operários.

No encontro com os jornalistas que se realizou na semana passada ao ar livre, por ter sido proibida a sua concretização no interior do complexo, os trabalhadores consideraram não haver razões para a redução dos postos de trabalho, uma vez que a Grundig/Blaupunkt recorre ao trabalho suplementar e a serviços de outras empresas, a quem aluga mão-de-obra.

Entretanto, como foi afirmado, 75 empregados da Grundig Electrónica Portugal (GEP), uma das empresas do

complexo, receberam propostas de rescisão de contrato, mas só 25 aceitaram, «com base numa ameaça velada de despedimento». A proposta da GEP convida os «colaboradores» classificados de «excedentários» a abandonar o emprego, mediante uma indemnização de 2500 contos.

As ORTs consideram esta proposta como um «balão de ensaio» para idêntico procedimento nas restantes firmas do complexo. Por outro lado, alegam em defesa dos postos de trabalho o facto de a Grundig/Blaupunkt ter sido recentemente apoiada pela Comunidade Europeia e pelo Governo português com cerca de um milhão de contos, canalizados através do PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa).

Tratado de União Europeia pode ser rejeitado pelo PE

Parlamento Europeu não aceita papel decorativo

O Parlamento Europeu anunciou a semana passada que rejeitará o futuro Tratado sobre a União Política (UP) e a União Económica e Monetária (UEM) se os seus poderes não forem substancialmente reforçados. Esta posição, secundada por todos os grupos políticos do PE, de acordo com informações da Lusa, poderá vir a ser consagrada numa resolução sobre a matéria a aprovar esta semana no plenário do Parlamento Europeu.

Apesar do PE não dispor actualmente de poder jurídico para bloquear a aprovação do Tratado - cuja assinatura se prevê para a Cimeira de Maastricht, Holanda, nos próximos dias 9 e 10 de Dezembro - não é de excluir que a sua tomada de posição venha a influenciar parlamentos nacionais. De facto, o parlamento italiano, o senado belga e o Partido Social Democrata Alemão (SPD) já fizeram saber que acatariam um eventual aviso negativo do Parlamento Europeu e recusariam ratificar os textos da Cimeira.

Como repetidamente tem defendido, o PE exige que lhe seja reconhecido o efectivo direito de co-decisão que lhe permita participar na aprovação de legislações europeias e não deter apenas o direito de

veto nalgumas matérias e um papel consultivo na maioria dos casos. Acresce, por outro lado, que o PE contesta a institucionalização de uma Conferência de parlamentos, proposta pela França, sobre a qual os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze chegaram a acordo na semana passada na reunião de Noordwijk. Esta Conferência reuniria três vezes por ano deputados europeus e representantes dos doze parlamentos nacionais e assembleias regionais da CEE.

Por razões diferentes também já a Espanha ameaçou não assinar o Tratado de União Europeia. Neste caso, o que está em causa são as questões relacionadas com a coesão económica e social, que poderiam transformar a Espanha, a breve prazo, num contribuinte líquido da Comunidade, o que o país vizinho não aceita. Enquanto Portugal, Grécia e Irlanda aceitaram remeter para o futuro a resolução dos aspectos práticos da coesão económica e social, em troca de uma declaração política anexa ao Tratado prevendo a criação de um «fundo de coesão» não especificado, a Espanha recusa-se a «engrenar num sistema cujos limites não se conhecem».

Desacordo no essencial

As negociações da semana passada, em Noordwijk, não se revelaram também particularmente produtivas. Na opinião dos observadores, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze chegaram a acordo no respeitante aos dossiers menores, mas falharam o consenso nas questões essenciais, o que obrigou a presidência holandesa a convocar nova ronda de negociações para os dias 2 e 3 de Dezembro, em Bruxelas, a escassos seis dias da Cimeira de Maastricht.

Assim, em Noordwijk, os ministros concordaram que apenas 12 comissários (um por cada país membro) façam parte do próximo elenco da Comissão Europeia, cujas funções se iniciam em 1994, deixando em aberto a possibilidade de criar o cargo de comissário-adjunto (cinco no total). O Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Espanha, que actualmente nomeiam dois membros para a Comissão, passariam deste modo a dispor de um comissário e de um comissário-adjunto.

Os ministros acordaram também que os 16 milhões de cidadãos da ex-RDA passem a eleger 18 representantes

para o Parlamento Europeu, a partir de 1994, o que fará aumentar a representação da Alemanha de 81 para 99 deputados. Um facto que não será estranho ao apoio da Alemanha ao reforço dos poderes do PE.

Os Doze concordaram ainda na criação de um conselho das regiões (velha reivindicação alemã que recolheu o apoio da Espanha) e de uma conferência que reuniria representantes dos parlamentos nacionais e do PE (proposta de Portugal e da França), que serviria de alternativa ao exigido reforço dos poderes do Parlamento Europeu. Consenso recolheu igualmente a decisão de aplicar muitas financeiras aos países que não respeitarem os acordos do Tribunal de Justiça da CEE, a partir de Janeiro de 1993, data prevista para a entrada em vigor do novo Tratado da União Europeia.

Diferente foi a postura dos Doze face aos dossiers de fundo da União Política: o alargamento das competências comunitárias, em particular no domínio social; as decisões por maioria qualificada em matéria de política externa e de segurança comum; a cooperação judicial; o apoio ao desenvolvimento das regiões e países mais pobres da Comunidade (a tão falada coesão económica e social) continuam a não reunir consenso.

Em mais um esforço para ultrapassar as divergências nestas matérias e ultimar a cimeira de Maastricht, o presidente em exercício da CEE, o primeiro-ministro holandês Ruud Lubbers, iniciou anteontem uma digressão pelas capitais europeias. O encontro com Cavaco Silva está agendado para dia 25, em Bruxelas, onde o primeiro-ministro português vai visitar a Europália, festival dedicado a Portugal.

Entretanto, também os ministros das Finanças dos Doze se vão reunir extraordinariamente, no próximo dia 1 de Dezembro, em Haia, para acertar posições face ao projecto de Tratado sobre a União Económica e Monetária.

Apesar de todas estas divergências, Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, afirma-se «moderadamente optimista» quanto aos resultados da Cimeira de Maastricht.

No respeitante a Portugal, e a menos de um mês da Cimeira, tudo se continua a tratar no segredo dos gabinetes do Governo. Na apresentação do seu Programa na Assembleia da República, Cavaco Silva enunciou as linhas gerais da sua política nesta matéria. Sem consultar ninguém nem ouvir sugestões, como de costume.

Acção humanitária

O eurodeputado Francis Wurtz, do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, apelou ao presidente do PE, Baron Crespo, para que interceda junto das autoridades marroquinas no sentido de obter a libertação imediata dos dois últimos prisioneiros do antigo campo de concentração de Tazmamart. Em carta ao presidente do PE, bem como ao presidente do Conselho em exercício, o eurodeputado defende a necessidade de mobilizar os ministros dos Negócios Estrangeiros, reunidos no quadro da cooperação política, para tal acção humanitária urgente. De referir que sob a pressão da opinião pública internacional, as autoridades marroquinas libertaram dez presos políticos, encarcerados desde 1973 em Tazmamart. Na sua carta, Francis Wurtz, após recordar as desumanas condições que imperavam no campo de concentração, alerta para o facto de «o sargento Ghani Achour e o aspirante Mohamed Raiss, condenados a prisão perpétua, terem sido de novo encarcerados, a 24 de Outubro, na prisão de Kenitra». Para o eurodeputado, a sua libertação é tanto mais urgente quanto uma prisão prolongada lhes poderá ser fatal, dado o seu débil estado de saúde.

Reforma da PAC

O Conselho de ministros da Agricultura dos Doze, reunido esta semana em Bruxelas, voltou a discutir a reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Embora à hora de encerramento desta edição se desconhecem os resultados da reunião, sabe-se que em causa esteve a evolução futura da PAC com base em relatórios técnicos muito pormenorizados sobre a incidência da proposta de reforma da Comissão Europeia nos sectores dos cereais, tabaco e carne bovina. Recordar-se que a proposta da Comissão prevê uma redução substancial dos preços agrícolas e a substituição dos apoios aos preços por ajudas à produção, medidas de controlo das produções e programas de acompanhamento, em particular no respeitante à protecção do ambiente, da paisagem, da fauna e da flora.

Apoio aos têxteis

A Comissão Europeia propôs ao Conselho de ministros da Indústria da CEE, reunido desde segunda-feira em Bruxelas, uma série de medidas que visam reforçar a competitividade da indústria europeia dos têxteis e do vestuário. A proposta da Comissão baseia-se num relatório que defende, entre outras coisas, o reforço dos fundos estruturais nas regiões fortemente dependentes daquele sector (como é o caso de Portugal), com o objectivo de facilitar a adaptação do seu tecido industrial. O Conselho de ministros pronunciou-se, por outro lado, favorável à proposta da Comissão que solicita a prorrogação, por mais cinco anos, do código de ajudas de Estado ao sector siderúrgico, em particular no respeitante a pequenas e médias empresas. Nesta matéria, Portugal defendia que o regime de ajudas seja alargado à Siderurgia Nacional, pretensão que acabou por ser abandonada. Da agenda da reunião consta ainda o debate sobre o futuro do Tratado da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) e sobre os novos desafios colocados pelas indústrias marítimas.

Dificuldades orçamentais

O Governo português pediu à Comissão Europeia para reduzir as participações financeiras nacionais em numerosos programas de desenvolvimento apoiados pelos fundos estruturais da CEE. O pedido foi justificado com as dificuldades orçamentais do Governo, bem como com o compromisso de redução das despesas públicas imposto pela realização da União Económica e Monetária (UEM). A verificar-se, a diminuição das contrapartidas financeiras nacionais levará a uma redução das ajudas públicas totais inicialmente previstas para os programas. Em concreto, o Governo pretende diminuir as suas responsabilidades financeiras nos seguintes programas: todos os programas regionais, o PRODEP (Educação), o CIÊNCIA, o PRODIATEC (Turismo e Infra-estruturas) e o PRODAEFF (Formação Profissional). Para o ministro Valente de Oliveira, o pedido português traduzir-se-á em «menos, se bem que melhores» projectos aprovados no âmbito dos referidos programas.

Concorrência desleal

A Associação de Produtores de Aço Europeus (Eurofer) vai formalizar uma queixa por alegadas práticas de «dumping» ou concorrência desleal praticadas por congéneres brasileiros, sul-coreanos e indianos. Segundo a Eurofer, as exportações de aço daqueles países para a CEE registaram aumentos excepcionais nos últimos meses, suprimindo mais de oito por cento das necessidades dos consumos europeus no ano em curso, contra três por cento em 1987. De acordo com um comunicado da Associação, tal aumento só foi possível através do recurso a práticas de concorrência desleal, incluindo a fixação de preços à margem das leis do mercado mundial e atribuição de subsídios estatais.



Reforçar poderes do Parlamento Europeu

O Grupo Coligação de Esquerda está disponível para todas as formas de cooperação com os restantes grupos políticos do Parlamento Europeu de forma a desenvolver uma acção conjunta que leve a Cimeira de Maastricht a consagrar um efectivo alargamento dos poderes do PE. Esta a posição foi tornada pública pelo presidente do Grupo, Alexandros Alavanos, no âmbito das jornadas de estudos realizadas pela Coligação de Esquerda em Berlim, de 11 a 14 de Novembro. Esta reunião teve como objectivo debater as relações Leste-Oeste e a cooperação europeia, bem como a União Económica e Monetária, a União Política e a política europeia de segurança e defesa com vista à Cimeira de Maastricht.

Para as jornadas de estudo, o Grupo

Coligação de Esquerda convidou representantes da esquerda da ex-União Soviética, da Polónia, da Hungria e da Boémia-Morávia. Participaram também nos trabalhos deputados do Partido do Socialismo Democrático (PDS) ao Bundestag, entre os quais o último primeiro-ministro da ex-RDA, Hans Modrow. Recordar-se que dois membros do PDS têm o estatuto de observadores no Parlamento Europeu, no Grupo Coligação de Esquerda.

Durante a estada em Berlim, os deputados da Coligação de Esquerda encontraram-se com o presidente do PDS, Gregor Gysi, que manifestou sérias inquietações face ao desastre económico e ao forte aumento do desemprego que afectam em particular o território da ex-RDA.

EUA Crise socioeconómica e valores democráticos

A derrota do candidato racista David Duke nas eleições de Luisiana, derrota que levou à eleição de Edwin Edwards (entretanto conhecido como «the crook» — o vigarista), reflecte de alguma forma a realidade social da América de hoje.

A simples possibilidade de um candidato a governador poder basear a sua campanha, publicamente, em princípios racistas, atribuindo aos negros, aos programas sociais de defesa das minorias e à integração racial obrigatória nas escolas os problemas mais graves da América, e, nesta base, arrecadar 40 por cento dos votos é francamente preocupante.

Simultaneamente, são significativas quer a derrota deste candidato, quer a participação nas eleições que o perigo da sua eleição gerou: mais de 75% de afluência às urnas, um facto sem precedentes na Luisiana, e uma excepção ao nível de todo o país, onde a tendência é de redução da participação nos actos eleitorais.

De notar também as fracas possibilidades de opção política de que o eleitorado americano acaba por dispor. Neste caso, a escolha foi entre um candidato assumidamente racista e um outro conhecido pelo número de processos judiciais de corrupção que sobre ele têm pendido...

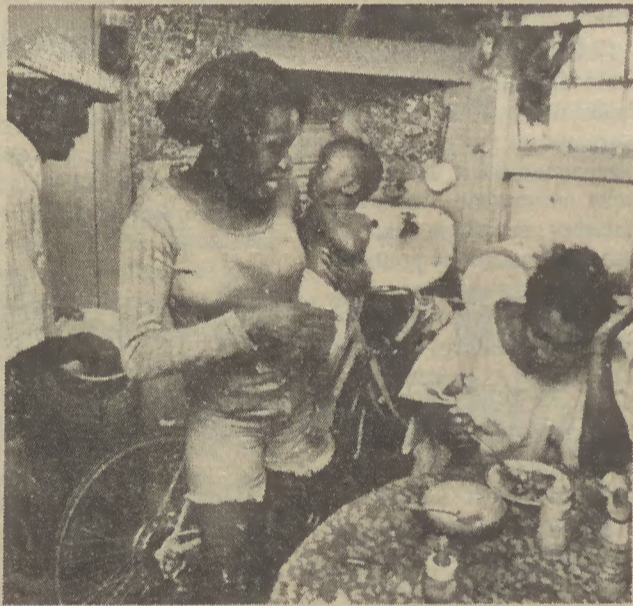
Candidaturas como a de David Duke testemunham nomeadamente da gravidade dos problemas socioe-

conómicos que se vivem no país. Problemas que simultaneamente se traduzem num avanço eleitoral dos candidatos democratas e uma sensível quebra de popularidade do presidente Bush.

Nas eleições recentemente realizadas na Pensilvânia foi eleito um democrata para o Senado, facto inédito de há 30 anos para cá.

O democrata eleito na Pensilvânia, Harris Wofford, basteou a sua campanha na denúncia da insegurança do emprego, a insuficiência da cobertura da segurança social e na crítica ao presidente por se dedicar muito a questões de política externa, descurando os problemas do país.

A verdade é que se acumulam os índices negativos.



A miséria, as condições precárias de vida, são uma realidade nos EUA, e tendem a crescer com a degradação da situação socioeconómica

O desemprego — que tem vindo a crescer — atingiu este mês os 6,8% e o crescimento económico não ultrapassou os 1,4% desde o início do mandato presidencial.

Uma recente sondagem revelou 70% de opiniões desfavoráveis à política desenvolvida por Bush.

O agravamento da situação económica reflecte-se nomeadamente no número crescente de americanos que recorrem à ajuda alimentar, e que atinge neste momento um décimo da população — uma percentagem recorde.

O Ministério da Agricultura, que administra o programa de assistência alimentar aos necessitados, anunciou que em Agosto 23,5 milhões de americanos receberam senhas de ali-

mentação gratuita, ao passo que no mesmo período do ano anterior, tinham sido 20 milhões a recorrer à assistência social para se alimentarem.

«Estes números demonstram aquilo que muitos americanos já sabiam e que o governo tenta disfarçar: que a política económica do governo falhou e está a criar cada vez mais desemprego, empurrando milhões de trabalhadores para as filas de espera da assistência social», comentou o senador democrático Patrick Leahy.

Note-se que, segundo o director do Instituto de Nutrição Comunitária, instituição particular de assistência social, as senhas de alimentação distribuídas pelo governo só chegam para 60% dos necessitados.

Um outro dado significativo — a situação das crianças. Em declaração divulgada este mês em Washington, os padres americanos denunciam: «Vivemos num país rico em que uma em cada quatro crianças vive num estado de extrema pobreza.»

No plano político, a crise reflecte-se numa crescente recusa do voto. Os padres pensam — e afirmam-no no referido relatório — que a maioria dos eleitores decide não votar porque não vê em que é que o voto pode mudar as suas vidas. Um facto que leva a questionar sobre o conteúdo dos «valores democráticos» nos Estados Unidos.

Por uma nova democracia

«Uma nova democracia para os anos 90» foi o tema do colóquio que reuniu na Universidade de Georgetown, no distrito de Washington, mais de 1200 dirigentes progressistas norte-americanos.

Este encontro, organizado por Ralph Nader, personalidade conhecida na defesa dos direitos do consumidor, marcou o 20.º aniversário da organização Public Citizen e do grupo Public Interest Research Group, duas associações que, desde 1971, lutam por princípios como a protecção dos trabalhadores e dos consumidores, a defesa do meio ambiente.

No colóquio foram debatidos os grandes problemas sociais e económicos que se vivem nos EUA, fruto da política implementada tanto por republicanos como por democratas.

O balanço dos últimos onze anos é significativo: 20% dos agricultores perderam as suas terras e as suas casas, mais de 80% dos americanos sofreram uma redução dos seus rendimentos, enquanto 10%, 5% e 1% dos sectores mais ricos da população aumentou os rendimentos, respectivamente em 16%, 24% e 74%. A General Dynamics lançou no desemprego dezenas de milhar de operários, mas os 25 administradores da companhia declaram ao fisco um aumento de ordenados de 18 milhões de dólares.

Neste quadro, um dos problemas mais prementes — largamente referido no colóquio — é o sistema de segurança social e a qualidade dos cuidados médicos.

Nos Estados Unidos, as companhias de seguros são privadas. As cotizações são tão elevadas que cerca de 40 milhões de americanos não estão cobertos por qualquer espécie de seguro. E assim, em cada ano, contam-se em mais de 200 000 os doentes a quem pura e simplesmente se recusa a entrada nos hospitais. Isto enquanto «um terço das camas nos hospitais nem sequer estão ocupadas», como foi denunciado pelo senador do Minnesota, Paul Wellstone.

Não por acaso, e segundo as sondagens, 61% dos americanos desejariam dispor de um sistema de segurança social.

No último dia do colóquio, Jesse Jackson, fundador da coligação Arco-Íris, expôs as grandes linhas da política que defende. Uma política moral, contra as mais gritantes injustiças, como o facto de centenas de milhar de crianças americanas morrerem em cada ano por falta de tratamento e deficiente alimentação, o declínio e desigualdade do sistema escolar, a subida do número dos que não têm habitação, o recrudescer do racismo e os recentes ataques contra os defensores dos direitos das mulheres.

América Latina em notícias

Chile

Quatro presos políticos terminaram uma greve de fome iniciada há 45 dias para exigir a libertação de 81 pessoas detidas durante o regime fascista de Augusto Pinochet.

Os grevistas, internados no hospital Salvador, de Santiago do Chile, «em situações precárias», disseram em conferência de imprensa que terminavam com a sua forma de luta devido ao delicado estado de saúde de dois deles.

Em comunicado os detidos referem «não terem acabado com a sua acção. A luta para libertar todos os presos políticos está presente e nas mãos do povo».

Centenas de pessoas manifestaram-se em frente do palácio presidencial de «La Moneda» para reclamarem a libertação de 81 pessoas que foram presas por razões políticas entre 1973/1990.

A polícia dispersou os manifestantes utilizando nomeadamente canhões de água.

Várias pessoas ficaram feridas nos confrontos e 258 manifestantes foram detidos.

El Salvador

Os combates entre o exército e a guerrilha salvadorenha continuaram com baixas para ambos os lados apesar do cessar-fogo unilateral anunciado pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

A FMLN anunciou que as suas tropas se manterão «em estado de alerta máximo» face às «operações ofensivas» do Exército.

A «Rádio Venceremos» da FMLN acusou o presidente salvadorenho Alfredo Cristiani de «se submeter» ao sector mais extremista do Exército, que rejeita as negociações.

Entretanto o governo salvadorenho afirma-se disposto a abrir novas investigações sobre o assassinio dos seis padres jesuítas e duas freiras ocorrido em 1989.

O ministro da Presidência, Oscar Santamaria, frisou que o chefe de Estado salvadorenho, Alfredo Cristiani, já disse em várias ocasiões que o processo se encontra aberto para investigações em função de elementos que o justificam.

A declaração de Santamaria é a primeira de um membro do governo salvadorenho sobre a notícia publicada no jornal norte-americano «The New York Times» segundo a qual foram altos responsáveis militares salvadorenhos, entre os quais o actual ministro da Defesa, general Emilio Ponce, que organizaram o assassinio dos seis jesuítas.

O jornal baseia a informação no relatório interno de uma comissão da Câmara de Representantes.

Sandinistas

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na oposição, aceitou participar no diálogo de concertação nacional convocado pelo governo nicaraguense com o objectivo de estabilizar o país e travar a violência.

A violência registada em 9 e 10 de Novembro, em Manágua e outras cidades da Nicarágua, começou quando se descobriu que o túmulo do fundador da Frente Sandinista, Carlos Fonseca Amador, fora violado.

Em comunicado divulgado após a reunião, os sandinistas afirmam que nortearão a sua conduta política na busca do consenso da maioria do povo, para regressarem ao poder nas eleições de 1996.

«O diálogo preparado pelo governo deve procurar de maneira séria e responsável respostas concretas para a grave crise do país», lê-se no comunicado.

Cuba

O presidente cubano, Fidel Castro, defendeu que a retirada dos soldados soviéticos da ilha deve ser acompanhada da retirada simultânea dos soldados norte-americanos da base de Guantanamo.

O líder cubano declarou-se «absolutamente contrário» à retirada dos cerca de 2800 soldados de uma brigada soviética estacionada na ilha, enquanto se mantiver «a base naval norte-americana de Guantanamo, que existe contra a vontade dos cubanos».

Iniciaram-se no Palácio das Convenções, em Havana, as conversações soviético-cubanas sobre a retirada da brigada soviética, enviada para Cuba em 1963 na sequência da «crise dos mísseis» de Outubro de 1962.

Castro sublinhou que «as tropas (soviéticas e norte-americanas) devem retirar-se ao mesmo tempo, porque o contrário seria para os norte-americanos um sinal de que qualquer acção da sua parte ficaria impune».

«Não faz sentido que os amigos se vão embora e fiquem os inimigos», observou o presidente cubano.

INTERNACIONAL



A luta do pessoal médico e paramédico está a assumir em França uma enorme amplitude

FRANÇA

Trabalhadores da saúde exigem outra política

Centenas de milhar de médicos e paramédicos manifestaram-se ao longo de cinco horas nas ruas do centro de Paris, numa das maiores concentrações realizadas pelos profissionais da saúde em França.

Um forte movimento reivindicativo que se desenvolve de par de muitos outros, envolvendo em lutas por melhores salários e a dignificação profissional, dos operários da Renault aos agricultores, dos assistentes sociais aos operários metalúrgicos, dos agricultores aos marinheiros e aos artistas de teatro.

No caso dos trabalhadores do sector da saúde, o que está em causa — como é afirmado pelo Centro Na-

cional dos Profissionais da Saúde (CNPS), uma confederação de sindicatos do sector da saúde — é a política do governo, ao pretender diminuir os encargos com a saúde à custa dos profissionais do sector e da diminuição dos orçamentos dos hospitais.

No decurso da manifestação de Paris, Jacques Monnot, presidente do CNPS, exigiu que o governo «inicie imediatamente negociações globais com os representantes do conjunto dos profissionais da saúde e não separadamente com representantes de cada profissão».

Gerard Maudrux, dirigente da Coordenação Nacional acção-saúde, denunciou, por seu lado, «a ati-

tude surda e cega do governo que pretende violar o direito à saúde».

«Para encher os cofres da Segurança Social, não, é preciso diminuir os cuidados de saúde, é necessário, sim, diminuir o número de desempregados e, portanto, mudar de política», afirmou.

Esta questão, em particular, é abordada pelos comunistas franceses que defendem uma «nova política fiscal de que o motor central seria o estímulo ao emprego, fonte última da criação de riquezas». Em artigo inserido nas páginas de «L'Humanité» propõe-se a criação «através de um debate com todos os interessados (deputados, sindicatos, associações, etc.) de um sistema de cotização que, não só aumentaria a contribui-

ção dos rendimentos financeiros (poderia passar para 13,6%) e a das empresas para o financiamento da segurança social (assistimos, de há uns anos para cá, ao movimento inverso) mas, para além disso, tivesse em conta a parte da massa salarial no valor acrescentado (a riqueza criada), o que permitiria penalizar as empresas que suprimem postos de trabalho, privilegiam o rendimento financeiro e a exportação de capitais, e incitar à criação de novos postos de trabalho, à formação, à valorização das qualificações e dos salários. No conjunto, um tal sistema de cotizações seria um poderoso impulsor de um relançamento da economia, centrado no trabalho humano e na sua qualificação».

Honecker Extradição e revanchismo

Tendo em consideração estas últimas décadas e usando a «mesma medida» que agora se quer aplicar a Honecker, «provavelmente todos os homens de Estado e dirigentes governamentais teriam de ser enviados, não para a reforma, mas para a cadeia», foi o comentário do presidente soviético que, em declarações à revista «Stern», manifestou a sua oposição à extradição para a Alemanha do antigo chefe de Estado leste-alemão.

Um caso que, como sublinhou Gorbatchov, «tem a ver, acima de tudo, com humanitarismo». Levantar a tribunal um antifascista que passou dez anos numa cadeia nazi, pode neste momento surgir como uma forma de revanchismo.

Um humanismo que visivelmente não toca, nem ao de leve, o presidente russo, Boris Ieltsin, que afirmou mesmo que «se pudesse, levaria Honecker comigo», entregando-o pessoalmente às autoridades alemãs.

Em Moscovo, o ministro russo da Justiça, Nikolai Fyodorov, anunciou que o governo da Federação adoptou a decisão de expulsar Honecker do território. Esta decisão foi adoptada na primeira reunião do executivo russo.

Contra o racismo

Partidos políticos, empresas, sindicatos, autarquias, jornais e tipografias na Alemanha têm vindo a manifestar o seu apoio a uma campanha contra o ódio aos estrangeiros, nascida em Frankfurt, durante um programa de rádio.

Lançada pela «Rádio Hessen», a campanha está a ser alargada a todo o território federal através de «spots» televisivos e radiofónicos, e ainda da colagem de cartazes e anúncios em jornais diários.

Várias tipografias dispuseram-se a imprimir gratuitamente cartazes que estão a ser colocados por toda a cidade de Frankfurt, enquanto cadeias de televisão emitem «videospots»

nas horas nobres de programação.

O principal objectivo da campanha é lutar contra a crescente xenofobia militante na Alemanha, que se tem vindo a traduzir em actos criminosos contra estrangeiros e em perseguições a refugiados políticos.

São utilizados métodos de propaganda com que se possa atingir todos os estratos sociais.

Para tal, utilizam-se frases como: «Em 178 países do globo, nós, alemães, somos estrangeiros. Não nos comportemos como se fôssemos os únicos no planeta»; ou ainda — «Quem ajuda a perseguir Ali (nome turco)? — Todos os que se calam».

Gustav Husak

Gustav Husak, ex-presidente da Checoslováquia, e secretário-geral do Partido Comunista nas décadas de 70 e 80, morreu em Bratislava vítima de cancro.

Jurista de formação, Gustav Husak aderiu ao Partido Comunista Eslovaco em 1933. Durante a guerra, participou activamente na resistência, e tornou-se um dos dirigentes da insurreição eslovaca contra os nazis e o regime de monsenhor Tiso.

Quando a guerra findou, era já membro do Comité Central do PC checoslovaco, deputado eslovaco à Assembleia Constituinte e comissário do governo eslovaco, de que chegou a ser presidente, entre 1946 e 1950.

Demitido de todas as funções em Maio de 1950, é preso um ano mais tarde, no quadro das perseguições estalinistas e condenado a prisão perpétua. É libertado dez anos depois.

Vice-primeiro-ministro do governo checoslovaco quando da intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia, retira-se para Bratislava.

Em Abril de 69 substituiu Dubcek no cargo de secretário-geral do PC. Assume o cargo de presidente da Checoslováquia entre 1975 e 1989.

Turquia

Pelo menos 205 presos políticos turcos encontram-se em greve de fome para protestar contra as torturas praticadas na cadeia de Eksiherir, informou a Associação dos direitos humanos da Turquia.

A Amnistia Internacional (AI) fez recentemente um apelo ao mundo para a tomada de acções urgentes contra as condições na prisão de Eskisehir, situada na região de Anatólia.

Após a fuga de presos políticos em 29 de Outubro, outros detidos em várias prisões da Turquia foram transferidos para o forte de Eskisehir, onde foram espancados violentamente.

Os grevistas, que protestam contra as torturas e maus tratos, exigem também livros e autorização para visitarem os companheiros colocados em outras celas, o que foi rejeitado.

O secretário-geral da Associação turca dos direitos humanos, Haldun Ozen, disse que o último número confirmado de prisioneiros em Eskisehir era 205, o qual poderá ter aumentado com a chegada de presos de outras prisões.

Privatizações

Pela primeira vez, o conjunto dos deputados da CDU (União Cristã Democrática) do chanceler Helmut Kohl, na Alemanha Oriental, exigiram uma mudança imediata da política de privatizações, responsável, segundo eles, pelo empobrecimento da ex-RDA.

«É necessário definir primeiro uma política estrutural antes de sanear e vender em saldo» o aparelho industrial da antiga Alemanha de Leste, afirmam os deputados do Bundestag (Câmara baixa do Parlamento) num artigo publicado hoje pelo jornal Lausitzer Rundschau.

No artigo, os deputados referem que se associaram a uma reivindicação do Partido Social-Democrata (SPD), principal partido de oposição ao governo de Helmut Kohl.

«Se no final não restar mais que um aparelho industrial «de joelhos», não poderemos mais cobrar impostos», preveniu, no documento, o deputado Michael Wonneberger, falando em nome dos seus colegas.

A CDU conta com 61 deputados na ex-RDA e 268 no total no Bundestag.

«Se a política da Treuhand, que consiste em vender quase exclusivamente as ex-empresas estatais aos investidores ocidentais, se mantiver, os Laender do Leste ficarão eternamente na posição de pedintes» numa Alemanha unificada, acrescentaram.

Até finais de Outubro, a «holding» pública das privatizações tinha vendido perto de 3800 das 8000 empresas estatais da ex-RDA.

CEE

O desemprego, a droga e a Sida são as três principais preocupações dos jovens que vivem nos países da CEE, revela uma sondagem da Comunidade Europeia divulgada em Bruxelas.

A sondagem mostra que 70 por cento dos jovens inquiridos consideram que o desemprego é o principal problema que têm de enfrentar, seguido da droga (66 por cento) e da ameaça da Sida (40 por cento).

O ensino (38 por cento) e a falta de habitação (30 por cento) seguem-se na ordem das preocupações dos jovens, à excepção dos dinamarqueses e dos alemães.

Ex-contras

Sete camponeses nicaraguenses, alegadamente afetados aos Sandinistas, foram mortos por um grupo de antigos «contras» numa localidade do norte da Nicarágua, disse um porta-voz do Ministério do Interior.

Os antigos contras, que penetraram na aldeia de El Bosque, região de Jinotega, mataram os camponeses antes de iniciarem a fuga para as montanhas fronteiriças com as Honduras.

MASSACRE FOI ACÇÃO DELIBERADA

À medida que o tempo avança crescem os números terríveis do morticínio em Timor-Leste. A centena de mortos no massacre do passado dia 12 vieram acrescentar-se os mais de duzentos e cinquenta fuzilados, entre os presos nesse mesmo dia. O massacre, que muita gente em Portugal teve oportunidade de ver horrorosamente, no interior do cemitério cercado pelas forças indonésias, filmado por um repórter inglês e transmitido na passada segunda-feira pela RTP, não deixa dúvidas sobre as intenções do Governo indonésio em relação ao cumprimento dos direitos do povo maubere.

Não se tratou, na passada semana, de «reprimir» apenas uma manifestação. Tratou-se de uma acção deliberada e terrorista, a somar a tantas outras acções que há anos vêm dizimando os timorenses. O genocídio - de que tivemos uma amostra não pode ser negado. E todas as entidades que até hoje têm procurado minimizar a repressão ou tentado ignorar os massacres, achando razões de «direito internacional» para a dominação da Indonésia sobre Timor-Leste, não poderão manter as mesmas posições, nem escurar-se em alianças, interesses económicos ou geoestratégicos.

Repúdio internacional

O repúdio pelos recentes massacres levados a cabo pelas tropas indonésias sobre os timorenses não se fizeram esperar, a nível internacional. Evidentemente, com nuances. Desde as «preocupações» manifestadas pelos muito prudentes americanos, às veementes condenações expressas por muitas e diversas organizações.

Citando uma fonte do Departamento de Estado dos EUA, a Lusa refere que «a primeira resposta às acusações de que os Estados Unidos são parcialmente responsáveis pelo massacre de Dili, proferidas na sexta-feira, em Washington, por dois jornalistas que assistiram aos acontecimentos», foi a de que aquele país «tem feito sentir à Indonésia a sua preocupação pela violação dos direitos humanos em Timor-Leste».

A mesma fonte diria ainda que «há muitos anos que os EUA acompanham a situação em Timor-Leste e outros locais».

Curiosa confissão, esta, que admite terem os EUA «acompanhado» uma situação em que a violência é quotidiana e massacres como os recentemente ocorridos não são propriamente a excepção mas a regra, sem que tenham há muito revisito a sua política de aliança com a Indonésia.

Entretanto, ainda nos Estados Unidos, a organização norte-americana de Direitos Humanos, «Asia-Watch», condenava a nomeação do chefe das Forças Armadas Indonésias para a investigação do massacre. Esta organização, tal como a Amnistia Internacional, consideraram que os soldados indonésios executavam um plano deliberado, ao dispararem sobre os manifestantes desarmados. A «Asia-Watch» manifestou-se a favor de uma «composição internacional» numa «investigação credível» dos factos, e desafiou o Governo da Indonésia a «condenar o

massacre de Dili, pública e imediatamente», em vez de se limitar a lamentar a perda de vidas humanas.

Por seu lado, o melífluo Governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, demarcando-se um pouco das posições subservientes que tem assumido, fala de «erros» das autoridades indonésias, que deveriam ser assumidas «corajosamente» por estas para «poder manter a confiança do povo»...

Europa

Enquanto alguns governos europeus não tomam directamente posição sobre os sangrentos acontecimentos - o Governo francês, por exemplo, conservou-se em silêncio durante longos dias, embora o chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros francês tenha recebido o porta-voz do Comando Nacional da Resistência Maubere, Ramos Horta, e vários jornais tenham amplamente noticiado e comentado o massacre, com destaque para o órgão central do PCF, «Humanité» -, as reacções aos acontecimentos de Timor tiveram larga repercussão na Europa.

O Presidente do Parlamento Europeu, Baron Crespo, condenou, em declaração expressamente divulgada no PE na passada terça-feira, a violência e os massacres perpetrados pela Indonésia em Timor-Leste, considerando que tais actos «violam os mais elementares direitos do homem», e apelou para que o Governo indonésio «ponha fim a estes actos bárbaros» e inicie o diálogo com o povo de Timor.

Fala-se já de uma eventual deslocação a Timor-Leste de uma delegação do Parlamento Europeu, iniciativa que conta com o apoio da diplomacia portuguesa. O envio dessa delegação é defendido em proposta que o PE votará durante a sessão deste mês,

O esforço dos resistentes e das suas organizações representativas, com destaque para a Fretilin, no sentido de denunciar a situação e de apelar para as instâncias internacionais a fim de pôr termo ao terrorismo e de estabelecer os direitos dos timorenses, não tem tido, como se sabe, resultados positivos. Testemunhos têm sido postos em dúvida. Apelos têm sido ignorados. As vítimas dos brutais assassinatos, da tortura e da repressão generalizada, as suas famílias perseguidas e exiladas exigem que tais sacrifícios não tenham sido em vão. Não há justificação suficiente para ignorar o drama do povo maubere.

São hoje os próprios jornalistas americanos que apelam à administração do seu país para que deixe de apoiar militarmente a Indonésia.

Com efeito, Allan Nairn, que trabalha para a revista «New Yorker», e Amy Goodman, da Rádio «WBAI Pacifica», que assistiram ao massacre da semana passada, e desmentiram as versões indonésias sobre os acontecimentos, apelaram a Washington para que cesse a ajuda militar aos assassinos.

Ambos os jornalistas testemunharam que os soldados se aproximaram do cemitério de Santa Cruz de forma disciplina-

da, vindos de duas direcções diferentes, armados com as célebres M-16, espingardas automáticas americanas, cercando as pessoas que ali se encontravam em romagem e, sem provocação, começaram a disparar, sem que houvesse antes qualquer ordem de dispersar. O jornalista Allan Nairn afirmou ainda que, tendo-lhe sido confiscado o material - gravador e máquina fotográfica - só não foi morto porque, enquanto o espancavam, anunciou a sua nacionalidade americana... O mesmo jornalista acusou os Estados Unidos de serem cúmplices do massacre e apelou para as Nações Unidas no sentido de que a ONU faça aplicar as suas resoluções sobre a retirada das tropas indonésias de Timor-Leste e a organização de um referendo sobre a autodeterminação.

A Lusa, citando um comunicado da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, revela entretanto que os prisioneiros que escaparam ao massacre da semana passada, nus e tapados com lonas em quatro camiões de prisões de Dili, para a zona de Bemós, onde foram colocados à beira de valas previamente abertas e abatidos com rajadas de metralhadora.

Estes oitenta prisioneiros, na sua maioria jovens, foram

Trabalhadores solidários

A CGTP-IN manifestou antontem o seu apoio à decisão de decretar um dia de luto nacional e de solidariedade para com o povo maubere, e apelou às centrais sindicais mundiais (FSM, CISL e CMT) e à Confederação Europeia de Sindicatos para que denunciem junto dos trabalhadores e da comunidade internacional a política de genocídio perpetrada pelas autoridades indonésias, exigindo o respeito pelos direitos humanos e pelo direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.

O coordenador da central referiu à Lusa que a CGTP teve constantemente uma posição solidária com o povo maubere e de condenação da Indonésia, defendendo sempre uma actuação mais diná-

mica da diplomacia portuguesa e opondo-se à passividade a que por vezes se assistiu. Carvalho da Silva revelou que a solidariedade da central para com a luta do povo maubere tem tido manifestações concretas, como a participação de formandos de origem timorense nas acções de formação profissional da CGTP.

Após o massacre de 12 de Novembro, a Intersindical Nacional enviou uma mensagem ao secretário-geral da ONU, apelando a uma intervenção enérgica junto do governo de Jacarta para a condenação dos responsáveis, o respeito dos direitos cívicos e a garantia do direito à autodeterminação, e exigindo a retirada das tropas de ocupação indonésias do território de Timor-Leste.



Um colóquio sobre o pacote laboral, que reuniu no sábado passado meia centena de sindicalistas da hotelaria da Grande Lisboa, terminou com um momento de solidariedade para com a luta do povo maubere, em que interveio Heider Neves. Este representante da Fretilin falou sobre a luta dos timorenses pela independência, denunciou os crimes das autoridades indonésias (em 16 anos já mataram 250 mil pessoas, numa população de 600 mil), denunciou a complacência dos Estados Unidos para com a invasão indonésia, descreveu - a partir de relatos recebidos da resistência - os acontecimentos de 12 de Novembro, mostrou fotografias de uma manifestação que teve lugar logo de seguida em Dili e um vídeo em que surgiam Xanana Gusmão e outros dirigentes da resistência num encontro clandestino com a população. Foi aprovada uma moção que vai ser levada aos locais de trabalho. O representante da Fretilin apelou ao esclarecimento dos trabalhadores sobre a situação em Timor-Leste e declarou-se disponível para participar em iniciativas que as organizações sindicais decidam promover



INDONÉSIA Um jovem império mal conhecido

O martírio do povo de Timor-Leste parece ter atravessado finalmente as paredes da consciência universal.

Transcorridos 16 anos sobre a jornada sangrenta de 7 de Dezembro de 1975, que assinalou o início do genocídio, a chacina de 12 de Novembro p.p., em Dili, despertou a atenção da humanidade para a tragédia da nação timorense.

Foi mais uma matança de gente indefesa a ampliar a série de massacres. Mas desta vez foi diferente. Estavam presentes jornalistas estrangeiros. Dois deles foram espancados e feridos pela soldadesca indonésia. E, tal como acontecera no Vietname e na Nicarágua em situações similares, o poder da voz de testemunhas ocasionais do mundo da comunicação social e das imagens que conseguiram recolher fez pela causa das vítimas permanentes de uma agressão monstruosa o que a voz e o protesto de dezenas de milhares de vítimas não tinham conseguido durante anos de ocupação e violência, de crimes acumulados.

O povo maubere tem lutado com heroísmo pelo direito a construir o próprio futuro, pelo direito à independência. O seu apelo começa a ser ouvido em todo o mundo.

Esta matança de Dili e os fuzilamentos posteriores vieram confirmar que em Portugal tem sido descurado um aspecto importante da solidariedade ao povo timorense. Com raras excepções é mínima, quase inexistente, a informação sobre a Indonésia. Faz-se o inventário e o relato dos crimes cometidos, mas sabe-se pouco sobre o agressor. Procedemos à condenação de actos de genocídio da responsabilidade da potência que invadiu, ocupou e anexou Timor-Leste, mas tudo se passa como se a Indonésia fosse um país mítico. São comuns as referências à ditadura do general Suharto. Mas do jovem Estado indonésio, do que ele é, do seu processo de formação, do relacionamento entre os povos que vivem no seu território (170 milhões em 1 904 000 km²) quase não se fala.

Essa atitude não facilita a compreensão da estratégia de Jakarta. A invasão de Timor-Leste e os crimes desde então ali cometidos são inseparáveis da política imperial que tem caracterizado a acção interna e externa do Estado indonésio a partir da sua fundação.

É uma política que não encontra justificação na História, na Carta das Nações Unidas, nem no Direito Internacional.

Mosaico de povos

Por mais de uma vez, epígonos do general Tni Suharto invocaram teses da Organização de Unidade Africana sobre a intangibilidade de antigas fronteiras traçadas pelos impérios coloniais para tentarem justificar a anexação do território da Nova Guiné Ocidental, hoje Irian Jaya.

Existe praticamente consenso em torno da convicção de que a África se teria balcanizado se, para reparação de erros seculares, as fronteiras dos países existentes fossem alteradas para se proceder a um reagrupamento de povos segundo o critério das etnias. Entretanto, o respeito (como mal menor) por fronteiras que

resultaram de actos de prepotência colonial não implica a aceitação de que a alternativa ao esfacelamento dos antigos impérios coloniais seja a assunção global da sua herança por um único Estado em cada um dos antigos conjuntos territoriais subordinados a uma administração central. Se tal critério houvesse prevalecido no processo de descolonização, a Índia e o Paquistão seriam parcelas de um Estado unitário e, no Sudeste Asiático, o Vietname, o Laos e o Camboja teriam permanecido unidos no vasto espaço da Indochina, havendo apenas uma transferência da soberania da França para o Estado multinacional que lhe sucederia na região.

No caso da Indonésia, o movimento nacionalista que se bateu pela independência demonstrou, na fase final da luta, alguma prudência nas reivindicações. O seu dirigente mais destacado, Ahmed Sukarno, foi flexível, não obstante os vexames a que havia sido submetido. Não era da conveniência do futuro Estado indonésio invocar com rigidez argumentos históricos, étnicos ou sequer de ordem administrativa, mas sim misturar todos com habilidade.

A solidariedade na luta pesou mais do que supostos laços de parentesco, por vezes fictícios. Até à Segunda Guerra, a luta pela independência marcou passo. Foi sobretudo a corrupção japonesa das Índias Orientais (e a consequente derrota holandesa) que acelerou o processo de ruptura com a potência imperial.

Até então, a extrema dificuldade de mobilizar em torno de um projecto unitário os movimentos e partidos que se batiam contra o colonialismo fora sempre bem explorada pela Holanda. Somente em 1949, após prolongada repressão desencadeada pelo governo holandês, a Indonésia foi reconhecida pela comunidade internacional como Estado soberano. A estrutura desse Estado, esboçada na Conferência da Mesa-Redonda, reflectia porém, logo à partida, a sua enorme fragilidade. Os Estados Unidos da Indonésia — RUSI — assim se

EM FOCO

INDONÉSIA

chamou o país inicialmente — nasceram como Federação. Esta recebia da Holanda a soberania sobre o conjunto das suas antigas colónias orientais, com excepção da metade ocidental da Nova Guiné.

O novo Estado tinha como núcleo central a República da Indonésia, uma das 16 unidades autónomas que integravam o conjunto federal. Na prática, o coração do país era a ilha de Java (apenas 130 000 km² onde se concentram quase 60% dos habitantes do país).

Curta foi, porém, a existência da Federação. Precisamente porque a Indonésia emergia como manta de retalhos que expressava a extrema heterogeneidade dos povos do antigo império oriental holandês, o presidente Sukarno, em Agosto de 1950, declarou extinta a estrutura federal criada sob os auspícios da ONU. Os 16 estados desapareceram, absorvidos pela República da Indonésia. Hoje há «províncias»...

A mudança institucional não foi pacífica. As Molucas do Norte opuseram-se e foram submetidas pela força. Dezenas de milhares de habitantes dessas antigas ilhas das especiarias foram tão intransigentes na recusa da integração que preferiram emigrar para a Holanda (onde os seus descendentes constituem hoje uma comunidade com características culturais muito peculiares) e aceitaram aquilo que definiam como capitulação perante a política imperial de Java.

O episódio dramático das Molucas não foi caso isolado. Ficou a assinalar o início da contestação ao poder hegemónico dos políticos e militares javaneses que controlavam o governo em Jakarta. Mais tarde teve continuidade em revoltas que eclodiram em Samatra, nas Celebes e Kalimantan (Bornéu).

Não cabe neste desambicioso texto o inventário dos golpes e contragolpes que fizeram da Indonésia nestes últimos quarenta anos cenário de guerras civis quase endémicas. Mas não teria sentido comentar a agressiva política expansionista desenvolvida pelos governantes de Jakarta e omitir a referência aos sangrentos massacres que se seguiram à tomada do poder pelo general Suharto, actual presidente da República. Em 1965 e 1966, as forças armadas da Indonésia, assumindo o espírito da Nova Ordem instaurada pelo chefe da ditadura, emergiram como o instrumento do maior genocídio do pós-guerra. Aproximadamente dois milhões de cidadãos foram assassinados sob a acusação de serem comunistas.

O episódio de Bornéu

No terreno da política externa a incoerência predominou.

O Estado indonésio não se assumiu nunca de modo explícito como pólo de atracção de todos os povos de origem malaia. O argumento do parentesco racial apresentava inconvenientes ponderáveis. A ser utilizado poderia levar a reivindicações absurdas e até ridículas. Se as questões étnicas e culturais fossem suscitadas com rigidez, Jakarta não poderia deixar de lado as Filipinas, povoadas maioritariamente por descendentes de antigas tribos malaia, que falam idiomas do grupo linguístico malaio-polinésio. Nem esquecer a própria Formosa

onde, com o rodar dos séculos, os chineses absorveram parcialmente, mas não na totalidade, os povoadores malaio. E teriam também de fazer valer os seus direitos sobre Madagascar, invocando o facto de os malgaches serem de origem malaia e se expressarem numa língua do grupo malaio.

Após a independência não se falou, portanto, muito em Jakarta da força dos laços idiomáticos existentes num espaço vastíssimo que havia sido partilhado por vários impérios ocidentais. Era incómodo.

Mas quando a Inglaterra principiou a retirar-se do Oriente, logo o governo de Jakarta apresentou a sua candidatura a uma parcela do espólio colonial britânico. Em 1957, ao ser constituída a Federação da Grande Malásia, o Estado indonésio protestou e fez valer os «seus direitos» a todo o Norte de Bornéu. Dessa vez, Jakarta lembrou-se de que na grande ilha havia «irmãos oprimidos». O Norte de Bornéu passou a ser apresentado como «parcela da pátria indonésia» que a ela não voltara ainda por culpa da ambição dos governantes de Kuala Lumpur, ou seja, da política expansionista da Malásia.

Na realidade, a integração do Norte de Bornéu na Malásia resultou não da lógica da História mas da vontade da antiga potência colonial. Foi decidida em Londres. A anexação pela Indonésia seria igualmente artificial.

O desfecho não trouxe surpresas. Mesmo enfraquecida, a Grã-Bretanha dispunha ainda na Região de poder e influência consideráveis. A gula de Sukarno e dos generais de Jakarta esbarrou com o Não categórico de Londres, que deu todo o seu apoio ao governo da Malásia. Os EUA (tal como ocorreu durante a guerra das Malvinas) sustentaram então a posição britânica.

Anos depois, já na vigência da Nova Ordem de Suharto, a Indonésia renunciou definitivamente às suas pretensões sobre os territórios do Norte de Bornéu, que pretendia anexar. Não se comentou mais o destino dos «irmãos do Norte de Kalimantan».

Uma estória fantástica

Essas piruetas da diplomacia do Estado indonésio são clarificadoras do seu conceito da moral política e do direito internacional. Isso porque os territórios sob soberania, directa ou indirecta, no Norte de Bornéu simbolizavam precisamente o carácter espoliativo e até grotesco da dominação colonial.

Os ingleses haviam retalhado o Norte do Bornéu em três fatias. Uma delas, o Brunei (um país do tamanho do Algarve com 270 000 habitantes) persiste até hoje como sultanato independente. O soberano, com uma fortuna pessoal avaliada em alguns milhares de milhões de dólares, é apontado como o homem mais rico da Terra.

O Sarawak e o Sabah foram modelados por dois aventureiros ingleses do século XIX, personagens que lembram «os heróis» cantados por Rudyard Kipling: sir James Brooke e sir Henry Keppel, ambos aliás enobrecidos por se haverem comportado como autênticos pira-

tas ao serviço deles próprios... e do Império. O segundo lançou as bases do Sabah (73 000 km e meio milhão de habitantes). O primeiro fundou o Estado do Sarawak (131 500 km² e 800 000 habitantes), proclamando-se em 1841 rajá vitalício do mesmo, com direitos hereditários. A rainha Vitória agraciou-o, naturalmente, e reconheceu logo o Sarawak como potência aliada e soberana. Durante um século os Brooke reinaram em Sarawak. A ocupação japonesa em 1942 obrigou o último rajá a emigrar. Restabelecido o seu trono com a ajuda da Royal Navy, cedeu o sultanato, como herança, em 1946, à coroa britânica, que o aceitou.

No desenvolvimento do processo de descolonização, Londres entendeu que o Brunei (um protectorado de Sua Majestade) deveria sobreviver como Estado soberano. Assim se fez, com aprovação dos EUA. Quanto ao Sarawak e ao Sabah foram integrados na Federação da Malásia, permanecendo como ramos insulares (o Brunei ficou no meio como enclave recheado de petróleo) do novo Estado cuja primeira capital foi Singapura (a cidade sino-malaia que em 1965 optou pela secessão, tornando-se uma República sem vínculos com a Federação).

A Indonésia, obviamente, não enviou tropas para ocupar o Norte de Bornéu. Um conflito com a Grã-Bretanha poderia ser desastroso para Jakarta. Ao tomar o poder, Suharto tratou de normalizar as relações com a Malásia e desenvolveu uma política de aproximação com Londres. A receptividade ao seu gesto foi imediata e calorosa.

No tocante à absorção da parte ocidental da Nova Guiné, a Indonésia esperou até 1962 para lançar com estrondo a campanha anexionista. Não havia argumentos minimamente aceitáveis que pudesse invocar. Talvez o único (ridículo) fosse aquele que os holandeses usaram no final do século XIX quando Haia, Londres e Berlim partilharam a Nova Guiné, numa época em que o Império Alemão tentava ampliar a sua presença colonial no Pacífico. Alegaram então os Países Baixos que um vassalo seu, o sultão de Tidore, ilha das Molucas, tinha «direitos históricos» sobre o distante litoral oeste da grande ilha...

No Irian Jaya, os habitantes, na sua quase totalidade, não são sequer malaio. São papuas, como os seus irmãos da República do mesmo nome cujo território foi colónia dos impérios alemão e britânico e, depois, área sob administração da Austrália.

Em 1962, a Holanda, após alguns choques com forças militares indonésias, negociou a cedência do território. O Irian Barat ou Jaya tornou-se assim parte da Grande Indonésia na sequência de um plebiscito-farsa, promovido em 1969.

As origens remotas

Entre os 170 milhões de habitantes da Indonésia — 4.º país do mundo em população — predominam os de origem proto-malaia.

As primeiras vagas chegaram ao Arquipélago a partir do segundo milénio antes da Nossa Era, vindas das



Guerrilheiros da Fretilin em formação (foto GIF)



Um grupo de resistentes regressa a território libertado depois de um acção de combate (foto GIF)

EM FOCO



áreas da actual Yunnan, empurradas pela pressão de nómadas mongóis e chineses.

Transcorrido um milhar de anos, quando o Império Romano do Ocidente agonizava na Europa, irromperam em Java e Samatra e depois em Bali novos invasores, procedentes da Índia e de Ceilão. Esses conquistadores, indianos e cingaleses, iriam exercer uma influência profunda e duradoura na História, marcando o rumo do processo civilizatório. A miscigenação foi lenta e parcial, mas principiou a plasmar-se uma nova cultura. Núcleos budistas surgiram em Java, Bali e Samatra.

Nas Celebes, em algumas regiões de Bornéu, nas Flores e Solor e sobretudo em Timor, os descendentes dos povoadores malaio encontraram tribos melanésicas de implantação antiga. A chegada dos chineses foi tardia.

Em Timor, onde a influência da cultura hindu foi mínima, talvez um décimo da população actual seja originária de povos não asiáticos de grupos melanésicos de implantação muito antiga.

O Islão chegou tarde, mas para ficar. Quando as hordas mongóis destruíram no século XIII o sultanato de Khorezm e o Califado de Bagdad, milhares de sábios, pregadores e comerciantes muçulmanos escolhe-

ram a Ásia Oriental como terra de exílio. A Insulíndia e a Malásia foram, porém, as únicas áreas do Extremo Oriente onde a religião criada por Maomé se tornou maioritária, recebendo a adesão maciça das populações.

Quando os portugueses atravessaram os estreitos, a partir da Malaca, descendo para o Sul, os seus interlocutores em Java e Samatra já eram estados islamizados.

Admite-se que o primeiro europeu a navegar ao largo da costa de Timor tenha sido António Abreu, um dos capitães da armada de Afonso de Albuquerque que conquistara Malaca em 1511. O primeiro estabelecimento português na região somente surgiu, contudo, em 1577. Foi uma fortaleza erguida pelos dominicanos para proteger a igreja e o seminário por eles então instalados. Logo outras foram erguidas em Ende e Cupão, no Timor Ocidental.

No final do século XVI, com Portugal já sob o domínio dos Habsburgos espanhóis, chegaram os holandeses através da poderosa Companhia Unida das Índias Orientais. Estranho paradoxo: as Províncias Unidas eram ainda uma colónia em rebelião contra a coroa de Espanha, mas principiavam a emergir no cenário internacional como a primeira potência marítima do mundo e, sem dúvida, a mais rica. Derrotados no Brasil, onde o seu grande desígnio foi a pique, os holandeses impuseram-se nos mares do Oriente. Tomaram Malaca (1641) e expulsaram os portugueses de Samatra e Java e das Molucas.

Os portugueses continuaram, entretanto, disseminados por uma vasta área nas ilhas de Sonda. No início do século XVIII a influência portuguesa manifestava-se ainda de diferentes maneiras não apenas em Timor, nas Flores e em Solor, mas também nas ilhas de Sumba, Ende, Alor e Pantar. Foi uma presença da qual os historiadores da época pouco falaram. Não houve por ali feitos de armas de grandes capitães. Os portugueses que se mantinham no mar de Timor e nos estreitos que levavam ao Pacífico eram missionários e comerciantes. Os padres e frades dominicanos foram os construtores e, por vezes defensores, das fortalezas que continham os holandeses e os piratas.

O Islão não atingiu nunca aquelas paragens.

Colonização agitada

A colonização holandesa apresenta poucas afinidades com outras. No Oriente, as colónias dos Países Baixos foram um empreendimento privado até 1780 quando o Estado tomou conta delas após a falência da velha Companhia das Índias Ocidentais. Mas, decorrida uma década, a ocupação da Holanda pelos exércitos da Revolução Francesa abriu nas suas colónias um período de incertezas. Na Europa, a Holanda desaparecera como Estado independente; Napoleão até lhe impôs um rei-títere, o seu irmão Luís.

A Inglaterra ocupou Java em 1811, invocando a necessidade de «proteger» a rota da Índia. Foi um acto de hipocrisia, pois as suas esquadras eram senhoras absolutas do Índico e do Pacífico. Mas os britânicos mantiveram-se na principal das colónias holandesas até 1816.

Alguns historiadores perguntam qual teria sido a evolução do Arquipélago se a Inglaterra não tivesse desenvolvido à Holanda o seu império colonial (com excepção da Província do Cabo, na África Austral, e de Ceilão) após o Congresso de Viena.

A pergunta é daquelas que nunca obterá resposta. Mas tem alguma utilidade recordar que foi somente a partir da segunda metade do século XIX que a Holanda deu início à ocupação efectiva dos territórios orientais onde se instalara pela força das armas. Bali foi invadida e conquistada em 1849. As ilhas das Flores e de Solor foram-lhe cedidas por Portugal em 1854 através de um tratado que mereceu dos historiadores o qualificativo de indecoroso: pelas duas ilhas o governo de Lisboa recebeu 200 000 florins e o pequeno enclave de Maubara em Timor. O Norte de Samatra, dominado pelos Achéns, era a zona-tampão que separava os estabelecimentos holandeses das possessões britânicas na Malásia. O exército dos Países Baixos conquistou a região após uma guerra prolongada (1873-80). As Celebes resistiram até 1905.

Por muito tempo o poder colonial holandês foi o elemento unificador do conjunto heterogéneo.

Um idioma inventado

A partir do final da Primeira Guerra Mundial, o movimento nacionalista, sobretudo em Java, recebeu forte impulso com o debate travado em torno da criação de um idioma nacional.

O malaio clássico, anterior ao século XV, era então uma língua morta. Estava para os dialectos falados em Java como o latim para os idiomas românicos modernos. Na vastidão das Índias Orientais holandesas os 100 dialectos mais comuns distribuíam-se por dúzia e meia de grupos linguísticos tão diferenciados que alguns deles tinham menos afinidades entre si do que com o malgache de Madagascar ou tagalog das Filipinas.

Criar uma língua nova para uma sociedade multinacional sem Estado é uma tarefa difícil. Foi um desafio para os intelectuais de Java. Tomando como base dialectos da ilha com raízes no malaio antigo, um núcleo de escritores conseguiu forjar com o tempo uma língua nova, o bahasa indonésio, que em 1928, no Congresso da Juventude Indonésia, veio a ser adoptado como idioma oficial do movimento nacionalista. Para a tornar aceitável pelo povo, ajustando-a ao século XX, foi necessário incorporar centenas de palavras holandesas, árabes, inglesas e do sânscrito.

Transcorridos sessenta anos, milhões de cidadãos da actual República da Indonésia desconhecem ainda esse idioma oficial.

A cumplicidade de Washington-Jakarta

O massacre de Dili colocou o governo dos EUA numa posição muito incómoda e moralmente insustentável.

O silêncio da Casa Branca contrasta com as críticas cada vez mais duras que membros do Congresso estão a dirigir ao regime indonésio. Ao responsabilizar o governo do general Suharto pela chacina de 12 de Novembro, o presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado dos EUA foi categórico: «A Indonésia não merece figurar entre as nações civilizadas». Interrogado sobre a probabilidade de uma mudança na atitude de Washington relativamente a Timor-Leste, esse influente senador do Partido Democrata pronunciou-se pela necessidade de uma pressão permanente, a nível internacional, no sentido de forçar uma revisão da cobertura dada pelos EUA à Indonésia.

Entretanto, um porta-voz do Departamento de Estado, interrogado pelo correspondente da RTP na capital norte-americana, informou que a ajuda militar dos EUA à Indonésia será mantida. Isso porque — disse — se destina a contribuir para «a profissionalização das suas forças armadas».

Estranha linguagem e estranhas contradições.

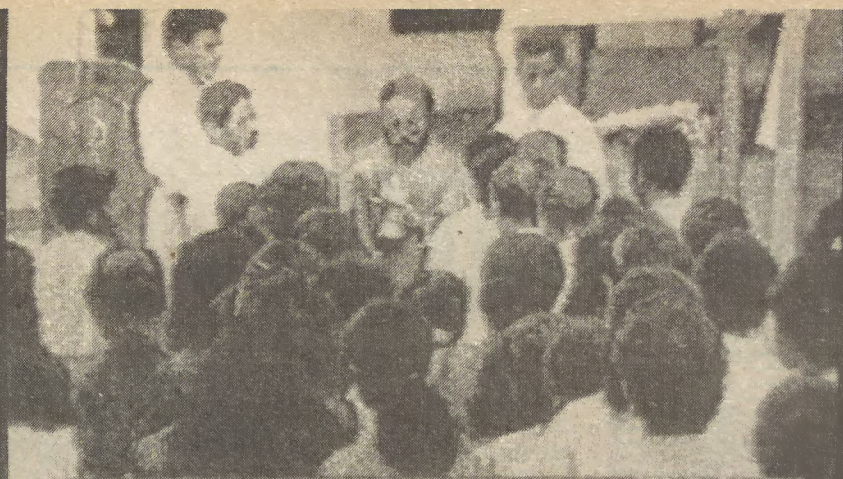
A matança de Dili acaba de oferecer à humanidade uma prova sangrenta de resultados práticos dos esforços milionários dos EUA para «profissionalizar» o exército da Indonésia.

Washington até agora não condenou o massacre. Tal atitude não surpreende. Lembrei na última edição do «Avante!» que existe uma cumplicidade antiga entre a Casa Branca e o regime de Suharto. Segundo o Departamento de Estado, Timor-Leste é hoje parte integrante do território do Estado indonésio.

O Governo português sabe que essa atitude é inadmissível na perspectiva do Direito Internacional. Mas nunca a denunciou publicamente.

Cabe ao povo português tirar conclusões.





Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor

TELEJORNAL



TELEJORNAL

TELEJORNAL



Crime Indonésio em Timor



Crime Indonésio em Timor

FOTO GRAFIAS

Aqui se reproduzem algumas imagens do que constitui seguramente um dos mais impressionantes documentos que têm passado pelos ecrans da televisão. A força da imagem televisiva, o seu temível impacto serviram aqui a causa justa da denúncia de um genocídio, tiveram o efeito entre todos positivo de alertar para a tragédia do povo maubere. Para uma opinião pública que depende e é criada pela informação que recebe, pode compreender-se que o despertar para o problema tenha exigido os brutais fotogramas do cemitério de Santa Cruz. Mas teriam os que informam e acima de tudo os que têm, por estrito dever político, a obrigação de estar informados, necessidade deles para saberem o que se passava em Timor? E para terem há mais tempo tomado a posição que hoje tomam? Quando, ao longo dos anos, o PCP foi o único dos partidos então com assento parlamentar a assumir inequívoca posição contra a ocupação indonésia, quando se ignora sistematicamente que o mesmo regime que massacra os timorenses massacrrou centenas e centenas de milhares de comunistas indonésios, quando foi preciso tanto sangue para que as vozes de Timor se ouvissem, nem a vitória do povo timorense que constitui o clamor de protesto hoje universal pode fazer esquecer tanto atraso



Crime Indonésio em Timor



Crime Indonésio em Timor



Crime Indonésio em Timor



Crime Indonésio em Timor



Algumas questões actuais sobre a contribuição dos comunistas para

o reforço do movimento sindical

O movimento sindical português, tal como a generalidade dos movimentos sindicais à escala internacional, enfrenta complexos problemas, alguns dos quais de difícil solução a curto prazo. O grande capital desenvolve há vários anos uma poderosa ofensiva com vistas a enfraquecer e desarticular o movimento sindical, como a principal base de acção organizada dos trabalhadores.

As profundas alterações que se operaram e continuam a operar no mercado da força de trabalho tornam cada vez mais difícil o trabalho de organização sindical e mais concretamente a sua estabilização. A fúria desregulamentadora, o aumento da precarização dos vínculos laborais, a crescente mobilidade da mão-de-obra, os elevados índices de desemprego e em particular do desemprego de longa duração, as alterações na correlação sectorial, e na composição etária dos trabalhadores, a crescente internacionalização do capital e muitos outros fenómenos se por um lado tornam mais difícil o desenvolvimento do movimento sindical, por outro lado, tornam imperioso o estudo das medidas tendentes a ultrapassar as dificuldades e a garantir o reforço das organizações de classe dos trabalhadores.

O movimento sindical português, além de tudo isto, enfrenta os problemas resultantes da ofensiva contra-revolucionária que se desenvolve há vários anos contra as conquistas democráticas e que atingiu gravemente os direitos dos trabalhadores e suas organizações de classe. O pacote laboral, colocando nas mãos do patronato poderosas alavancas para desferir novos golpes contra os direitos dos trabalhadores, aparece como a expressão concentrada dessa ofensiva contra-revolucionária.

Analisando o quadro político criado com a renovação da maioria absoluta do PSD/Cavaco Silva em consequência dos resultados eleitorais das eleições de 6 de Outubro e partindo da firme convicção que o prosseguimento da política de direita coloca aos trabalhadores e às massas populares a necessidade de resistir a essa política, o Comité Central considerou os problemas do movimento sindical como uma das tarefas principais a que o Partido deve dar particular atenção, realizando uma ampla auscultação relativa à orientação e actividade dos comunistas no movimento sindical com vistas ao reforço dos sindicatos e à sua implantação nas empresas, à dinamização da sua acção, ao reforço nos vários níveis e da unidade dos trabalhadores.

Os objectivos fixados pelo Comité Central têm em conta a enorme importância do movimento sindical como organização social de massas na defesa dos interesses dos trabalhadores e simultaneamente a responsabilidade dos comunistas para com os destinos do movimento sindical português.

Importa entretanto clarificar algumas questões de princípio no que concerne às orientações adoptadas. Em primeiro lugar, é de salientar que se trata de orientações de Partido para a actividade dos seus militantes que intervêm no movimento sindical, no estrito respeito pelas normas de funcionamento das estruturas em que intervêm.

É um facto inquestionável e comumente aceite que os comunistas desempenham um papel determinante no movimento sindical português. O papel dos comunistas no movi-

mento sindical resultou da sua influência no seio dos trabalhadores, da confiança que ganharam pela sua acção empenhada, firme e continuada ao longo de muitos anos para a satisfação das aspirações e reivindicações dos trabalhadores e a defesa dos seus interesses.

O papel e a influência dos comunistas no movimento sindical asseguram-se através igualmente do trabalho político junto das massas e submetendo-se periodicamente à vontade democrática dos trabalhadores que representam.

As orientações do Partido para os militantes que intervêm nas estruturas do movimento sindical são determinadas tendo em conta as condições específicas e a natureza unitária dessas estruturas.

A defesa da natureza unitária do movimento sindical não é para os comunistas uma questão táctica ou conjuntural, mas um sólido princípio em defesa do qual, anos a fio, dedicaram não poucas energias. A orientação do Partido nesta matéria mantém-se inalterada.

A natureza unitária do movimento sindical português é uma experiência ímpar, particularmente na Europa, experiência que revelou uma grande vitalidade e capacidade de resistir às duras provas a que em diferentes momentos foi submetida.

Preservar, consolidar e enriquecer a natureza unitária do movimento sindical português é do interesse dos trabalhadores e das diferentes forças que intervêm no movimento sindical, porque ela é condição para o reforço e dinamização da sua capacidade de luta.

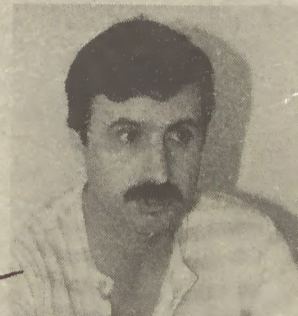
A existência e a cooperação a diversos níveis das estruturas sindicais de diferentes correntes de opinião forjaram-se nos dias negros da ditadura fascista e consolidaram-se e alargaram-se com o regime democrático.

A cooperação entre as diferentes correntes de opinião tem assentado em primeiro lugar na defesa de um projecto comum que tem por base a unidade dos trabalhadores, a defesa consequente dos seus interesses e direitos, a defesa das conquistas democráticas e a luta por uma sociedade de progresso social.

Em segundo lugar, esta cooperação assenta no respeito pelo carácter democrático do funcionamento das estruturas e da sua autonomia face à organização e poderes que lhe são exteriores.

Trata-se de um conjunto de sólidos princípios comprovados por muitos anos de acção comum entre comunistas e várias outras correntes de opinião, empenhados na luta pela unidade dos trabalhadores e das suas organizações de classe, condições indispensáveis a uma intervenção eficaz contra a exploração e a defesa dos seus direitos.

Para os comunistas a defesa do princípio da autonomia do movimento sindical e o respeito pela sua natureza específica, mantém-se inalterado. O PCP não se limita a defendê-lo por palavras. Sendo uma prática corrente, inscreveu-a mesmo como uma norma estatutária, a qual determina que os membros do Partido que actuam no movimento sindical, bem como em outras organizações sociais de massas, devem defender activamente a sua autonomia, democraticidade e carácter unitário, promovendo e reforçando a unidade com elementos de outras opiniões políticas.



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política
e do Secretariado

A defesa da natureza unitária do movimento sindical não é para os comunistas uma questão táctica ou conjuntural, mas um sólido princípio em defesa do qual, anos a fio, dedicaram não poucas energias. A orientação do Partido nesta matéria mantém-se inalterada.

A independência sindical e sua autonomia significam, para os comunistas, a garantia de que as estruturas sindicais funcionam e decidem das suas orientações segundo as normas de funcionamento pelas quais se regem no estrito respeito pela vontade dos seus membros. Mais, para os comunistas, a defesa da independência dos sindicatos e a sua autonomia é condição indispensável para garantir o funcionamento verdadeiramente democrático e o envolvimento dos trabalhadores e das diferentes correntes de opinião (com ou sem partido) na gestão e orientações sindicais.

A defesa de uma tal orientação e de uma tal prática não contradiz o direito do PCP, como aliás de qualquer outra corrente de opinião, de ter uma orientação para os seus membros que actuam nessa frente, desde que, repita-se, essa intervenção se faça no respeito pelas normas de funcionamento e dos órgãos de direcção das estruturas sindicais. Mas a defesa da autonomia do movimento não pode igualmente servir para, sob essa capa, se querer impedir a acção dos comunistas como corrente de opinião no movimento sindical.

No quadro desta orientação cabe ainda referir uma questão que tem sido largamente noticiada. O Comité Central, no conjunto das tarefas a levar à prática para o reforço do trabalho do Partido, considerou necessário dar particular atenção ao fortalecimento da vida democrática interna do Partido a par do necessário exame de comportamentos e atitudes assumidas por membros do Partido, designadamente no período pré-eleitoral, em grave violação dos princípios e regras estatutárias.

Nos últimos dias, alguma comunicação social, especulando e intrigando, procura confundir e condicionar o direito do Partido de analisar e decidir de comportamentos partidários de pessoas que sendo membros do Partido, são igualmente dirigentes sindicais e que na sua actividade partidária infringem aberta e gravemente os Estatutos do Partido. O respeito pela autonomia do movimento sindical determina que compete aos órgãos sindicais e aos trabalhadores eleger, avaliar o trabalho e as condutas dos dirigentes sindicais como tal, qualquer que seja o partido a que pertençam, mas ao PCP como a qualquer outro partido compete apreciar as condutas partidárias dos seus membros.



A política de Defesa no Programa do Governo

O Programa do Governo quanto à política de Defesa é particularmente exaustivo e metódico, descendo ao concreto de uma forma que não é habitual. Esse facto ajuda a dar à política de Defesa uma relevância assinalável no conjunto do Programa, que, por isso mesmo, exige neste capítulo análise cuidada e aprofundada.

Uma primeira referência importa fazer: o texto do capítulo procura responder à maioria das críticas de natureza formal que a oposição, e em particular o PCP, formulou à actuação do Ministério da Defesa Nacional durante o governo anterior. Não às críticas de conteúdo, mas, repete-se, às de natureza formal, isto é, às críticas que não têm a ver propriamente com os conteúdos materiais de política de Defesa, mas com atrasos e omissões, particularmente nas formulações estratégicas e quanto às políticas legislativa e orçamental.

É assim que o Governo vem no Programa a reconhecer aquilo que o PCP há muito vinha a denunciar: que o enquadramento conceptual da política de Defesa Nacional, datado como é de 1985, está definitivamente ultrapassado, carecendo por isso de revisão profunda e urgente, começando desde logo pelo primeiro, em hierarquia, dos documentos em que se consubstancia esse enquadramento conceptual, isto é, pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Este conceito, nos termos da Lei de Defesa Nacional, é aprovado pelo Governo, mas após prévio debate na Assembleia da República. É oportuno recordar que o PCP apresentou na Assembleia, durante a legislatura passada, um projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, tendo em vista propiciar as condições adequadas à realização daquele debate. Era completamente desajustado e até caricato que

mento militar chegar a uma situação de completo caos e desregulamentação. A situação, em relação à Lei de Programação Militar aprovada em 1987 para o quinquénio de 87 a 91, era de completo descontrolo. Uma parte significativa dos Programas aprovados não teve sequer começo de execução, particularmente os que dependiam de financiamentos americanos. Como é sabido, os EUA utilizam as bases portuguesas (particularmente as Bases das Lajes, nos Açores) em condições leoninas. Não se tendo comprometido a mais do que fazer os «melhores esforços» junto do Congresso dos EUA para obter meios para «ajuda» militar (foram esses os termos «negociados» em 1984 pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama), as autoridades governamentais americanas falharam a maior parte das promessas que fizeram, ao mesmo tempo que vendiam caro a Portugal sucata e material obsoleto e sem condições de segurança, muito dele pago com as vidas de militares portugueses (como sucedeu com a frota de aviões A7).

A Lei de Programação Militar de 1987 exigia relatórios anuais, de que só chegou o referente a 1987, já então com distorções e atrasos inadmissíveis; exigia a sua revisão no meio do período (em 1989) e tal revisão pura e simplesmente não foi feita, até porque a situação dos programas já era então confusa e caótica; e termina agora o seu prazo de vigência quando já deveria estar discutida e aprovada a Lei para o novo período. A inclusão no Programa do Governo da promessa de apresentação da proposta de Programação Militar responde às denúncias feitas, particularmente pelo PCP. Só se espera que a apresentação da Proposta na Assembleia seja feita em breve, e sem novos atrasos.

Noutro campo e respondendo a outro tipo de críticas, o Programa do Governo repete o que já vinha em programas anteriores, quanto à aprovação de legislação complementar da Lei de Defesa Nacional que continua por elaborar, decorridos vai para 9 anos desde que a Lei



JOÃO AMARAL
Deputado

A política de Defesa que o Programa de Governo contém é uma política «velha», sem o rasgo de fazer sair Portugal das teias e amarras que o prendem, sem o brio suficiente para afirmar Portugal com as suas próprias opiniões num Mundo em mudança, sem a coragem de assumir sem tutelas as responsabilidades que esta fase da vida da Humanidade inculca.

com o conteúdo proposto. A questão é que, na polémica que divide, por diversas formas, os países europeus quanto ao modelo institucional da política de segurança e defesa à escala do Continente, o Governo entende assumir, no próprio Programa e com todas as consequências que isso comporta, uma postura radical de proselitismo da NATO e dos EUA, e de completa rejeição de outras propostas que estão formuladas e em cima da mesa.

Não se trata de negar, nesta apreciação, o que é evidente. E é evidente que Portugal pertence efectivamente à NATO, tem especiais relações em matéria de defesa militar com os EUA, e partilha especiais responsabilidades na Zona Atlântica, zona que encara com interesse específico no quadro da sua afirmação como Nação independente e soberana. Mas Portugal não é, por isso, menos um país de múltiplas vertentes e interesses. Um país de forte expressão atlântica, mas também um país europeu, e neste continente, um país de geografia e cultura fortemente mediterraneizadas. Também um país de profundos laços intercontinentais, dados pela diáspora da língua e das gentes.

O veso quase de confronto que perpassa no Programa contra outras perspectivas de definição institucional da matéria de segurança europeia — veso que assume expressão inesperadamente contundente no propósito de «combate à continentalização» — é particularmente assinalável quanto é certo que Portugal vai deter a presidência das Comunidades a partir de Janeiro, e, nesse quadro, só pode significar a vontade (ou à aceitação da imposição) de assunção de amarras e compromissos que retirem margem de manobra.

O estreitamento nos EUA e na NATO é mais chocante ainda quando o Programa deixa sem palavra, no capítulo de Defesa, as questões relativas à Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, quando esta é (e deveria ser cada vez mais) a matriz essencial da segurança europeia e quando tem hoje já uma estrutura de natureza político-militar que interessa directamente à Política de Defesa Nacional.

Esta «política de omissões» estende-se a outros domínios determinantes. É assim que — e este é o segundo ponto crítico — o Programa nada diz quanto ao balanço e perspectivas das relações bilaterais de defesa, que envolvem Portugal. Nada sobre a evolução e perspectivas das negociações dos acordos militares com os EUA e RFA, caducos pelo decurso do prazo de vigência, e em processos negociais que se arrastam. Nada sobre as posições que o Governo entende aí defender. Se há silêncios comprometedores, este é um deles!

Em terceiro lugar, e já no que respeita ao processo de reestruturação do sector, é de assinalar como linha central de orientação (caracterizadora do Programa em toda esta área) a aceleração do esvaziamento da capacidade de autogoverno e da autonomia das Forças Armadas, sujeitando-as cada vez mais à orientação e imposição governamental e, portanto, político-partidária. Inserir-se nesta orientação projectadas alterações legislativas, que abarcam: o processo de nomeação das chefias (em que se aponta para fazer avultar o papel do Governo, diminuindo o papel dos Ramos); a revisão da Lei Orgânica do MDN (para dar mais competências ao Ministério, à custa designadamente de competências que hoje são das Forças Armadas); e para a criação na dependência do ministro da Inspeção-Geral das Forças Armadas, configurando assim um mecanismo estrutural



a política de Defesa Nacional continuasse pautada e baída pelo conflito Leste-Oeste num momento em que as profundas alterações ocorridas no Leste Europeu já tinham conduzido ao desaparecimento do Pacto de Varsóvia e do conceito de «ameaça» que alimentou a NATO durante 40 anos e onde repousava o Conceito Estratégico de Defesa Nacional aprovado em 1985, pelo governo PS/PSD.

A iniciativa do PCP (iniciativa que é, sublinhe-se, um acto de grande coragem política para um partido da oposição, já que não tem acesso, por essa condição, a uma parte significativa da informação, particularmente da informação de natureza estritamente militar) não foi acompanhada da adequada iniciativa da parte do Governo, e o debate acabou por não se realizar. O anúncio agora feito no Programa espera-se que seja para ser cumprido. O PCP empenhar-se-á nesse debate, com o seu próprio projecto e a sua contribuição activa. Mas, o debate não deve ficar circunscrito às quatro paredes de S. Bento, deve ser um debate em que se propicia a intervenção activa da opinião pública, bem como das instituições relevantes, incluindo nas áreas cultural, universitária, social e socioprofissional. A definição estratégica subjacente ao processo envolve todo o Estado e consubstancia uma parte significativa da Estratégia do Estado. Os portugueses não podem ser arredados do debate de tal matéria.

Uma outra fundada crítica que o PCP formulou repetidas vezes ao Ministério da Defesa Nacional foi a ter deixado os programas financeiros relativos ao reequipa-

de Defesa Nacional foi publicada. Entre essas leis em falta, destacam-se a nova Lei do Regulamento de Disciplina Militar e o novo Código de Justiça Militar. Os documentos em vigor estão completamente desajustados da realidade cultural de uma democracia moderna, que cultive o respeito pela pessoa humana e pelo seu sentido de responsabilidade auto-assumida. Espera-se que desta vez aquela reforma legislativa se concretize, juntamente com a revisão e aprovação de outras leis, como a Lei de Mobilização e Requisição, cuja ausência é potencial fonte de conflito com os cidadãos e de indefinições propiciadoras do abuso e da acção ilegítima.

Seis pontos críticos

Não é possível comentar em detalhe todo um Programa de Política de Defesa Nacional que, apesar das formulações sintéticas, se espalha por 9 páginas e abrange temas tão especializados como a autoridade marítima, o planeamento civil de emergência, a indústria de defesa e a política de investigação e desenvolvimento. Mas, pontos há que, pelas formulações e pelo alcance que têm, não podem passar sem comentário.

São seis os pontos críticos que importaria abordar. O primeiro refere-se ao enquadramento da política de Defesa dado pela visão e opções de relações externas de Defesa. E, nesta questão, o Programa não deixa de ser surpreendente, já que, de forma peremptória, faz opções e assume compromissos que o bom senso aconselharia a que não fossem feitas, neste momento, nem

EM FOCO

A política de Defesa

de controlo e ingerência na vida interna das Forças Armadas.

O resumo destas intenções legislativas, quando e se concretizadas, estará numa maior governamentalização da instituição militar, com o qual certamente não ganhará o espírito de isenção que deve presidir à sua acção.

Se quanto à governamentalização é explícito, já quanto a certos pontos específicos relativos às Forças Armadas, o Programa segue novamente a «política das omissões». É o que sucede — e referem-se assim o quarto e o quinto pontos — com a implantação do novo conceito de Serviço Militar e com a situação estatutária dos militares, particularmente dos quadros permanentes.

Quanto ao novo sistema de serviço militar obrigatório, o Programa aparece claramente tolhido pela demagogia eleitoralista que enformou a acção do Ministério da Defesa Nacional no último ano. Recolhidos os votos da juventude, acabou a fase de «brincar com coisas sérias» e aproxima-se certamente a ressaca. Mas, quem quiser encontrar no Programa alguma coisa de palpável sobre a matéria, escusa de procurar. Tudo o que lá está resume-se à afirmação de que «o Governo aprovará os novos quadros dos ramos das Forças Armadas para vigorar a partir de 1993» e «fixará os aspectos globais relativos aos contratados e voluntários na sequência do novo conceito de serviço militar obrigatório». Certo, aproveem-se quadros e fixem-se quantitativos. E depois? Como funcionam umas Forças Armadas com um SMO de 4 meses? Onde está a massa de voluntários, como aparecem, em que quantitativos? Quantos jovens vão rodar anualmente pelo SMO? Como instalam todo um contingente de jovens em ins-

trução e os reforços efectivos de voluntários e contratados? Quem assegura afinal a defesa de Portugal?

É também significativo que o Programa nada diga sobre uma das questões que mais tem agitado a opinião pública nos últimos tempos e que é a questão da instrução militar. Num programa de Governo que desce a tal detalhe em tantas matérias, é lamentável que se tenha fugido a tomar posição sobre a matéria. A instrução militar precisa de uma revisão de fundo (particularmente em unidades especiais), que a compatibilize com as exigências de segurança e respeito pela pessoa humana de que a sociedade moderna não prescinde.

Quanto à área estatutária, tem de ser assinalado que o Programa omite qualquer referência à resposta às reclamações e protestos provenientes de vários sectores quer quanto à aplicação do Novo Sistema Retributivo, quer quanto ao próprio Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Se omitir significa a intenção de manter tudo na mesma, o mínimo que se pode dizer é que não é uma atitude pacificadora da instituição militar e muito menos uma postura de dignificação e respeito pelos membros das Forças Armadas, que os incentive e mobilize para as responsabilidades do momento internacional e para os complexos desafios do processo de reestruturação e modernização da componente militar da Defesa Nacional.

Este fosso — e esta é a sexta e última observação — que de alguma forma assim se cria entre os que se entregam à missão militar e o processo de requalificação das Forças Armadas, estende-se, de resto, à própria ligação entre o povo português e a política de Defesa Nacional e Forças Armadas tal como vem sendo definida.

Centrada na dependência à NATO e aos EUA e na dinâmica, acertada na Cimeira de Roma, de manutenção do « pilar europeu » no seio da NATO, a política de



Defesa Nacional, tal como está exibida no Programa, deixa-se submergir pelo quadro de relações externas e não tem praticamente margem autónoma de reflexão e definição de objectivos.

Portugal e os portugueses carecem de uma nova política de defesa, que consubstancie uma estratégia de matriz eminentemente nacional, de coesão e solidariedade popular, assente no progresso e na busca de amizade e cooperação, aberta à participação de todo o povo. A política de Defesa que o Programa de Governo contém é uma política «velha», sem o rasgo de fazer sair Portugal das teias e amarras que o prendem, sem o brio suficiente para afirmar Portugal com as suas próprias opiniões num Mundo em mudança, sem a coragem de assumir sem tutelas as responsabilidades que esta fase da vida da Humanidade inculca.

Mas, o debate não se fixou ao conteúdo do Programa. Ao contrário, abre-se com o Programa e no confronto democrático com o seu conteúdo. É o que da nossa parte, PCP, faremos.

Vida e morte de Robert Maxwell

Robert Maxwell morreu como sempre vivera — envolto em densos mistérios. Deixa aos filhos a direcção de três impérios: a **Maxwell Communications Corporation**, o **Mirror Group Newspapers** e o conjunto de investimento da família em múltiplos negócios distribuídos por dúzias de empresas em todos os continentes. Do total, fazem parte nomes internacionalmente famosos — **Macmillan** (famosos editores nova-iorquinos), as Enciclopédias **Colliers**, os Guias Oficiais das Companhias de Aviação, o **Daily Mirror**, o **Sunday Mirror**, o **Daily Record**, de Glasgow, o **The People**, o **New York Daily News**, além de vultosas participações em muitos outros jornais como, por exemplo, **The Independent**.

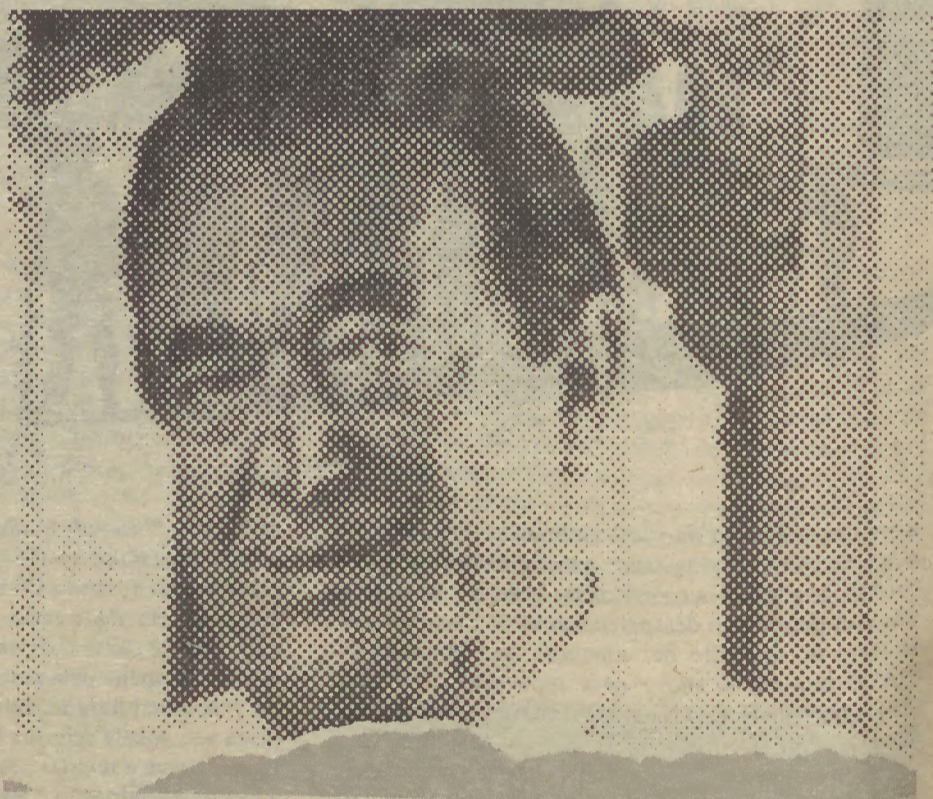
Os mistérios de que se fazia a vida de Robert Maxwell vêm de há muito. Dissé-se que não era checo, mas, sim, escocês. Que trabalhava para os serviços secretos britânicos. Mas, tornou-se numa personalidade extraordinariamente conhecida na Grã-Bretanha e no mundo. Foi deputado trabalhista e o seu primeiro grande negócio de verdadeiro significado, a **Pergamon Press** (publicações de natureza científica) abriu-lhe as portas para o controlo da **British Printing Corporation**, em 1980. A partir daí, na confiança dos bancos que nadavam em dinheiro para emprestar, adquiriu o **Mirror Group Newspapers**, em 1984, e, com lucros de todas as proveniências entrando-lhe em casa, expandiu grandiosamente os negócios, os três impérios cresceram e consolidaram-se.

Mas, alguns dos mistérios que Maxwell, mercê dum espectacular estilo de vida procurava que morressem ou ficassem para sempre no esquecimento, ameaçavam começar a desvendarem-se. Assim, o jornalista americano Seymour Hersh, no seu livro **The Samson Option** afirma-se na posse de provas segundo as quais Robert Maxwell trabalhava para os serviços secretos israelitas Mossad e que, nessa capacidade, tinha participado em importan-

tes negócios de armamentos para Israel e para o Irão. Igualmente, o mesmo jornalista revela-se de posse de gravações que lhe permitem assegurar ter Robert Maxwell participado em reuniões com agentes da Mossad que, logo a seguir, conduziram à descoberta de Mordechai Vanunu, o técnico israelita que, subsequentemente, se viu apanhado em Inglaterra e, clandestinamente, despachado para Israel onde se encontra cumprindo uma longa pena de prisão por haver tornado públicos certos pormenores dos segredos nucleares israelitas.

Nestas condições, o cidadão médio britânico não pode deixar de perguntar-se: «Então, Robert Maxwell, dono do **Daily Mirror**, presidente do **Oxford United** e do **Derby County Football Club** andava também metido nessas coisas?» O prestígio e a grandeza do homem que se dizia que era maior do que a própria vida, começavam a dar de si.

Entretanto, os efeitos da grave crise do capitalismo faziam-se sentir produzindo efeitos desastrosos sobre a existência dos três impérios Maxwell. Os bancos exigiam todos os dias a redução dos débitos da multidão de empresas agregadas a cada um desses impérios. Era preciso começar a vender.



Reduzir drasticamente as responsabilidades. O grande Maxwell sentiu-se, implacavelmente, cercado. As dívidas ascendiam e ascendem a nada menos de 2,2 biliões de libras. As acções dos grupos de empresas andavam em descida diária. O activo da família Maxwell comprimia-se, recuava constantemente. Dizia-se que diversos lotes de acções entregues aos bancos como aval de débitos à beira dos vencimentos o haviam sido em contra-venção dos regulamentos da Bolsa de Londres que governavam a utilização comercial desse papel. Agora, os bancos exigiam novas e mais dolorosas garantias: o avião particular, certas contas de depósito sobre as quais ainda não tinham controlo, o palácio

de Herdington Hill, perto de Oxford, o próprio iate, o «Lady Ghislaine», certamente.

Dizia-se que Robert Maxwell era um grande lutador. Sem dúvida. Mas quem, neste mundo, pode lutar, simultaneamente, com dívidas superiores a dois biliões de libras, contra o National Westminster Bank, o Lloyds, o Midland, o Barclays, o Credit Lyonnais, o Credit Suisse, a Swiss Bank Corporation, o Bank of Nova Scotia, os Goldman Sachs, os Henry Ansbacher, o Banque Nationale de Paris, o First National Bank of Chicago, o Chase Manhattan Bank e toda uma enorme plêiade de outros bancos internacionais?

■ **Manoel Lencastre**

Centro Cultural de Belém: de 13 para 30 milhões de contos

O inquérito parlamentar sobre o Centro Cultural de Belém terminou inconclusivo à força. Trata-se de uma nova forma encontrada pela maioria PSD na Assembleia da República para fazer abortar um inquérito parlamentar, esgotadas que foram formas anteriormente ensaiadas. Desta vez, perante um projecto de relatório de conclusões apresentado pelo presidente da Comissão, o PSD viabilizou o relatório, mas eliminou as conclusões.

A atitude do PSD perante os inquéritos parlamentares que decorreram na Assembleia da República na última legislatura assumiu várias formas para traduzir uma única postura: evitar a todo o custo qualquer conclusão que responsabilizasse o Governo de Cavaco Silva por actos de corrupção ou quaisquer actos irregulares, mesmo que cabalmente provados e publicamente conhecidos. Perante o escândalo do Fundo Social Europeu, o PSD não deixou concluir o inquérito. Decidiu unilateralmente o seu encerramento, recusou pedidos de audição, prescindiu de documentos essenciais, nomeou um relator da sua confiança que concluiu pela inexistência de irregularidades, num momento em que os processos-crime relativos ao desvio de fundos do FSE se acumulavam nos Tribunais e na Polícia Judiciária. Perante o inquérito ao Ministério da Saúde a estratégia adoptada foi relativamente semelhante: a nomeação de um relator para aprovação de conclusões pré-fabricadas. No caso dos inquéritos à RTP já a atitude foi diferente: aí, o PSD nem sequer se dignou indicar os seus representantes inviabilizando por falta de quorum o funcionamento das comissões.

No caso do inquérito ao Centro Cultural de Belém a situação foi um tanto diferente. Confrontado com a atribuição da comissão de inquérito ao PCP, o PSD não teve outro remédio senão participar nos trabalhos com o objectivo evidente de evitar conclusões incómodas. Confrontado com a apresentação de um relatório pelo presidente da comissão, o PSD cortou as conclusões, para consequentemente concluir pela sua inexistência.

Com o inquérito parlamentar ao Centro Cultural de Belém não estava em causa o debate estético sobre a sua localização ou sobre os méritos ou deméritos do projecto vencedor, nem tão-pouco considerações acerca da bondade da decisão de hipotecar parte significativa do Orçamento de Estado num empreendimento daquela natureza e dimensões, conhecidas que são as graves carências de apoio às actividades culturais em praticamente todos os domínios. O debate destas questões seria de extrema pertinência, mas em rigor não se encontrava abrangido no objecto definido para o inquérito parlamentar, que se limitava a averiguar da legalidade financeira e técnica de todo o processamento que envolvia (e envolve) o Centro Cultural de Belém, o que não é pouco.

Manda a verdade que se diga que nem todos os pontos que constituíam o objecto pormenorizado do inquérito obtiveram respostas conclusivas. Seria necessário porventura ouvir mais algumas entidades para precisar conclusões relativamente a um ou outro ponto ainda mal esclarecido. Será mesmo conveniente que a Assembleia da República na presente legislatura delibere proceder a essas diligências. Isto não obsta porém a que se considere que relativamente a aspectos fundamentais que o inquérito se propunha esclarecer se obtiveram elementos cabalmente conclusivos, cujo conhecimento não deve ser ocultado.

É uma evidência que a Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário (CCB-SGII, SA) que foi constituída para construir o Centro Cultural de Belém não é uma sociedade de gestão e investimento imobiliário mas tão simplesmente uma sociedade atípica, feita por encomenda, para que sob a aparência de uma sociedade de direito privado se pudesse proceder a despesas públicas sem o controlo legal a que estas devem obedecer.

A CCB-SGII foi criada por decreto-lei, sob a forma de «empresa de direito privado, com estatuto de sociedade anónima de gestão e investimento imobiliário, constituída por capitais maioritariamente públicos, inicialmente subscritos na sua totalidade pelo Estado». Pelos seus estatutos, a sociedade tem por objecto principal construir o empreendimento do Centro Cultural de Belém, nos termos do projecto que lhe seja fornecido pelo Instituto Português do Património Cultural, bem como realizar todos os actos necessários a esse fim. Acontece que em diploma publicado já depois da criação da dita sociedade foi estabelecido que as SGII são as sociedades que tenham por objecto principal o arrendamento de imóveis próprios, por elas adquiridos ou construídos, e a prestação de serviços conexos, incluindo o exercício de actividades de administração de imóveis alheios arrendados.

Torna-se pois evidente que a incorrecção foi intencional. Tratou-se de fazer aplicar à CCB facilidades, designadamente de natureza fiscal, típicas das SGII, sem que o

objecto daquela sociedade fosse compatível com essa aplicação. Tratou-se por outro lado e sobretudo de um expediente para gastar dinheiros públicos (recorde-se que o Estado é o único sócio da sociedade e o Orçamento do Estado a sua única fonte financiadora) sem controlo público, a coberto das vestes enganadoras de uma sociedade de direito privado.

Em 1988 o projecto «conjunto monumental de Belém» surgiu no Orçamento de Estado com uma dotação de 200 mil contos integrado no programa «obras de recuperação de monumentos classificados».

Em 1989, autonomizou-se o programa «Conjunto Monumental de Belém», tendo sido dotado com 1 milhão de contos para esse ano, dentro de uma previsão global de 6,330 milhões, até à conclusão em 1991.

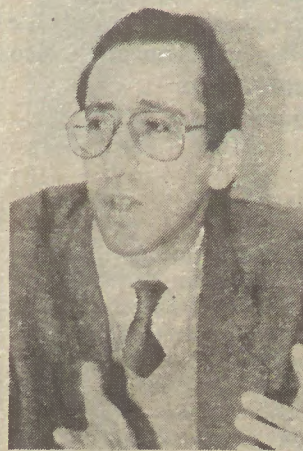
Para 1990 a dotação orçamental votada na AR para o CCB foi de 3,5 milhões de contos, dentro de uma previsão global até 1993 de 14,213 milhões de contos.

Para 1991 a dotação aprovada foi de 8,5 milhões de contos, sendo a previsão global até 1992 de 27,113 milhões de contos.

Quem verificar o relatório e contas da CCB-SGII de 1990 de onde consta o cronograma financeiro da obra depara com números relativos a custos acumulados que são um tanto discrepantes:

Até Dezembro de 1990, 6,865 milhões de contos. Até Dezembro de 1991, 25 milhões de contos. Até Dezembro de 1991 aponta-se para um custo global de 30,260 milhões de contos correspondente aos três primeiros módulos do empreendimento. Quanto aos dois módulos restantes, previstos no projecto como instalações hoteleiras, ninguém sabe ainda quanto irão custar.

Tem sido insistentemente repetido como tentativa de justificação para a situação de descalabro verificada em relação aos custos do empreendimento que o ponto de partida de 6 milhões de contos nunca assentou numa base de



ANTÓNIO FILIPE

Não há qualquer dúvida de que o custo real do Centro Cultural de Belém vai ser superior ao dobro do que se encontrava previsto e calculado. Passar de 13 para 30 milhões de contos ultrapassa todos os limites da razoabilidade.

É claro que não são alheias a este descontrolo de custos opções que foram tomadas pelo Governo quanto ao modelo de gestão e prazos do empreendimento, entre outras. É inequívoco que o modelo de gestão bipartido entre a Secretaria de Estado da Cultura (IPPC) e a Secretaria de Estado das Obras Públicas (CCB-SGII) criou enormes dificuldades à execução da obra, criou situações de articulação difícil entre esses dois «donos da obra», gerou situações de conflito que conduziram inclusivamente ao pedido de demissão do responsável pela coordenação da equipa de avaliação do projecto. É evidente também que o descontrolo dos custos da obra teve como causa directa a imposição pelo Governo da conclusão dos três primeiros módulos até ao final de 1991. Tal decisão obrigou a decisões executivas desastrosas do ponto de vista financeiro e de gestão de obras tendo como objectivo único apressar a todo o custo a sua



cálculo realista mas apenas numa estimativa calculada em função da área bruta no momento da elaboração do projecto inicial. Admitamos que sim e tomemos como base séria os dados fornecidos pela equipa projectista que apontavam para um custo real de 13,617 milhões de contos. Não chega a metade do que irá ser efectivamente gasto (30,260 milhões para 3 módulos).

Pode haver divergências quanto à explicação das causas deste descontrolo. Mas não há qualquer dúvida de que o custo real do Centro Cultural de Belém vai ser superior ao dobro do que se encontrava previsto e calculado. Não há também qualquer dúvida de que esta situação não é explicável apenas pela inflação, nem de que estamos perante uma situação manifestamente anómala. Se é verdade que em qualquer obra de grande dimensão poderá haver diferenças entre os custos reais e os custos estimados, essa diferença nunca pode em circunstâncias normais conduzir a uma duplicação dos custos. Passar de 13 para 30 milhões de contos ultrapassa todos os limites da razoabilidade.

conclusão de acordo com estritas exigências governamentais.

Do ponto de vista da sua legalidade, regularidade e normalidade, o complexo e atribulado processo do CCB daria para uma longa dissertação, abordando muitos mais aspectos do que os que vão referidos. Mas a irregularidade formal da constituição da SGII, as deficiências do modelo de gestão e o descontrolo dos custos, são factos que não admitem qualquer refutação, na medida em que os trabalhos do inquérito parlamentar e documentos a que a respectiva comissão teve acesso comprovam-nos cabalmente.

A atitude do PSD consistiu em negar as evidências até ao absurdo. O PSD recusou assumir conclusões obtidas a partir da simples leitura dos mapas do Orçamento de Estado, de dados fornecidos pela própria CCB-SGII, ou de declarações de membros do Governo. Perante um escândalo destas proporções, envolvendo dinheiros públicos e da responsabilidade exclusiva do seu Governo, o PSD não sabe, não quer saber e tem raiva a quem sabe.

Estratégias perversas

A semana de 11 a 17 de Novembro pode considerar-se «exemplar», a vários títulos, dos caminhos e tendências mais recentes da RTP no domínio da informação. Sendo matéria que o «Avante!» tem acompanhado e vai continuar a acompanhar com a atenção que merece, importa hoje realçar dois «casos», entre tantos, que, pela importância que se revestiram, não podem deixar de constituir motivo de justa preocupação para a opinião pública em geral acerca, por um lado, da cada vez maior «governamentalização» do serviço público de televisão — como peça essencial de suporte à propaganda do governo de Cavaco Silva — e, por outro lado, do carácter declaradamente irresponsável da abordagem de temas polémicos, controversos e delicados num órgão de comunicação de massas com tamanho impacte público.

Começemos por este último aspecto.

Feios, porcos e maus

(...) «criaram-se expectativas quanto à administração da justiça» (...) «a opinião pública tomou posição e condenou o arguido a pena severa. Afinal, o julgamento terminou sem provar a violação» (...) «numa atitude de menoridade (as gentes da Guarda) exigiram justiça por mãos próprias» (...) «à frente da multidão a incitá-la estava um pequeno punhado de indivíduos alcoolizados e bem conhecidos das forças de segurança» (...) «(a PSP) permitiu actos que devia ter reprimido» (...) «o próprio tribunal poderia ter evitado, ou pelo menos minimizado, o sucedido» (...) «alguma comunicação social tratou o caso de forma sensacionalista, inventou factos, condenou os arguidos, indirectamente estimulou a revolta» (...) «não haja desculpa para a multidão que deveria ter acatado a decisão soberana do tribunal» (...) «pela pior das maneiras, a Guarda viu o seu nome nas primeiras páginas dos jornais, sem que o merecesse» (...).

A citação cronológica destes excertos do texto «off» que acompanhava a peça dedicada pelo «Jornal de Sábado» (16.11.91) às consequências públicas do «julgamento da Guarda» é a mais cabal demonstração da irresponsabilidade militante que campeia na Direcção de Informação da RTP. Adoptando a estratégia do larápio que, surpreendido em flagrante, desata a correr pela rua fora aos gritos «agarra que é ladrão!» a própria responsabilidade da RTP face à sua própria prática informativa em relação a um caso que, com as consequências dramáticas que se conhecem, lançou achas na fogueira da justiça portuguesa e impressionou a opinião pública. E fê-lo como se não fosse a RTP, com todo o seu peso mediático, a divulgadora de imagens e a autora de reportagens, comentários e opiniões apriorísticas que, agora, imputa a outros; e esquecendo-se que ela mesma, RTP, numa postura deontologicamente condenável e repugnante, se tem constituído num mecanismo objectivamente despoletador e amplificador da alienação, da violência, dos comportamentos mais condenáveis.

Porque é preciso dizê-lo: a divulgação imponderada e deplorável de imagens de verdadeiro choque que com toda a cruzeza a RTP filmou e amiúde repetiu ou de fotos «a que teve acesso» (algumas delas provas indiciadoras de delito

em tribunal) retratando práticas de violência em menores (como é o caso das referentes à criação de tenra idade espancada até à morte em Coimbra ou das relativas aos maus tratos e alegada violação da criança-vítima da Guarda, aqui em apreço), bem como a transmissão de «entrevistas de rua com populares» em que é multiplicada e sistematicamente veiculada a ideia da necessidade de se fazer «justiça pelas próprias mãos» — têm levado nas últimas semanas esta lamentável informação televisiva a rastejar pelo nível do «Crime», do «Caso», do «Título» e de outros pasquins sensacionalistas que proliferam entre nós. E repare-se que, nos textos acima citados, ninguém escapa ao comentário (agora pretensamente imparcial e indignado!) da RTP: o tribunal, as forças de segurança, a comunicação social, as populações, todos tiveram culpa! Depois de inequivocamente ter «participado no crime» e atiçado os ânimos, a

RTP lava as mãos e aponta, cobarde e hipocritamente, o dedo acusador em várias direcções.

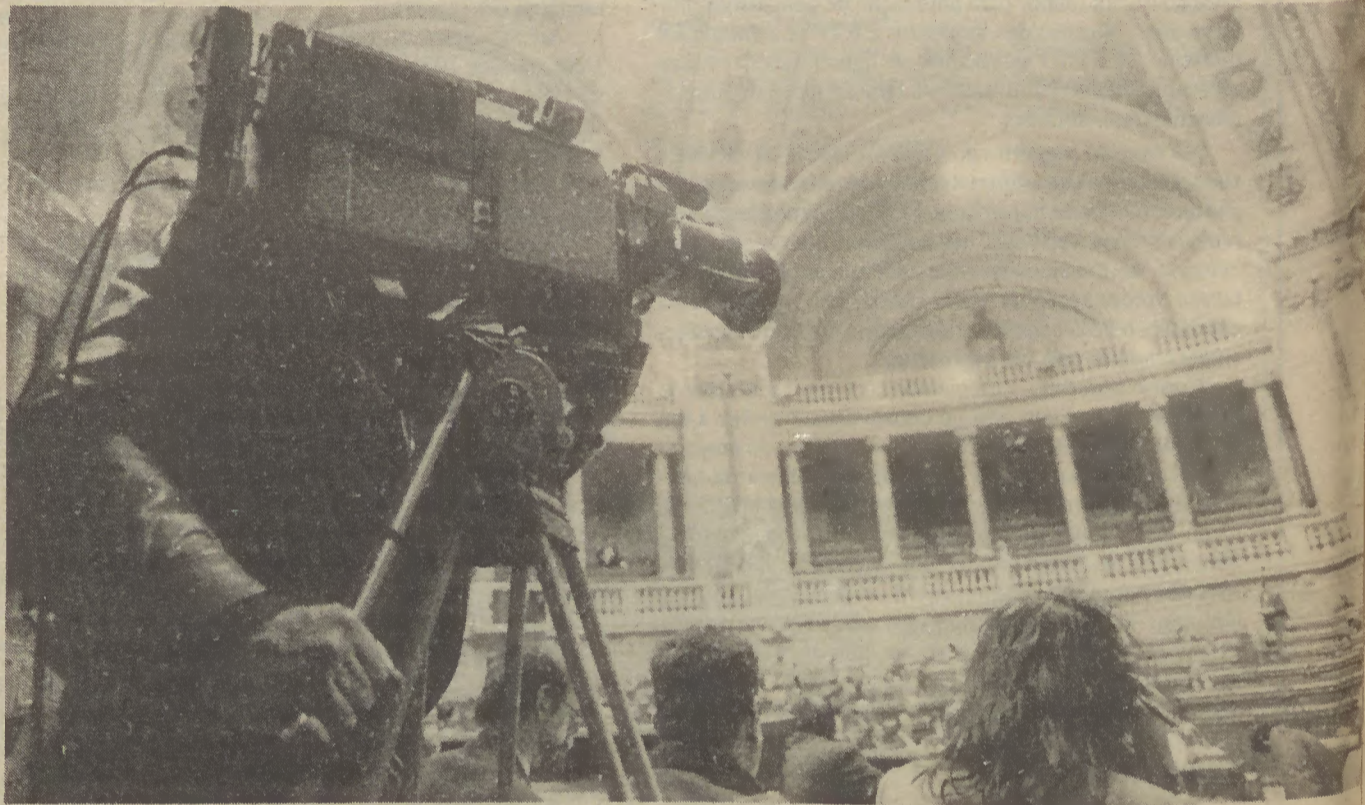
Estratégia inocente ou (do mal o menos) apenas irresponsável? Esperemos para ver. É que são bem conhecidas, de outras práticas e de outros tempos, estratégias no campo da informação tendentes a espalhar na sociedade um sentimento generalizado de impotência e de insegurança e a criar, assim, um caldo de cultura que favoreça ou justifique o surgimento de ideias como o «reforço da autoridade» ou o «aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança interna».

Que espera a Alta Autoridade para a Comunicação Social para tomar uma indispensável posição?

Passos perdidos

Ainda agora o governo foi empossado e logo a informação da televisão deu um claro sinal do que pensa ser a sua estratégia servil face ao «poder absoluto» que se desenha a partir de S. Bento.

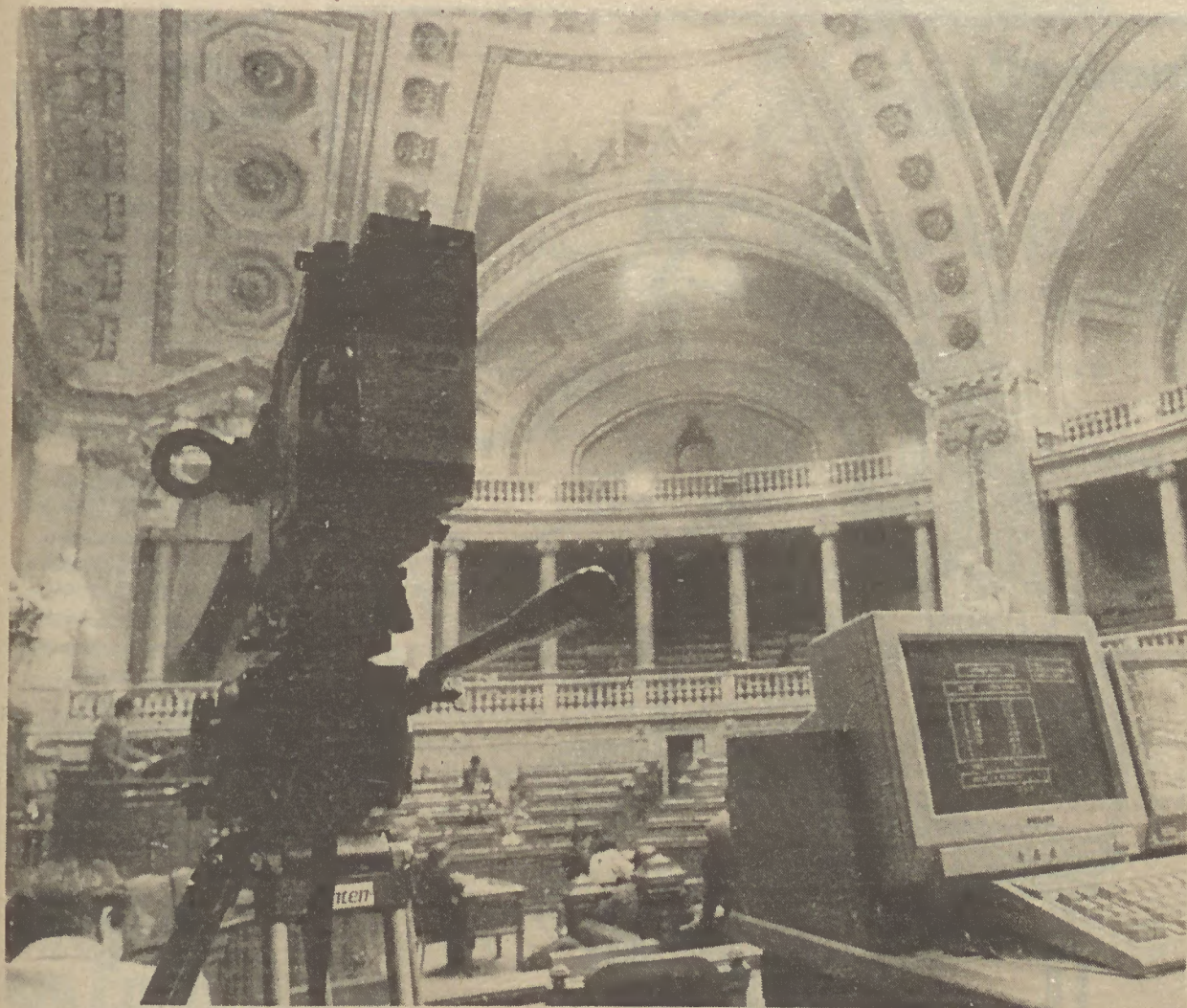
É que, nunca como desta vez, a cobertura televisiva da discussão do Programa do Governo na Assembleia da República revelou um tão flagrante cariz manipulatório, unilateral e censório. Os factos indesmentíveis aí estão (ver, em quadro separado, a descrição pormenorizada dos «alinhamentos» dos **Telejornais** — 19.30 — dos dias 11, 13 e 14 de Novembro), mas atente-se no escandaloso grau



DEBATE DO PROGRAMA DO GOVERNO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Telejornal — 11.11.91		Telejornal — 13.11.91		Telejornal — 14.11.91	
Manuela Moura Guedes (in)	17s	Artur Albarran (in + off)	30s	Artur Albarran (in)	28s
Cavaco Silva	18s	Vasco Trigo	1m 40s	Cavaco Silva (in)	12s
Manuela M. Guedes (in)	20s	Artur Albarran (in)	32s	Artur Albarran (in)	17s
Vasco Trigo (off)	32s	Vasco Trigo (in)	57s	Cavaco Silva (in)	29s
Cavaco Silva (in)	47s	Braga de Macedo (in)	35s	Vasco Trigo (off)	11s
Vasco Trigo (off)	20s	Vasco Trigo (of)	50s	Cavaco Silva (in)	32s
Cavaco Silva (in)	30s	Enquadramento (pol. econ. fin.)	58s	Vasco Trigo (off)	16s
Vasco Trigo (off)	24s	Jaime Antunes (in)	57s	Cavaco Silva (in)	34s
Cavaco Silva (in)	47s	Enquadramento (pol. econ. fin.)	1m 02s	Vasco Trigo (off)	18s
Vasco Trigo (off)	40s	Artur Albarran (in)	08s	Artur Albarran (in)	20s
Manuela M. Guedes (in)	14s	Vasco Trigo (in)	42s	Voz off	30s
Miguel Lemos (off)	24s	Fernando Nogueira (in)	20s	Valente Oliveira (in)	14s
Alberto Martins (PS)	14s	Vasco Trigo (off)	32s	Artur Albarran (in)	16s
Octávio Teixeira (PCP)	15s	Artur Albarran (in)	15s	Enquadr. (pol. planeam.)	1m 18s
Adriano Moreira (CDS)	04s	Enquadramento (pol. defesa)	47s	Artur Albarran (in)	20s
Manuel Sérgio (PSN)	10s	Luis Delgado (in)	28s	Voz off	12s
Rui Machete (PSD)	11s	Artur Albarran (in)	18s	João Deus Pinheiro (in)	29s
Manuela M. Guedes (in)	17s	Miguel Lemos (in)	18s	Voz off	15s
«Painting Box» (4 cap.Pr.Gov.)	2m	Jorge Sampaio (PS)	18s	Artur Albarran (in)	17s
Manuela M. Guedes (in)	11s	Duarte Lima (PSD)	19s	Enquadr. (pol. externa)	32s
Mig. Lemos entrev. Barbosa Melo	1m 02s	Miguel Lemos (in)	17s	Paulo Marques (in)	1m 00s
				Artur Albarran (in)	15s
				Miguel Lemos (in)	25s
				Jaime Gama (PS)	18s
				Miguel Lemos (in)	31s
				Carlos Carvalhas (PCP)	08s
				Miguel Lemos (in)	18s
	10m 30s		12m 43s		10m 55s

EM FOCO



de desinformação atingido pela RTP, através dos seguintes (apenas alguns) traços essenciais:

• Para além de funcionarem, como habitualmente, como «pivots» do Telejornal, **Manuela Moura Guedes** e **Artur Albarran** vieram desta vez (em estúdio) imiscuir-se pleonasticamente na função de «pivots» das reportagens (em exterior) a cargo dos repórteres destacados para essa cobertura. Foi assim possível introduzirem peças, que se completavam umas às outras, e que, de forma «eficaz», conseguiram explicar o essencial do Programa do Governo, ligando os temas em discussão e, mesmo, as próprias intervenções com som directo de Cavaco Silva e dos seus ministros, filmados na AR.

• O Canal 1 destacou para a A.R. dois repórteres, **Miguel Lemos** e **Vasco Trigo** (este último autenticamente alandorado ao estatuto de locutor institucional, «in» e «off», do regime e da sua TV laranja, após tão boas provas dadas como repórter dos «jornais de campanha» do PSD nas últimas eleições!). Jamais sobrepondo os seus comentários à perfeita audibilidade das vozes do Chefe do Governo e seus ministros, aqueles jornalistas antes se preocuparam em fazer as adequadas ligações entre as várias intervenções, não desprezando a oportunidade de citarem e resumirem, com desenvoltura, os respectivos conteúdos.

• Não sendo isto exemplo de mau jornalismo (antes pelo contrário) notório é que idêntico profissionalismo não tenham tentado sequer ensaiar em relação às intervenções dos partidos da oposição (se é que, perguntar-se-ia, verdadeiramente as terá havido!) e **Miguel Lemos** chegou mesmo a citar o que certamente considera «fontes bem informadas» passeando-se pelos Passos Perdidos (ex.: «o PS, segundo os seus próprios deputados, soube gerir muito mal o seu tempo de intervenção, limitando a sua capacidade de debate político com o governo durante os debates da semana» ou «toda a oposição lhe reconhece (a Braga de Macedo) valor e honestidade»).

Também **Vasco Trigo**, tão pródigo na consonância e justaposição deliberada que estabeleceu entre os seus próprios «comentários» e os objectivos do Programa do Governo, não perdeu a oportunidade para, ao falar desta vez no papel da oposição, opinar sobre o debate havido («tudo menos vivo») ou para transmitir o seu desconsolo perante as «intervenções curtas das oposições», talvez para justificar que, na cobertura que perpetrou, só tenha praticamente sido dada voz ao governo!

• De facto, veja-se a que ponto foi a provocação da RTP ao incluir nesta cobertura a módica parcela de 1m 27s relativos a membros dos partidos da oposição (ver quadro) isto no âmbito de um trabalho de reportagem, todo ele dedicado às (e reproduzindo-as) posições do governo, que ocupou nos três Telejornais, um total de 34 minutos e 08 segundos! Para este espectacular «score» averbado pela Oposição contamos, apesar de tudo, os 10s de **Manuel Sérgio** (PSN) que, logo na sua primeira intervenção pública, acabou por deixar cair a máscara de «protesto» e «solidariedade» que arvorara durante a campanha eleitoral, ao comentar: «Como que subscrevia o discurso do senhor primeiro-ministro» (TJ — 11.11.91)!

Mas note-se, entretanto, que, ao contrário do que se passou com **Manuel Sérgio**, o **Telejornal** não encontrou oportunidade para ouvir as opiniões dos deputados da UDP ou da ID ou, até, para reportar as intervenções do Partido «Os Verdes», apesar de este constituir um grupo parlamentar.

Além de não ter referido os votos favoráveis destes três partidos às moções de rejeição do Programa do Governo apresentados pelo PCP e pelo PS, salientando apenas os votos contra estas moções por parte do PSD, CDS e PSN. Critérios!

• Outra inovação da RTP foi a inclusão, na cobertura da discussão parlamentar, daquilo a que **Albarran** apelidou do «enquadramento» jornalístico de temas ou objectivos do Programa do Governo. Foram eles destinados à «política de planeamento e ordenamento do território», à «política económica e financeira», à «política de defesa» e à «política externa» sendo que a RTP privilegiou, para os últimos três temas, os comentários «a carácter» de três analistas com assinatura certa no pequeno «écran» — **Jaime Antunes**, **Luís Delgado** e **Paulo Marques** — omitindo as posições das oposições sobre estas importantes matérias ou quaisquer outras. Do mesmo modo — e como que numa cacha jornalística — o **Telejornal** entendeu ouvir o novo Presidente da AR (**Barbosa de Melo** — PSD) sobre o que pensava do papel do Parlamento no âmbito das instituições democráticas e na sociedade, mas esqueceu-se de semelhante iniciativa quanto aos líderes dos grupos parlamentares da oposição, todos eles igualmente caros novas em tais funções.

• Sintomaticamente, o **Telejornal** alheou-se quanto ao «enquadramento» jornalístico de matérias tão importantes como a política social, a mutilação da Lei da Greve, os direitos dos trabalhadores, as reformas e pensões, a habitação, etc. Certamente porque, para o fazer, teria de considerar, em tais peças, a necessidade óbvia de ir ouvir Confederações Sindicais, Comissões de Trabalhadores e outras organizações sociais e de massas... As prioridades da RTP são, afinal, as mesmas prioridades do governo laranja.

• Por último, refira-se que, em absoluta consonância com a intenção de Cavaco Silva e do seu governo, naturalmente que o **Telejornal** não perdeu a oportunidade de fazer desviar as atenções destes verdadeiros problemas nacionais e fazê-las recair sobre as propostas de revisão da lei eleitoral e da revisão antecipada da Constituição (que chegou a dar como facto consumado! — no início do TJ de 13.11.91). E fê-lo com o mesmo tom desprezível com que Cavaco tratou o PS nesta matéria: a seguir à declaração de **Jorge Sampaio** na tribuna da AR (18 s — TJ de 13.11.91) tratou logo de achar **Duarte Lima** nos Passos Perdidos para produzir um comentário arrogante, que o PS, como de costume, vai porventura fingir que não ouviu. Talvez distraído como certamente estava, ainda, **Alberto Martins** no primeiro dia do debate ao comentar para o TJ (11.11.91), imprudentemente sincero, que aquelas propostas de revisão consubstanciavam um «ultimato, como tal, inaceitável» (sic). Mas descanse o PSD e o **Telejornal** com ele: três dias depois, já **Jaime Gama** avançava, corajoso, na tribuna da AR — «OPS aceita esse repto!». Repto: curiosa alcunha para chantagem política...

Entretanto, já anteontem (3ª-feira), a RTP transmitia uma longa «Primeira Página» com Cavaco Silva.

Não. Não são posições de capitulação que contribuem para a defesa da transparência do regime democrático. Face a mais este escandaloso comportamento da RTP é mais do que nunca necessário que as forças democráticas façam erguer a sua voz em firme protesto.

■ **Francisco Costa**



Fotografia
V. Golovnya
Intérpretes
V. Baranovskaya
N. Batalov

Realização
V. Pudovkin

A MÃE

A MÃE

Sormovo é uma povoação fabril cuja sorte dos habitantes é demasiado pesada e dependente da vontade dos donos da fábrica.

Vlasov é um velho ferreiro que bebe muito e que bate na sua submissa mulher, Nilovna. Por um copo de vodka, juntamente com um grupo de marginais e a polícia, ele ataca os trabalhadores que estão em greve, entre os quais está o seu filho Pavel. Vlasov, o filho mais velho, é morto por uma bala perdida. A polícia chega a casa dos Nilovna, para procurar as armas escondidas por Pavel. Na esperança de salvar a vida do seu filho, Nilovna mostra-lhes o esconderijo. Pavel é preso e juntamente com outros trabalhadores é condenado a trabalhos forçados.

Somente agora a velha mãe compreende o seu filho. E quando Pavel, ao fugir da prisão saltando o muro, é morto pelos soldados, Nilovna toma a bandeira das suas mãos e levanta-a bem alto. Igualmente ela é morta pelos soldados.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 — O COURAÇO POTEMKINE
- 002 — A MÃE
- 003 — ESCRAVA DO AMOR
- 004 — A BALADA DO SOLDADO
- 005 — AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 — A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Gazetilha

Pagar... e parar

Auto-estradas
bem badaladas
nas engrenagens
nas homenagens
e com portagens
muito sortidas
auto-estradas
bem badaladas
muitas entradas
— poucas saídas...

Pé no pedal — e carregar!
Zune aos ouvidos a canção do vento.
Rápido, rápido — para chegar
depressa... ao engarrafamento...

Grande progresso
no retrocesso
com a vantagem
de pagarmos portagem...

Televisão, ão-ão

A suja esgrima.

Televisão
rima
com intoxicação.

Diz o meu compadre:
— Rima e é verdade...

O governo deles

Tanta gente que aparece
neste governo da corda
povo emagrece
governo engorda...

Mistério? Não.
É natural.
Os que lá estão
(muita barriga, pouco ideal...)
levam à corda
quem lhe apetece
o rico engorda
pobre emagrece.

Grande estadista
sentado à mesa
— quarto com vista
para a tristeza...

Discurso do prof

Quero estar numa boa
com a oposição.
Eu sou bonzinho. Voa, voa
coração!

Levanto a taça
bem champanhada.

O que eu quero, faça
a oposição.
Seja uma oposição
bem educada.
Se não...
... bordoadas!

Actualidade

Nos hospitais
aqui e lá
dizem os jornais
que desolação!,
doentes há
tratamento é que não...

E nas escolas, cada vez mais,
aqui e lá
dizem os jornais
que desolação!,
alunos há
ensino é que não...

País do avesso:
mas que sucesso!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Trabalho que mata

Um japonês de 38 anos faleceu subitamente de ataque cardíaco, após ter contraído, igualmente, tuberculose; os médicos diagnosticaram a causa da morte como sendo «karoshi», designação vulgarizada no Japão para a síndrome do trabalhador esgotado por demasiadas horas de trabalho. Aliás, a família já pôs a empresa em tribunal, exigindo uma indemnização de 140 000 contos e argumentando que a vítima (que era chefe da secção de informática de um grande armazém) trabalhava todos os dias mais cinco horas do que o horário normal e, muitas vezes, saía tão tarde do emprego que

não tinha tempo para ir dormir a casa, ficando alojado onde calhava e comendo apenas sanduiches. O capitalismo tem destas coisas. Em tempo normal, produz «milagres económicos» onde as pessoas se esgotam a trabalhar; nas emergências, recorre aos nazis que põem o preto no branco e determinam, cruamente, que «o trabalho liberta»...

O desenferujar da dama

Margaret Thatcher, a «dama de ferro» que os seus próprios pares chutaram do governo britânico por acharem que aquilo já era metal de mais para a sua camioneta, já tem quem lhe ande a semear o regresso no

terreno que a sua passagem deixou devastado no Partido Conservador. Entretanto e para desenferujar, a dama que cortou nas pensões e reformas, nos serviços de saúde e salários por achar que os ingleses ganhavam de mais, iniciou um ciclo de conferências onde, para lhe ouvirem as ferrosidades, cobra uma média de 10 000 contos por sessão. Como já lá vão 30, a conta bancária da senhora (que, obviamente, não se sente vocacionada para sofrer os cortes orçamentais que aplicou aos compatriotas) ascendeu, só por ali, aos 300 000 contos (dois milhões de dólares, para quem goste de fazer contas à americana). Perante negócios destes, uma mulher não é de pau, né? Vá lá de ferro, vá lá de ferro...

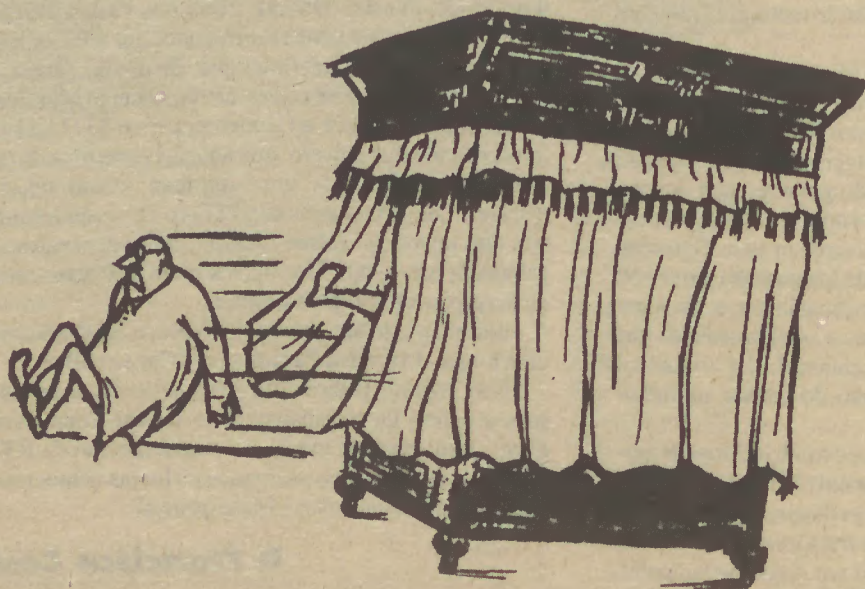
As «más acções» da Sonae

No passado dia 15 as acções da «Sonae» foram negociadas, no mercado de âmbito nacional, abaixo do seu valor de emissão (mil escudos), atingindo um preço mínimo de 995\$00. As «Sonae» - um dos títulos mais líquidos de quantos integram o mercado oficial accionista das Bolsas nacionais - tinham já transaccionado abaixo dos 1000\$00, no segmento de fracções, sendo a primeira vez que tal acontece no mercado de lotes. Como muitos outros títulos, estas acções têm vindo nos últimos tempos a ser penalizadas pelo mercado, onde a depressão dos preços tem sido uma constante. Refira-se, entretanto, que as acções da «Sonae» estavam cotadas a 1070/1090\$00 antes de passarem a integrar o sistema de negociação em contínuo, no passado dia 1 de Outubro. E refira-se, finalmente, que as acções deste «sólido» grupo empresarial de Belmiro de Azevedo chegaram a ser negociadas em 1987 - antes do «crash» bolsista - a mais... de 30 000\$00 (trinta mil escudos)... Ah, como é dinâmica e produtiva a iniciativa privada dos novos e velhos ricos portugueses!

Os Direitos dum humano

Na ONU há um senhor que é holandês e tem à sua responsabilidade a questão dos Direitos Humanos. Foi a ele que, naturalmente, a indignação internacional se dirigiu quando o massacre de Timor lhe entrou televisões adentro, exigindo, no mínimo, uma tomada de posição. O senhor, que é holandês, alto responsável da ONU nas questões de Direitos Humanos e, ainda por cima, estava em Dili na altura da carnificina, escusou-se a tomar posição por duas poderosas razões: uma, que não tinha ouvido os tiros porque se encontrava longe de mais para isso; outra, que não pôde confirmar nada por se encontrar impedido de sair do hotel pelas forças de Jacarta.

Portanto esta pessoa, a quem a ONU confiou a Defesa dos Direitos Humanos no planeta, só admite um massacre se lhe ouvir os tiros e lhe confirmar o sangue, tudo em registo directo e com os ouvidinhos e os olhinhos que a terra lhe há-de comer. Como holandês que é, mostra-se um digno representante do governo do seu país, que por causa dos negócios com Suharto até já parece capaz de jurar que Timor não existe; como representante da ONU, não há direito, um humano assim.



PORTO

Plenário da CP

Realiza-se no próximo sábado, a partir das 14h30, uma reunião plenária de militantes comunistas da CP/Porto. Da ordem de trabalhos constam os seguintes pontos: discussão da situação política, funcionamento da célula e problemas sociais dos trabalhadores.

SANTARÉM

Trabalho sindical

Na sequência das orientações de trabalho aprovadas pela reunião de Outubro do Comité Central, a Comissão Sindical da Direcção da Organização Regional de Santarém promove hoje, a partir das 9h30, no Centro de Trabalho de Alpiarça uma reunião com o objectivo de discutir a orientação e actividade dos comunistas no Movimento Sindical, assim como a sua participação na próxima Conferência Sindical.

O camarada Domingos Abrantes participa e intervirá na reunião.

Convívio em Fonte Santa

Durante uma reunião-convívio que a Comissão Concelhia de Vila Nova da Barquinha promove no domingo em Fonte Santa (Praia do Ribatejo) será feito um balanço da campanha eleitoral e dos seus resultados.

LISBOA

Os comunistas no MSU

É também para discutir a intervenção dos comunistas no Movimento Sindical Unitário e especificamente na próxima Conferência Sindical que dirigentes, delegados sindicais e quadros de direcção da Cidade de Lisboa se reúnem hoje no CT Vitória.

A reunião tem início às 18h30 e nela participa igualmente o camarada Domingos Abrantes.

Trabalho autárquico

No próximo domingo, com início marcado para as 10h e encerramento previsto às 19h, realiza-se no salão da Junta de Freguesia de Alcântara um encontro de quadros sobre o trabalho autárquico em Lisboa, que contará com a participação do camarada José Casanova.

Plenário em Vila Franca

Com a participação da camarada Rosa Rabiães decorrerá hoje a partir das 21h30, no CT de Alhandra, um plenário das células do PCP em empresas do concelho de Vila Franca de Xira.

Agenda

Célula da RN do concelho de Setúbal

Plenário na terça-feira às 21.30 no CT

A degradação das condições de trabalho e a ofensiva contra os trabalhadores exigem uma resposta firme!

Plenário em Loures

Para sábado, no CT de Sacavém, com início às 14.30, está marcado um plenário da Comissão Concelhia de Loures alargado a eleitos nas autarquias do concelho.

Reuniões e convívios em Cascais

Amanhã, às 21.30, a Comissão Concelhia promove no Centro de Trabalho uma reunião sobre trabalho autárquico. Na quinta-feira da próxima semana (dia 28) realiza-se no mesmo local um Plenário de militantes e amigos em empresas do concelho.

Entretanto, para sábado está a ser organizado pela Juventude um convívio e debate sobre o Serviço Militar Obrigatório, igualmente no Centro de Trabalho.

Actividades em Sintra

S. João das Lampas - Reunião de militantes da freguesia, no Centro de Trabalho a partir das 21h30.

Cacém - Reunião de militantes das células de empresa, dirigentes e delegados sindicais do concelho de Sintra: às 15h no Centro de Trabalho do Cacém; no dia 26, terça-feira, no mesmo local, a Comissão de Freguesia do Cacém reúne-se com eleitos da CDU

Algueirão - A JCP promove no sábado um jantar-convívio no Centro de Trabalho do PCP; por seu lado, a Comissão de Freguesia do PCP reúne-se na quarta-feira com eleitos da CDU em Algueirão-Mem Martins: às 21h30, também no CT.

SETÚBAL

Pela Paz

Uma reunião distrital de quadros da Frente da Paz e Solidariedade terá amanhã lugar no Centro de Trabalho de Setúbal. Tem início às 21.30 e nela participa o camarada Domingos Lopes.

22 e 23 de Novembro
Reunião Nacional
de Quadros no Poder Local

Realiza-se na próxima sexta-feira e sábado, dias 22 e 23 de Novembro, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma Reunião Nacional de Quadros do PCP ligados ao trabalho no Poder Local.

Esta reunião destina-se a avaliar o trabalho desenvolvido nas Autarquias e a adoptar as medidas necessárias à dinamização e aprofundamento da actividade autárquica. Serão igualmente apreciadas questões de actualidade decorrentes das

linhas de acção para o Poder Local anunciadas no Programa do Governo e da discussão na Assembleia da República da fixação das verbas a transferir para os Municípios, bem como as perspectivas de andamento do processo de regionalização e da instituição das Áreas Metropolitanas.

Participam na reunião, para além de eleitos nas Autarquias e outros quadros, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

MERCADO DE NATAL

C. T. do PCP/BOAVISTA

Este ano com uma grande variedade de artigos

MERCEARIA: BACALHAU * PRESUNTO * SALPICÃO * QUEIJO DA SERRA * ENCHIDOS VÁRIOS DA SERRA DA ESTRELA * AZEITE * MEL * BEBIDAS VÁRIAS * FILIGRANAS * PELES * ARTESANATO DIVERSO * LIVROS * MATERIAL ESCOLAR * DISCOS * VÍDEOCASSETES E ACESSÓRIOS DE VÍDEO E ÁUDIO * MOSTRA E VENDA DE ARTES PLÁSTICAS * MANTAS * MALAS E CARTEIRAS * TEXTEIS LAR * MALHAS * LOUÇAS * ELECTRODOMÉSTICOS * UTILIDADES * BRINQUEDOS e muito mais novidades encontrarás no Mercado de Natal do C.T. do PCP da Boavista.



no C.T. do P.C.P. GOUVEIA

Loja de Natal

ARTESANATO SOVIÉTICO E CHINÊS

PELES Casacos Luvas Pantufas

BRINQUEDOS VÁRIOS

CUTELARIAS DE BAGAÇA



LOJA DE NATAL NO CT. VITÓRIA DE 18 NOV. A 27 DEZ.

ARTESANATO NACIONAL E INTERNACIONAL

BEBIDAS FRUTOS SECOS

BRINQUEDOS MATERIAL ESCOLAR ETC...

HORÁRIO DE 2ª A 6ª FEIRA - 11h às 21h SÁBADOS - 14h às 18h (DIA 24 DEZ. ENCERRA às 15h)

Televisão

Filmes na TV

Quinta, 21

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia (II)
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia (III)
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»
14.00 Brinca Brincando
14.35 Quero Viver
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.35 Os Simpsons
22.00 Traffik
22.55 Os Olhos da Lua
00.05 24 Horas
00.40 Remate
00.50 Histórias Fantásticas

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Os Cavaleiros das Estrelas
12.30 Curso de Francês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 Guarda Florestal
17.25 A Natureza das Coisas
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
19.50 Música no 2
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Temptations
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.05 A Pousada da Jamaica
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 22

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Como Chegar a Rico sem Esforço
(ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Que Sorte Danada
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Cheers, Aquele Bar
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.55 Terror no Hospital
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 A Árvore dos Patasfúrdios
13.00 Filhos e Filhas
13.25 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2

17.10 Burlescos
17.40 A Raça Humana
18.05 Clip-Club
18.35 Eterno Feminino
19.30 B.I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados
22.25 Rotações
23.30 Pantanal
00.55 Cop Rock

Sábado, 23

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 A Guerra dos Mundos
14.45 Diamond Awards 90 (III)
15.45 T & T
16.10 Desenhos Animados
16.20 Um Longo Caminho para o Lar
(ver «Filmes na TV»)
17.45 E os Muros Caíram...
18.40 O Mandarim
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.05 Casa Cheia
23.55 A Rapariga da Zona Quente
(ver «Filmes na TV»)
01.50 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
13.45 A Nobreza Corre nas Velas
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 As Telas da Lei

Domingo, 24

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.40 Profissão: Doméstico
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.50 Kananga do Japão
22.30 Domingo Desportivo
23.35 O Sangue dos Outros
00.20 Conversa Afiada
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Planeta para Amar
10.55 Regões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 Kir Royal
19.30 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «Sidney Nolan»
22.55 O que Elas Querem é Casar
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Tauromaquia



A Nobreza Corre nas Velas, sábado às 13,45, no Canal 2. Realização de Clarence Brown, com Elizabeth Taylor e Mickey Rooney

Segunda, 25

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Escada de Caracol
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 O Rei dos Jornais
00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.00 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Lone Liest Mountain
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Arsenio Hall
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.35 Teatro

Terça, 26

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Lugares de Troca
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Pequeno Príncipe
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.15 A Lei de Murphy
22.55 Primeira Página
23.55 Carol & Companhia

00.25 24 Horas
01.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Goolies
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 Madiken
17.00 Sobrevivência
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
19.55 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.10 A 300 Milhas do Céu
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Pop-Off

Quarta, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Duelo no Fundo do Mar
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.25 Vamos Jogar no Totobola
21.40 Jardins de Pedra
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
17.30 Sarah
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.40 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.30 Mozart
23.15 Carlos Cruz:
Quarta-feira

Quero Viver

«I Want to Live» (EUA/1958). Realização de Robert Wise. Interpretação de Susan Hayward, Simon Oakland, Virginia Vincent. P/B, 115 minutos.

Mais uma vez relegado para um horário menos nobre, este excelente filme de Robert Wise aborda um tema ultimamente presente na programação cinematográfica da RTP e que sempre despertou profundos sentimentos de protesto e indignação por parte da opinião pública norte-americana, igualmente manifestados em boa parte da produção artística liberal daquele país - a pena de morte. Baseado num caso verídico, com argumento a partir de relatos da imprensa e de correspondência de Barbara Graham, o filme conta a história de uma prostituta injustamente condenada à execução máxima na câmara de gás de San Quentin, apesar das crescentes provas contrárias à sua culpabilização. Excelente fotografia a preto e branco (de Lonel Lindon) para um filme «negro» que, para além de uma brilhante interpretação de Susan Hayward (Oscar para a Melhor Actriz) tem, na banda sonora, um dos melhores exemplos de uma partitura de Jazz para o cinema (Johnny Mandel), com Gerry Mulligan, Shelly Manne e outros famosos nomes da West Coast em primeiro plano.

Quinta, 14.35, Canal 1

A Pousada da Jamaica

«Jamaica Inn» (GBR/1939). Realização de Alfred Hitchcock. <65> Interpretação de Charles Laughton, Maureen O'Hara, Robert Newton. P/B, 95 minutos.

Não se pode dizer que este filme tenha encerrado em beleza o chamado «período britânico» de Hitchcock. Nunca perdendo a atmosfera de filme rodado em estúdio (mas com muitas cenas passadas em exterior), ele tem, entretanto, inúmeras sequências a que não é estranha a assinatura do mestre. História de piratas, e contrabandistas, balançando entre o registo de «thriller» policial e do filme de espionagem, «A Pousada da Jamaica», filme de época, nunca foi do agrado do próprio Hitchcock. Mas os desempenhos de Charles Laughton e Maureen O'Hara brilham acima das reticências que se possam apontar. Curiosamente, seria também a partir de um argumento baseado num romance de Daphne du Maurier que Hitchcock se estrearia em Hollywood, um ano mais tarde, com o

inquietante «Rebecca» (que vimos na Televisão há poucas semanas), inegavelmente superior a este.

Quinta, 23.05, Canal 2

Como Chegar a Rico sem Esforço

«How to Succeed in Business without Reality Trying» (EUA/1967). Realização de David Swift. Interpretação de Robert Morse, Michele Lee, Rudy Valee. Cor, 117 minutos.

Comédia satírica baseada num romance de Shepherd Mead e na peça musical dirigida por Bob Fosse, representada com grande sucesso na Broadway, que o mesmo livro anteriormente inspirara, é à adaptação teatral que este filme de David Swift vai buscar os seus melhores trunfos: as melodias e coreografias que reproduz e alguns dos actores, Rudy Valee e Robert Morse nomeadamente. A história... é mais uma, mas acompanha em bom ritmo a alucinante trajectória de um lavador de vidros que em escassos dias chega a presidente da companhia - afinal, um tema clássico na comédia americana, incessantemente tentada pela oportunidade de desvendar e ridicularizar «os pequenos oportunismos» de que se constrói o chamado sonho americano.

Sexta, 14.35, Canal 1

Que Sorte Danada

«Outrageous Fortune» (EUA/1987). Realização de Arthur Hiller. Interpretação de Bette Midler, Shelley Long, Peter Coyote. Cor, 94 minutos.

Mais uma comédia - esta, tudo indica, frenética, como não pode nenhuma deixar de o ser quando Bette Midler figura no «cast»... Tudo gira à volta de duas mulheres que se detestam, resultado da descoberta que fazem de que têm o mesmo amante. No decurso da perseguição que ambas lhe fazem para que «se defina», envolvem-se numa acidentada história de espionagem, durante a qual se tornam evidentemente cúmplices e depois amigas.

Hiller, o realizador, canadiano de origem, é um profissional experiente, que começou a trabalhar em cinema no seu país nos anos 40 e que posteriormente dirigiria nos Estados Unidos dezenas de filmes. Todos mais ou menos pálidos, com uma excepção: «Love Story», de 1970.

Sexta, 21.30, Canal 1

Terror no Hospital

«Visiting Hours» (Canadá/1981). Realização de Jean Claude Lord. Interpretação de Michael Ironside, Lee Grant, Linda Purl, William Shatner. Cor, 110 minutos.

Eis que sexta-feira pela noite dentro somos contemplados com mais um filme de terror. Duplamente repulsiva, a história que se anuncia: confronta-nos não apenas com um assassino psicopata mas ainda com o seu pendor para assassinar doentes internados num hospital...

Parece abusivo ligar este filme à apreciável tradição canadiana do cinema de horror, o que a origem comum pode suscitar: tudo indica que se trata de uma vulgaridade por que não vale a pena perder o sono ou ganhar pesadelos.

Sexta, 00.55, Canal 1

A Nobreza Corre nas Velas

«National Velvet» (EUA/1945). Realização de Clarence Brown. Interpretação de Elizabeth Taylor, Mickey Rooney, Donald Crisp, Ann Revere. Cor, 120 minutos.

Era uma vez uma menina (Velvet) de onze anos que tinha a paixão pelos cavalos. Um dia, um antigo «jockey» de prestígio (Mi Taylor), que abandonara a glória dos hipódromos, arranja trabalho em casa dos pais de Velvet e esta, ao conhecê-lo, começa a alimentar o sonho de ver um cavalo seu participar na célebre corrida Grand National Steeplechase. Contrariada nos seus desejos pelo pai e pelo próprio «jockey», é afinal a mãe que mais contribui para que o sonho se torne realidade. O momento alto da história acontece quando, perante a recusa de Mi, a própria Velvet corta o cabelo e substitui o jockey ganhando a grande corrida.

A realização de Clarence Brown para este filme sensível e emocionante equipara-se, em brilhantismo, à interpretação fora de série do par Elizabeth Taylor-Mickey Rooney, e Ann Revere (no papel de mãe de Velvet) chega mesmo a alcançar o Oscar para a Melhor Actriz Secundária.

Um belo filme para um Sábado de Inverno.

Sábado, 13.45, Canal 2

Um Longo Caminho para o Lar

«A Long Way Home» (telefilme, EUA/1981). Realização de Robert Markowitz. Interpretação de Timothy Hutton, Brenda Vaccaro, Rosanna Arquette. Cor, 95 minutos.

Um jovem em busca dos seus dois irmãos desaparecidos, separados desde que, muito pequenos, foram todos abandonados pelos pais. Melodrama mais uma vez centrado nos dramas vividos pelas crianças e jovens sujeitos ao abandono pelos pais e à adoção, é interpretado por três jovens actores de prestígio, Timothy Hutton em primeiro lugar, então recém-contemplado com um Oscar pelo desempenho em «Gente Vulgar».

Sábado, 16.20, Canal 1

A Rapariga da Zona Quente

«Hardcore» (EUA/1978). Realização de Paul Schrader. Interpretação de George C. Scott, Peter Boyle, Season Hubley. Cor, 100 minutos.

Paul Schrader, o realizador, começou por ser notado como argumentista de Martin Scorsese e Brian de Palma. A selva urbana perante a qual se ergue um vinganador solitário, puritano, intransigente e intolerante - cenário de «Taxi Driver», por exemplo - é aqui retomada (neste argumento de que também é autor) para traçar um novo quadro do universo violento, desumano e cruel das grandes cidades americanas. Perante esse universo, Schrader coloca mais uma

CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Divina Comédia	—	★★	—	★★
B O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★★★	★★★★
C Thelma e Louise	—	★★★	—	★★★
D Pensamentos Mortais	—	★★	—	—
E Commitments	—	★★	—	—
F Um Anjo à Minha Mesa	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Manoel de Oliveira — King/2 (15.00, 17.30) — Lisboa.
- B — Real. Jonathan Demme — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Ridley Scott — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). Turim (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Alan Rudolph — Alfa/3 (16.45, 19.45, 21.30); Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24); Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Alan Parker — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Jane Campion — King/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.

Rectificação — Por lapso, a classificação do nosso colaborador Manuel Neves ao filme **O Silêncio dos Inocentes** ficou reduzida a duas estrelas, quando na verdade era de quatro estrelas. Aqui fica a rectificação, com pedido de desculpas ao M. Neves e aos leitores.

vez o seu «herói» - o puritano que tenta resgatar a sua filha adolescente do mundo da pornografia, para o qual ele próprio a havia empurrado com as suas regras e códigos morais intolerantes.

Excelente interpretação de George C. Scott.

Sábado, 23.55, Canal 1

Profissão: Doméstico

«Mr. Mom» (EUA/1983). Realização de Stan Dragoti. Interpretação de Michael Keaton, Teri Garr, Frederic Koehler. Cor, 88 minutos.

Domingo, 15.40, Canal 1

O Que Elas Querem é Casar «Ask Any Girl» (EUA/1959). Realização de Charles Walters. Interpretação de Shirley Maclaine, David Niven, Gig Young, Rod Taylor. Cor, 94 minutos.

Entre o «cinismo» do romance que lhe deu origem e a mordacidade da comédia cinematográfica em apreço, está um notável elenco de talentos. A sublinhar: Charles Walters, que foi um prestigiado cineasta da era dourada de Hollywood, autor de comédias e de comédias musicais que muitos colocam tão alto quanto Donen ou Minnelli; e actores como David Niven e sobretudo Shirley Maclaine, cuja personalidade haveria de contribuir para a abertura do cinema americano às numerosas outras formas de «ser actriz» que nele vingaram. Maclaine cola-se dir-se-ia que naturalmente à personagem: a de Meg Wheeler, uma rapariga bonita, solteira e ambiciosa que chega a Nova Iorque decidida a arranjar marido e conquistar uma carreira. Começa por se instalar num hotel exclusivamente reservado a mulheres e torna-se amiga de três outras raparigas com idênticas ambições. Mas Nova Iorque não é propriamente uma donzela, e Meg inicia um processo muito pouco ortodoxo de afirmação e de caça ao marido, no decorrer do qual vai ganhar o almejado estatuto social e familiar... mas perder muitas das suas virtudes...

Domingo, 22.55, Canal 2

A Escada de Caracol «The Spiral Staircase» (EUA/1945). Realização de Robert Siodmak. Interpretação

ção de Dorothy McGuire, George Brent, Ethel Barrymore. P/B, 83 minutos.

Filme de suspense e terror, ao jeito de Hitchcock, este «thriller» é superiormente realizado por Robert Siodmak a partir de um excelente argumento de Mel Dinelli para o romance «Some Must Watch» de Ethel Lina White e contém duas soberbas interpretações de Ethel Barrymore (nomeação para o Oscar) e, sobretudo, de Dorothy McGuire, insuperável no papel de empregada surda.

Segunda, 14.35, Canal 1

O Pequeno Príncipe

«The Little Prince» (EUA/1974). Realização de Stanley Donen. Interpretação de Gene Wilder, Bob Fosse, Richard Kiley. Cor, 88 minutos.

Terça, 14.35, Canal 1

A 300 Milhas do Céu Realização de Maciej Dejezer (Polónia/1989).

Terça, 22.10, Canal 2

Duelo no Fundo do Mar «Beneath The 12 Mile Reef» (EUA/1953). Realização de Robert Webb. Interpretação de Robert Wagner, Terry Moore, Gilbert Roland. Cor, 102 minutos.

Quarta, 14.35, Canal 1

Jardins de Pedra «Gardens of Stones» (EUA/1984). Realização de Francis Ford Coppola. Interpretação de James Caan, Anjelica Huston, James Earl Jones. Cor, 111 minutos.

Nunca assumindo claramente uma posição inequívoca face à guerra, esta permanente indefinição contribuiu para a profunda divisão dos admiradores incondicionais de Coppola perante este filme, brilhantemente servido por um generoso e competente «cast» mas com uma falhada banda sonora, como habitualmente da pena do pai do realizador, Carmine Coppola.

Quarta, 21.40, Canal 1

Tempo

Sábado: céu pouco nublado ou limpo com aumento gradual de nebulosidade a partir da manhã. Vento fraco. Acentuado arrefecimento nocturno.

Domingo: vento fraco a moderado, períodos de chuva e pequena subida de temperatura.

(Informação do INMG).

TEATRO

CASA DA COMÉDIA

R. S. Francisco Borja, 25 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a 6ª às 21.30, dom. às 16.00. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Anª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, com o grupo Persona.

TEATRO DO BAIRO ALTO

R. Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE, baseado em textos de Beckett, encenação de Luís-Miguel Cintra.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. VAMOS A VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 20.30, sáb. e dom. às 16.30. INVERNO 45, de Michel Deutch, encenação de Castro Guedes.

PARA CRIANÇAS

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

TEATRO PAPA-LÉGUAS

Rua prof. Santos Lucas, 36-A (Benfica). Sáb. às 16.00, dom. às 11.00, 3ª, 5ª e 6ª às 11.00 e 14.00 (para grupos organizados), SOPA E COISAS SELVAGENS, enc. de Mário Jorge, pela Compª de Teatro de Animação «Os PAPA-Léguas».

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1 — Violinos; musa da música. 2 — Estremeces; samificar. 3 — Instrumento cortante; deus grego e romano do Sol; prelecção. 4 — Espaço de tempo; estava; ruído. 5 — Nota mus.; ponta aguçada; lareira; letra grega. 6 — Pretexo (fig.); cipó; prep. 7 — Prisioneira; olho simples dos insectos (pl.). 8 — Petição; género de teatro musical e cantado (pl.). 9 — Ensejo; prep.; ovário de peixe. 10 — Estrôncio (símb.); de forma latina; pref. neg. 11 — Prep.; sobrecarregado; lavra. 12 — Prendes; içar. 13 — Casas; nome de homem; comentário.

Verticais: 1 — Cotiado; relativo à Páscoa. 2 — Ventarola; Cério (símb.); rumo. 3 — Deus do vinho; pequeno pão; imensidade (fig.). 4 — Pron. pes.; menina; pron. refl. 5 — Aqui; pronom. pess.; divindade falsa. 6 — Membro das aves; branco; mulher de Luís XIII. 7 — Base; partia; prenda. 8 — Indolente; arremessou. 9 — Nota mus.; laço apertado; eia!. 10 — Emprego; laçada; acrescentei. 11 — Basta; nota mus.; poema satírico de Horácio. 12 — Oh!; saliência; outra coisa. 13 — Acusados; demora; para barlavento. 14 — Palidez; saudável; fúrias. 15 — Estávamos; curara.

Solução do Número Anterior

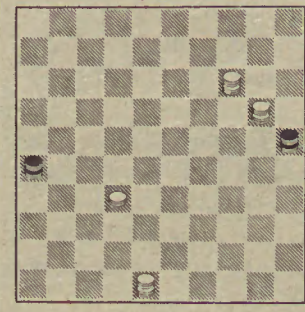
Horizontais: 1 — Amáveis; Júpiter. 2 — Tocara; Renato. 3 — Arada; pez; sável. 4 — Camisa; delira. 5 — Adão; lixai; ares. 6 — Dar; canelão; aos. 7 — As; elo; sim; sé. 8 — Ala; ora; tal. 9 — Afama; malar. 10 — Atrai; cevaram. 11 — Mar; eta; age. 12 — Um; acedi; és. 13 — Mil; tramada; rua.

Verticais: 1 — Atacadas; atum. 2 — Moradas; At.; mi. 3 — Acamar; afim. 4 — Vádio; elaram. 5 — Eras; clamar. 6 — Ia; alão; ar. 7 — In; seca. 8 — Peixeira; tem. 9 — Al.; cada. 10 — Ur; Dias; me; id. 11 — Pese; oitava. 12 — Inala; Malaga. 13 — Tavira; laré. 14 — Eféreos; Ra; eu. 15 — Rolasem; Mosa.

DAMAS

CCCXXX - 21 de Novembro de 1991
Proposição nº 330
Por: M. J. Kuipers

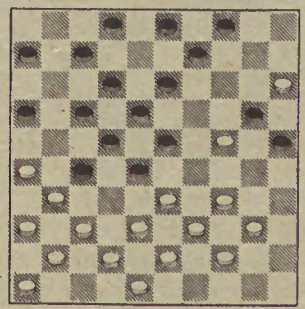
Pr.: [2]: (25)-(26)
Br.: [4]: (14)-(20)-32-(48)



Branças jogam e ganham (5T)

GOLPENº 330
Por: Gurkov
Campeonato da URSS, 1978

Pr.: [17]: 2-3-4-6-7-9-12-13-16-17-18-20-22-23-25-27-28
Br.: [17]: 15-24-26-31-33-34-36-37-38-39-40-41-42-43-44-46-47



Branças jogam e ganham (contra Skliarov)

Soluções do Nº CCCXXX

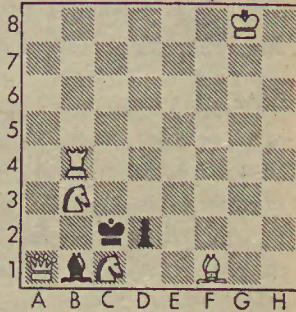
Nº 330 (M.J.K.): 1. 32-27 1.... (26-17/12/8); 2. 19-37 + 1.... (26-3); 2. 14-9! - Se (25x14); 3. 9x25 e 4. 27-21 e 5. 25-3 + - Se (3x4); 3. 20x3 + Golpe Nº 330 (G.); 1. 40-35!, (20x49=D); 2. 15-10, (4x15); 3. 26-21, (17x26); 4. 35-30, (25x34); 5. 39x30, (28x39); 6. 43x34, (49x32); 7. 37x28, (26x37); 8. 42x4! = D e g.

A. de M.M.

XADREZ

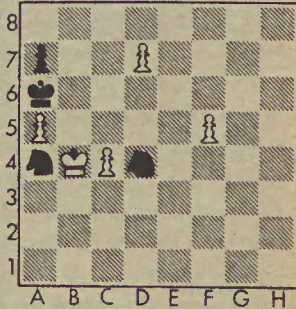
CCCXXX - 21 de Novembro de 1991
Proposição nº 330/A
Por: Ottavio Stocchi

2º Prémio: Italia Scacchistica, 1952
Pr.: [3]: Bb1-Rç2
Br.: [6]: Cs.b3,ç1-Bf1-Tb4-Da1-Rg8



Mate em 2 lances

Proposição nº 330/B
Por: M. S. Liburkin 64, 1931
Pr.: [4]: Pa7-Cs.a4, d4-Ra6
Br.: [5]: Ps.a5, ç4, d7, f5 - Rb4



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCXXX

Nº 330/A (O.S.): 1. Cç2! blocos! 1.... Pd1=7; 2. Cç4 ou Dç3 conforme a promoção em d1 e ++.

Nº 330/B (M.S.L.): 1. Da1+, Rg8d8=C, C:f5; 2. Ra4, Cd6; 3. ç5, Cb7; 4. ç6, C:c; 5. ç7, Cb7; 6. ç8=T, Ca5; 7. Tç5 e g.

A. de M.M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Lénine no Japão

A diegese é um conceito literário colhido de Platão e Aristóteles (para quem, tecnicamente, designava uma modalidade enunciativa e discursiva), que evoluiu, sobretudo através da terminologia fílmica, para o que hoje se pode chamar o «significado» do «significante», ou seja uma espécie de história paralela que emerge, como um todo, da(s) história(s) contidas numa ficção. É assim que as várias sequências dum filme, apesar de projectadas consecutivamente, podem resultar num todo temporal e dramaticamente diferenciado (e que constitui a história que globalmente apreendemos), ou um romance consegue dar-nos o fio da meada num possível labirinto de situações, geografias e ocorrências. Em suma (e sem afrontar as teorias e os teóricos da matéria), diegese é tão simplesmente a história que nos fica das histórias que nos contam. Vem este arrebimba o malho a propósito de Lénine no Japão.

Não que o fundador do ex-primeiro Estado de trabalhadores do mundo tenha alguma relação directa com o País do Sol Nascente. Que se saiba, nem sequer lá pôs os pés.

Muito menos se pretende embrulhar Vladimir Ilitch em flatulências de intelectual à rasca, porque em abusos desses já apanhámos todos com bufarinheiros de sobra.

O caso é que Lénine, no momento em que na sua pátria até se fala em vender-se-lhe o corpo, é procurado no Japão por quem lhe quer comprar a obra. Uma onda de popularidade à volta do fundador do Estado soviético disparou repentinamente em Tóquio, na sequência do golpe que conduziu à extinção desse mesmo Estado e produzindo uma procura frenética das obras completas do grande dirigente comunista. Isto num país de desenfreada exploração capitalista e numa cidade onde o rei Midas era capaz de passar por labrego.

A situação torna-se mais interessante pelo facto de ocorrer, também, na sequência de uma decisão dos livreiros japoneses em deixarem de publicar as obras completas de Marx e Lénine, o que acelerou o esgotamento dos conjuntos disponíveis, enquanto os preços disparavam em flecha, mesmo nos alfarrabistas. Entretanto, os livreiros de Tóquio dividem-se nas apreciações do fenómeno. Uns, manifestam satisfação pelo facto de os livros estarem a ser adquiridos por jovens na casa dos 20 e dos 30 anos, outros, avançam a desconfiança de que este surto de interesse se deve ao anúncio do fim da publicação das obras, o que não parece dar muito a bota com a perdigota se considerarmos que nem os jovens japoneses terão excedentes financeiros tão desafogados que lhes dê para enterrar em tão insólito colecionismo, nem as obras de Marx e Lénine serão, mesmo no Japão, propriamente uma preciosidade do tipo filatélico. Seja como for, o facto está aí, e agora podem dar-lhe as interpretações que quiserem, porque nada o anulará. Lénine, o teórico que concretizou a condenação do capitalismo, o dirigente comunista que conduziu a formação do primeiro Estado dos trabalhadores, o político que demonstrou que o capitalismo é não apenas injusto como também pode ser vencido, volta a ser olhado com interesse no seio do próprio capitalismo, por quem sabe da sua obra e a quer conhecer.

O facto de haver quem, nos escombros do país que fundou, lhe renegue a obra e lhe queira vender o corpo, não constitui a diegese desta história.

HC

Cavaco prepara aumentos entre 8 e 10,5% para a Função Pública?

O Governo de Cavaco Silva está a preparar-se para aumentar os salários dos trabalhadores da Função Pública em valores que, segundo pôs a correr, poderão oscilar entre 8 e 10,5 por cento. Os sindicatos exigem 17 por cento e pretendem iniciar as negociações antes de qualquer decisão final sobre o Orçamento de Estado para 1992.

O «Avante!» apurou que, dando sequência prática às afirmações posteriores às eleições de 6 de Outubro, o Governo do PSD está a fazer circular a ideia de que se prepara para impor aos cerca de 500 mil trabalhadores da Função Pública aumentos salariais de 8 a 10,5 por cento em 1992. Os dirigentes sindicais do sector que contactámos não dispõem ainda de qualquer informação oficial acerca dos índices com que a Secretaria de Estado do Orçamento pretende responder às propostas contidas na plataforma reivindicativa comum apresentada sexta-feira; mas admitem sem dificuldade que os números de Cavaco e Manuela Leite estejam dentro daqueles irrisórios limites.

O que não admitem é que a revisão salarial prejudique mais uma vez os trabalhadores da Função Pública, que nos últimos 3 anos tiveram perdas de 10 por cento no seu poder de compra. Por isso, tendo em conta a taxa de inflação verificada em 1991, o acréscimo da taxa fiscal para os TFPs, os ganhos de produtividade e a necessidade de aproximar os salários aos praticados nas empresas públicas e privadas (para já não falar nos salários praticados nos outros países da CEE), as 23 organizações sindicais que subscrevem a plataforma reivindicativa exigem uma actualização dos salários e das reformas em 17 por cento.

Na conferência de imprensa em que foi divulgado o conteúdo da plataforma reivindicativa comum, a comis-

são negociadora sindical, pronunciando-se sobre o programa do executivo de Cavaco Silva, manifestou a sua «viva preocupação face às intenções publicamente anunciadas pelo Governo no que respeita, designadamente, à redução das despesas públicas e à contenção orçamental das verbas para o funcionamento dos serviços». Recordaram os sindicalistas, a propósito, «os resultados negativos do exercício do corrente ano, que conduziram à existência de um buraco de 200 milhões de contos, com especial reflexo no funcionamento dos serviços da educação e da saúde».

Neste quadro, os representantes dos trabalhadores consideram ser «indispensável» a abertura da negociação Governo-sindicatos sobre os aumentos salariais da Função Pública antes de qualquer decisão final sobre o Orçamento de Estado para 1992.



As negociações da actualização salarial devem iniciar-se antes de ser tomada qualquer decisão final sobre o Orçamento, sublinharam ao «Avante!» os membros da delegação que entregou ao Governo a plataforma reivindicativa comum da administração pública

Além da revisão salarial para o próximo ano, outras questões são ainda referidas na proposta entregue sexta-feira a um adjunto da secretaria de Estado do Orçamento (desde Novembro de 1990 que os sindicatos não são recebidos por nenhum membro do Governo, recordaram à nossa reportagem os membros da delegação que

• a conclusão da segunda fase das negociações da plataforma reivindicativa de 1991, com a calendarização das matérias nela contempladas e que ainda não foram discutidas.

• a alteração do DL 45-A/84, de forma a permitir que sejam alargados os âmbitos material e institucional do direito à negociação, que seja

• Sindicatos querem negociar antes da aprovação do Orçamento de Estado

se deslocou ao Terreiro do Paço):

• o descongelamento dos escalões nas carreiras profissionais;

• a completa aplicação do novo sistema retributivo a todos os sectores da administração pública, respeitando o Governo os compromissos já assumidos e corrigindo as injustiças e distorções existentes;

fixado o carácter vinculativo dos acordos e que seja dignificado o processo negocial (ainda está por aplicar, sublinharam os sindicalistas, o protocolo que a comissão negociadora e o Governo subscreveram em Fevereiro de 1989 e que previa a abertura de negociações, até ao fim daquele ano, de questões importantes como, por exemplo, a revalorização das carreiras);

STAL apela à luta contra o pacote autárquico

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local apela a que seja desencadeada «uma vasta onda de protestos» contra o verdadeiro pacote legislativo publicado pelo Governo no mês passado e que põe em causa «não só milhares de postos de trabalho, como a própria essência do poder local».

Num comunicado aos trabalhadores, o STAL pronunciou-se acerca das novidades introduzidas no regime de contratação e no sistema retributivo pelos decretos-lei 407, 409, 413, e 420/91. A serem aplicados, estes diplomas porão em causa muitos postos de trabalho nas autarquias e levarão ao despedimento de milhares de trabalhadores contratados a prazo, alerta o sindicato; além de criarem uma situação grave na área dos recursos humanos das autarquias, devido aos limites financeiros a que estão sujeitas, tentam ainda forçar os municípios a privatizarem serviços, sem salvaguardar os postos de trabalho e os direitos dos funcionários, nem tão-pouco os direitos das populações, o património dos municípios e o interesse nacional.

O STAL manifesta-se «frontalmente contra» a insegurança no emprego e a privatização de serviços, exige a revogação das normas gravosas dos decretos agora publicados e vai esfor-

çar-se por realizar acções conjuntas de trabalhadores, autarquias e populações; vai também levar as suas preocupações aos órgãos de soberania, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias.

Esta legislação, a ser levada à prática, colocará também sérios problemas nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, nos museus, alertaram sindicalistas de outros sectores da administração pública, contactados pelo «Avante!». Sublinhando o peso cada vez maior dos contratos de prestação de serviços (com recibos verdes) na Função Pública, um dirigente da federação sindical do sector denunciou que, na sexta-feira passada, trabalhadores da Escola de Hotelaria de Faro que eram contratados a termo assinaram contratos de prestação de serviços e, ao mesmo tempo, uma declaração em que não estavam a modificar o seu estatuto laboral sob coacção. No entanto, neste como noutros casos, não se trata de um regime de prestação de serviços, uma vez que há vinculação ao trabalho, tarefas permanentes a cumprir, subordinação à hierarquia, todas as características de trabalho assalariado - protestou o sindicalista.